



SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA

Revista

Psicologia Política

ISSN 1519-549X

VOL. 2 – Nº 3 – JANEIRO/JUNHO DE 2002



Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Presidente

Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/Unicamp-Brasil)

Vice-Presidentes

Centro Oeste

Ana Raquel Rosas Torres (UCG-Brasil)

Sudeste

Cornelis van Stralen (UFMG-Brasil)

Norte

Enock Pessôa (UFAC-Brasil)

Nordeste

Leoncio Camino (UFPb-Brasil)

Sul

Louise Lhullier (UFSC-Brasil)

Secretário Geral

Marco Aurélio Máximo Prado (Unimarco-Brasil)

Conselho Fiscal

Karin von Smigay (UFMG-Brasil)

Maria Palmira da Silva (ESP-Brasil)

Cícero Pereira (UCG-Brasil)

Alessandro Soares da Silva (PUCSP-Brasil)

Comitê Editorial da RPP

Editores

Marco Aurélio M. Prado

(UNIMARCO-Brasil)

Salvador Antonio Mireles Sandoval

(PUCSP/UNICAMP-Brasil)

Editores Executivos

Alessandro Soares da Silva

Márcia Prezotti

Orlando Lopes

Soraia Ansara



Conselho Editorial

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – Brasil), Bert Klandermans (Free Univ. of Amsterdam – Holanda), Cecília Coimbra (UFF – Brasil), Celso Pereira de Sá (UERJ – Brasil), Celso Zonta (UNESP – Brasil), Cornelis van Stralen (UFMG – Brasil), Elísio Estanque (Univ. de Coimbra – Portugal), Iray Carone (USP – Brasil), John Hammond (CUNY – EUA), Jorge Valla (Univ. de Lisboa – Portugal), Jose Sabucedo (Univ. de Santiago de Compostela – Espanha), Karin von Smigay (UFMG – Brasil), Leôncio Camino (UFPb – Brasil), Louise Lhullier (UFSC – Brasil), Lucília Reboredo (UNIMEP – Brasil), Márcia Regina de Oliveira Andrade (ITESP – Brasil), Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFPR – Brasil), Maria Aparecida Morgado (UFMT – Brasil), Maritza Montero (UCV – Venezuela), Odair Sass (PUC/SP – Brasil), Osvaldo Yamamoto (UFRN – Brasil), Pedrinho Guareschi (PUC/RS – Brasil), Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP/PUCCAMP – Brasil)

Os artigos da RPP são de responsabilidade dos autores.

Endereço para correspondência

Revista Psicologia Política • R. Irmão Gonçalo, 74 - Apto 52 - Vila Madalena
São Paulo - Brasil - CEP 05439-080 • E-mail: revistapsipol@uol.com.br
www.psicologiapolitica.com

Revisão técnica de língua inglesa

Jason E. Hoffman - PUC/SP

Diagramação e editoração eletrônica

YM Studio Gráfico e Fitolito Ltda.
Ivone da Silva – Fone: (11) 3255-5022

Indexação

INDEX PSI (Conselho Federal de Psicologia)

Revista psicologia política / Sociedade Brasileira de Psicologia
Política – vol.2, nº 3 - (Jan./Jun. 2002). – São Paulo: SBPP,
2002-

Semestral

ISSN 1519-549X

1. Psicologia política – Periódicos 2. Psicologia social – Periódicos
3. Psicologia e política – Periódicos.

CDD-320.019

Bibliotecária: Rosângela Ap. Marciale CRB 8/5846



Volume 2 – Número 3 – Jan./Jun. 2002

Mensagem da Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicologia Política-SBPP ...	6
Linha Editorial	10
Editorial	11
Capitalismo, trabalho e tempo de prisão como pena Sandra Luzia de Souza Alencar – Centro de Observação Criminológica	15
Música Popular, Estilo Estético e Identidade Coletiva Kátia Maheirie - Universidade Federal de Santa Catarina	39
Algumas notas sobre medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes Adilson Dias Bastos – Universidade Federal Fluminense	55
The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement Bert Klandermans – Universidade Livre de Amsterdam - Holanda	83
Reflexões & Ensaio: Análises e Debates	
La Política de la Psicología: El Caso Argentino Angel Rodriguez Kauth - Universidad Nacional de San Luis - Argentina	115
Frankfurt em Nova York: controvérsias sobre o estabelecimento do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Columbia Iray Carone – Universidade Paulista	127
Graduação & Pesquisa: Em formação	
Psicologia Política: Principais Contribuições Norte-Americanas no século XX (décadas 30-70) Romina Iebra Aizpurúa – Universidade Católica de Petrópolis	135
Resumos	161
Publicando na RPP	169

Sumário



Message from Brazilian Society of Political Psychology	6
Editorial Line	10
Editors	11
Capitalism, work and time of imprisonment as a punishment Sandra Luzia de Souza Alencar - Centro de Observação Criminologica	15
Popular music, aesthetic style and collective identity Kátia Maheirie - Universidade Federal de Santa Catarina	39
Notes on applied socio-educative interventions for adolescents Adilson Dias Bastos – Universidade Federal Fluminense	55
The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement Bert Klandermans – Universidade Livre de Amsterdam - Holanda	83
Essays & Reflections: Analyses and Debates	
The politics of psychology: The case of Argentina Angel Rodriguez Kauth - Universidad Nacional de San Luis - Argentina	115
Frankfurt in New York: Controversies about the establishment of the Institute for Social Research at Columbia University Iray Carone – Universidade Paulista	127
Undergraduate & Research: In formation	
Political Psychology: Main North American contributions in the 20th Century (1930-1970) Romina Iebra Aizpurúa – Universidade Católica de Petrópolis	135
Abstracts:	161
Submission guidelines	169



SBPP

Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Salvador A. M. Sandoval

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e
Universidade Estadual de Campinas
Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Política
Gestão 2002 - 2006

A Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP) teve seu início em 10 de dezembro do ano de 2000, quando se realizou, nas dependências da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, uma reunião de pesquisadores interessados em consolidar duas décadas de trabalho nessa área no Brasil. Hoje, a SBPP conta com vários pesquisadores formados ao longo desses anos em diversas partes do Brasil, sendo que em algumas universidades já existem núcleos de pesquisa em Psicologia Política. O momento era propício para a criação de uma sociedade que promovesse nacionalmente os trabalhos de pesquisa sobre os diversos temas em Psicologia Política e contribuísse à projeção desta pesquisa no exterior, especialmente no que diz respeito à International Society of Political Psychology. Com este intuito, a Sociedade Brasileira de Psicologia Política iniciou seus trabalhos com o Dr. Leoncio Camino como seu presidente interino com a encomenda de elaborar os estatutos da sociedade e o Dr. Salvador A. M. Sandoval e Dr. Marco Aurelio M. Prado com a tarefa de organizar a **Revista Psicologia Política**, órgão acadêmico-científico da Sociedade.

O número 1 da **Revista Psicologia Política** foi lançado no primeiro semestre de 2001. Hoje, com o presente número, entramos no segundo ano de publicação regular da Revista e comemoramos este fato. Com estes resultados a SBPP entra neste ano com o propósito de continuar aprofundando a qualidade e a importância da Revista como meio de divulgação científica, assim como tornar mais presente a SBPP na vida intelectual do país.

SBPP



Na assembléia da Sociedade realizada durante o XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social em Florianópolis, em novembro de 2001, foi aprovado o estatuto da SBPP. Ao mesmo tempo, foi eleita a primeira diretoria da sociedade composta dos seguintes pesquisadores:

Diretoria:

Presidente: Dr. Salvador A. M. Sandoval
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Vice Presidente do Nordeste: Dr. Leoncio Camino
Universidade Federal da Paraíba

Vice Presidente do Norte: Prof. Enock Pessoa
Universidade Federal de Acre

Vice Presidente do Centro-Oeste: Dra. Ana Raquel Torres
Universidade Católica de Goiás

Vice Presidente do Sudeste: Dr. Cornellis Johannes Van Stralen
Universidade Federal de Minas Gerais

Vice Presidente do Sul: Dra. Louise Lullhier
Instituto Ethos de Pesquisa e Universidade Federal de Santa Catarina

Secretário Geral: Dr. Marco Aurelio M. Prado
Universidade São Marcos

Conselho Fiscal:

Dra. Karin von Smigay
Universidade Federal de Minas Gerais

Dra. Maria Palmira da Silva
Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Prof. Cicero Pereira
Universidade Católica de Goiás

Prof. Alessandro Soares da Silva, suplente
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Editores da Revista Psicologia Política:

Dr. Salvador A. M. Sandoval
PUCSP

Dr. Marco Aurelio M. Prado
Universidade São Marcos



Editores Executivos:

Soraia Ansara

PUCSP

Márcia Prezzoti

PUCSP

Orlando Lopes

UFES

Alessandro Soares da Silva

PUCSP

Em 2002, a SBPP já vem desenvolvendo algumas atividades importantes que merecem destaque neste momento. O Dr. Leoncio Camino, representando a Sociedade, participou de um intercâmbio científico com pesquisadores mexicanos patrocinado pelo Conselho Federal de Psicologia. Da viagem do Dr. Camino ao México, um resultado imediato será a vinda de dois importantes pesquisadores mexicanos, Dra. Graciela Mota e Dr. Raul Rocha para participar das atividades do Grupo de Trabalho Comportamento Político no Encontro Nacional de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia – ANPPEP, a ser realizado em agosto deste ano. O Grupo de Trabalho Comportamento Político foi, em muitos aspectos, o berço da SBPP sendo esta a primeira instância em que pesquisadores no Brasil interessados em psicologia política se reuniram para debater as atividades de pesquisa que estão sendo realizadas nesse campo. Neste sentido, a SBPP mantém seus vínculos com a ANPPEP através deste grupo de trabalho, assim como mantém seus laços com a Associação Brasileira de Psicologia Política através do fortalecimento deste campo de pesquisa nessa entidade.

Além disso, os membros da SBPP em Minas Gerais, sob a coordenação do Dr. Cronellis Van Stralen - Vice Presidente pelo Sudeste, organizam para o segundo semestre deste ano o próximo Simpósio de Psicologia Política planejado em torno da vinda, como convidado especial, do pesquisador holandês e especialista em psicologia dos movimentos sociais, Dr. Bert Klandermans. O Simpósio de Psicologia Política, sendo organizado em Minas Gerais, representa a continuação de uma prática de muitos anos de encontros de pesquisadores nesta área iniciado com os três encontros nacionais de comportamento político organizados pelo Laboratório de Comportamento



Político da Universidade Federal de Santa Catarina, na década de 1990. Em grande medida esses encontros foram precursores na consolidação da idéia de formar uma associação dedicada a promover a pesquisa científica em Psicologia Política no país.

Desde o início do ano 2002, como presidente da SBPP, venho representando a Sociedade no Fórum de Entidades de Psicologia que atualmente organiza o I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão a ser realizado nos dias 1 a 5 de setembro de 2002 no campus da Universidade de São Paulo.

Finalmente, este ano promete muitas atividades para os membros da Sociedade e para o desenvolvimento da pesquisa no campo da Psicologia Política. Certamente a importância da pesquisa em psicologia política se torna mais evidente neste ano eleitoral não apenas pelo fato de que em ano eleitoral as pesquisas de atitudes políticas e preferências partidárias são mais freqüentes, mas também pelo uso de estratégias psicopolíticas para influir no processo eleitoral brasileiro. Portanto, sabemos que no futuro próximo a Sociedade poderá ser catalizador de discussões sobre os aspectos psicológicos nos processos de mudanças políticas.



A *Revista Psicologia Política* é um periódico semestral vinculado a Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP). A *Revista* é uma publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política. Constitui-se, portanto, em um periódico de estudos das problemáticas no campo da Psicologia Política que tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas. O ponto de intersecção entre estas duas áreas científicas – Psicologia e Política – tem sido a preocupação com a construção de um universo de debate no qual nem as condições objetivas nem as subjetivas estejam ausentes, pelo contrário, estão sendo compreendidas, por diferentes abordagens teóricas, como co-determinantes, portanto, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social. A Revista preocupa-se com o desenvolvimento deste campo interdisciplinar de reflexão e prática investigativa, no qual os principais debates têm sido reunidos em torno de questões como o preconceito social, diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, socialização política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas, bem como os estudos sobre opinião pública e meios de comunicação de massa. Reunem-se, ainda, nestas preocupações, os estudos sobre análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais. As questões referentes aos debates teóricos e metodológicos neste campo são bem recebidas por este conselho editorial que tem a preocupação de debater cientificamente o aprofundamento das temáticas constituintes da interface entre os aspectos políticos e os psicológicos.

Linha Editorial



RPP em momento de consolidação no cenário nacional

Este número da **Revista Psicologia Política** é especial para nós! Primeiramente porque é um ícone da consolidação deste periódico no cenário nacional, já que ultrapassamos a marca dos dois primeiros lançamentos e, com este terceiro, passamos a ser indexados no Index-psi. Além disso, com este número inauguramos duas novas seções na **Revista**, com textos importantes não somente do ponto de vista da contribuição para o campo da Psicologia Política, mas também pela qualidade e temáticas abordadas.

Estas duas seções – *Reflexões & Ensaios e Graduação & Pesquisa* – trazem a possibilidade de encamparmos, desde agora, textos que são estruturados como ensaios com estilo mais impressionista, aliás marca importante da produção nacional. E também, textos organizados em função de trabalhos de iniciação científica ou conclusão de curso por alunos de cursos de graduação, orientados por especialistas no campo da Psicologia Política. A **Revista**, assim, preocupa-se em trazer ao debate experiências bem sucedidas do processo de formação de pesquisadores interessados no campo de reflexão sobre os fenômenos políticos à luz da psicologia social. Com este intento, cumprimos dois objetivos: democratizamos o conhecimento de pesquisadores mais experientes em formatos de textos ensaios, como também, incentivamos jovens pesquisadores a adentrar neste campo de estudos a partir da prática científica orientada.

De resto, trazemos com este número quatro artigos que se apresentam como resultados de pesquisas na interface de estudos sobre fenômenos políticos e a Psicologia. O texto de autoria de **Kátia Maheirie**, na continuida-

Editorial



de dos estudos que se preocupam com a questão da identidade coletiva e política, busca traçar uma análise das experiências grupais em torno das atividades culturais e musicais na Ilha de Florianópolis, evidenciando o trabalho de conscientização que alguns grupos culturais promovem ao trilhar o caminho da politização do discurso e da ação grupal. A autora nos apresenta, em linguagem clara e precisa, a trajetória desta experiência como uma pesquisadora atenta às mudanças culturais e subjetivas que a experiência grupal pode nos trazer. O artigo de **Sandra Luzia** apresenta a partir de sua experiência profissional junto a Casa de Detenção de São Paulo, reflexão criativa da relação entre o tempo de pena e o tempo vivido, apontando as características deste tempo à luz do debate da constituição do sujeito nas reflexões marxistas. A autora, ao escolher o sistema prisional, concebe uma análise fundamental da questão do direito social, da punição e do crime, sem perder de vista uma noção de sujeito. Um outro artigo que marca esta edição é o texto de **Adilson Bastos**, o qual estrutura uma reflexão importante sobre as medidas sócio-educativas para os adolescentes em conflito com a lei, evidenciando o caráter político destas medidas e do discurso psicológico que corrobora com uma noção de sociedade naturalizada. Por fim, publicamos, como resultado da inserção internacional deste periódico, artigo de **Bert Klandermans** sobre os aspectos psicossociais da participação social em movimentos sociais. O autor, não é muito conhecido dos brasileiros, porém de carreira internacionalmente consagrada entre os que estudam movimentos sociais à luz da psicologia social e psicologia política. Ele é um dos responsáveis pela re-introdução das preocupações acerca da subjetividade nestes conflitos sociais e políticos, e tem sido um dos autores de destaque na análise dos movimentos de protesto tanto na Europa como nos Estados Unidos da América. O artigo de **Klandermans** é um convite para a participação do leitor junto ao Simpósio “*Psicologia Política e Democracia em Crise*” que ocorrerá, com a presença do autor, na Universidade Federal de Minas Gerais, promovido pela Sociedade Brasileira de Psicologia Política, no mês de agosto deste ano.

Na seção *Reflexões & Ensaios*, estamos publicando dois textos de extremada relevância. O primeiro é de autoria de **Angel Kauth**, psicólogo e pesquisador da psicologia política na Argentina, divide conosco suas preocupações acerca da política das organizações em torno da ciência psicológica. O segundo é de autoria de **Iray Carone**, pesquisadora que muito tem contribuído para os estudos sobre a Escola de Frankfurt. A autora traz em seu artigo, reflexões das mais atualizadas acerca da recepção do pensamento crítico *frankfurtiano* nos Estados Unidos da América durante a II Guerra Mundial. Estes dois ensaios inauguram uma preocupação deste periódico na publicização de idéias acerca de temáticas que fazem parte do cotidiano de todos nós, pesquisadores preocupados com os eventos políticos da contemporaneidade.



Com a seção *Graduação & Pesquisa*, trazemos um artigo e dois resumos. O artigo é de autoria de **Romina I. Aizpurua** sobre os elementos históricos acerca da constituição da Psicologia Política nos Estados Unidos da América. Excelente resultado de iniciação à ciência, muito nos agrada poder publicar trabalho de alunos de graduação de qualidade inquestionável. Os dois resumos que publicamos em seguida são também incentivos à publicação de novos trabalhos de iniciação científica que foram encaminhados para este comitê editorial, mas que, por motivos editoriais, encontram-se aqui em formas de comunicação sucinta.

Com esta estrutura e com estes debates que muito nos orgulham, a *Revista Psicologia Política* chega em sua terceira edição, esperando que o leitor interessado em Psicologia Política, encontre na diversidade das idéias publicadas, respaldo e legitimidade para suas indagações.

Importante retomar, neste espaço de apresentação, nosso compromisso com os projetos de tradução de clássicos e com a estruturação de números especiais, como anunciamos na última edição de 2001. O projeto de tradução de clássicos continua em ritmo de trabalho, porém, está, ainda, em processo editorial, já que a tarefa da tradução nos impõe um trabalho árduo de traduzir sem trair os conceitos fundamentais. Um dos números especiais, sobre George Herbert Mead, está a caminho e, em breve, o leitor da RPP terá um material rico, original e comentado por especialistas acerca da obra deste importante intelectual no século XX.

O campo da Psicologia Política traz, desta forma, uma inquestionável contribuição à Psicologia como ciência e como prática interventiva na esfera das relações de poder e dos conflitos sociais.

Os Editores



EDITORIAL





Capitalismo, trabalho e tempo de prisão como pena¹

Capitalism, work and time of imprisonment as a punishment

Sandra Luzia de Souza Alencar*

sandralsa@bol.com.br

Resumo

Importa discutir a transformação que ocorre na forma de punição, a qual deixa de ter o corpo como alvo – na forma suplicio – adotando uma punição que se materializa no espaço, e o tempo é transformado em abstração.

Faz-se um giro em relação ao elemento que tem sido tomado como referência para refletir sobre a penalidade moderna, qual seja, o espaço. A penalidade moderna está conjugada em espaço e tempo, porém o tempo tem ficado, muitas vezes, como um elemento secundário nos processos de análise sobre a prisão; é nesse sentido que ele é aqui priorizado.

Reconhece-se a pena de prisão como produto de uma sociedade que se estrutura pelo modo de produção capitalista, em que o tempo se constitui em unidade de medida do valor. É a partir daí que o tempo se constitui em referência para as reflexões desenvolvidas.

Aborda-se o tempo a partir da perspectiva econômico-social, sendo este o elemento que possibilita articular o significado da penalidade moderna adotar como variante da gravidade do crime, o tempo.

Palavras-chave

tempo, trabalho, capitalismo, punição, marxismo.

Abstract

It's important to examine the transformation that takes place on punishment features, no longer having a human body as a target – through capital

*Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, psicóloga do Centro de Observação Criminológica e Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Sociedade.

¹ O presente artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em que se investigou o elemento tempo como o sustentador da pena de prisão.



punishment – but adopting a materializing version in space, and time being transformed into an abstraction.

We hereby scan around the reference element chosen as a reflection on today's penalty, i.e., the space. Today's penalty is conjugated in space and time but, many times, time has been put as a secondary element on imprisonment analysis processes. Contrary to those general ideas on time, this study will take it in a priority position.

It's acknowledged that imprisonment punishment is a result of a Capitalist mode of production-structured society, whose time is established in units of value measures. Considering this premise, time has become a reference for our brand new developing insights.

Time is taken from a socioeconomic perspective; once it's a linking element that enables the meaning of today's penalty adopt time as a variation of crime peril.

Key words

Time, work, Capitalism, punishment, marxism.



A partir de uma perspectiva materialista dialética, as reflexões se encaminham no sentido de localizar a pena de prisão como produto da sociedade capitalista; para isso o tempo é o elemento privilegiado para essa discussão.

Em consonância com o período histórico de transformações sociais mais amplas, que marca a passagem de uma sociedade feudal para uma que se estrutura sob o modo de produção capitalista, encontram-se as primeiras instituições com caráter de encarceramento, que antecipam a nova forma de penalidade que se institui na sociedade moderna.

Marx (1999), ao se referir àquele processo de transformação, fala de uma sociedade que já no século XVI se antecipava e instituiu novas formas de relações, nas quais as posições individuais aparecem alteradas:

“(...) uma antecipação da “sociedade” (bürgerlichen Gesellschaft), que se preparava desde o século XVI, e no século XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade. Nessa sociedade da livre-concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas históricas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado”. (Marx, 1999:25)

Perrot (1988) refere que a “organização penitenciária contemporânea” se antecipa com o encarceramento, o qual se constituía em espaços de seqüestro e segregação, como é o caso das Casas de Trabalho (*workhouses*) que vigiam na Inglaterra.² Estas impunham trabalhos forçados como forma de correção, com o objetivo de adequação para o trabalho manufatureiro que ora se implementava. Estas Casas eram administradas por instituições religiosas (católicas e protestantes) e, escamoteando suas reais vocações de dominação dos pobres – que não haviam sido recolhidos ao novo modo de produção ou não estavam adaptados a ele –, alegavam caridade e a necessidade de despertar nessa população (considerada vagabunda e sem aptidão e dedicação para o trabalho) hábitos sublimes, como passa a ser considerada a dedicação para o trabalho, numa clara inversão do valor que a este era atribuído até então:

“(...) a prisão herdou das workhouses, da Inglaterra, também apelidadas de “bastilhas dos pobres”, muito de suas práticas – sobretudo o “seqüestro” e o trabalho – onde os internos, mão-de-obra barata, eram obrigados a trabalhar sob supervisão cerrada. Elas destinavam-

² Perrot, M. (1988) alerta que a prisão, tal como é conhecida hoje, se constitui como penalidade no século XIX. Com isso se diferencia dos cárceres, que são anteriores a ela e que não eram referência para a punição “mas antes depósitos, despejos, locais de passagem do que de permanência e penitência, parêntese para outras penas ou outros lugares (...)”. (p. 236). Esta será uma questão de análise, mais adiante.



se a alojar e operar um processo de “adaptação” dos vários segmentos da sociedade que, do final do século XVI ao XIX, encontravam-se fora do trabalho e imprestáveis para o convívio social: homens pobres, vagabundos, doentes, criminosos, camponeses expulsos de suas terras e prioritariamente os loucos”. (Azevedo, 1997:20).

Neste sentido, Rocha (1994) é claro e direto quando aborda as transformações pelas quais a sociedade está passando e seus métodos e processos de sujeição daqueles que são despossuídos dos meios que lhes garantam a sobrevivência pessoal. É nesse cenário social e político que se localiza a prisão: *“Este grande movimento de perseguição e aprisionamento de pobre, que na Europa desenvolveu-se intensamente ao longo de três séculos (XVI–XVIII), foi o núcleo formador das instituições prisionais, asilares e manicomiais modernas”*. (p.63).

No trabalho deste autor é detalhada a constituição desta instituição e explicitado seu caráter ideológico enquanto instrumento de dominação, nesta nova forma de exploração que começa a se estabelecer a partir do século XVI:

“O exame dessas instituições permite ratificar que a prisão moderna esteve vinculada desde sua origem a um esforço cuja preocupação não era o hipotético “enfrentamento do crime”, mas a sujeição dos chamados vadios, vagabundos e pequenos ladrões”, ou seja, uma ampla população de pobres que foram desocupados ao longo do processo de deterioração dos meios da vida tradicionais”. (Rocha, 1994:64).

É nessa caracterização histórica que Rocha aponta a *“Turcthuis”*, fundada em Amsterdã em 1588, como a primeira dessas Casas de Trabalho e correção. Quanto ao motivo que pode ser encontrado na base da construção desta instituição, o autor aponta o desenvolvimento da produção mercantil: *“(…) dado o desenvolvimento das atividades tipicamente capitalistas nas cidades holandesas, não é de estranhar que as formas de prisão típicas desse sistema tivessem lá o seu desenvolvimento original”*. (Rocha, 1994:66).

Ao falar das condições que vigoram neste momento de instituição e ampliação de penalidades para a população pobre, Rocha aponta o processo de desapropriação de terras comunais e a proibição da exploração do solo e de recursos naturais, com a conseqüente expulsão do homem do campo, impondo a ele, ao destituí-lo de qualquer meio que garanta sua subsistência, a miséria absoluta. Ao ser expulso da terra onde vivia, é posto a vaguar a caminho das cidades, onde passam a se aglomerar grandes contingentes populacionais.

Sem trabalho e sem os meios que lhes garantam a alimentação e a moradia, desadaptados do processo de produção que se estabelece, a muitos deles resta a mendicância. Nesta condição, porém, serão perseguidos pelas leis que punem ‘mendigos e vadios’, *“leis inaugurais da secular perseguição aos pobres”*:



“O cercamento e a apropriação privada destas terras, por si só, já inviabilizavam a vida camponesa. Mas, ainda assim, os cercamentos se expandiram para as próprias terras das quais os camponeses tinham direitos de uso seculares. E a desocupação destas terras das pessoas que detinham seu legítimo direito de uso será promovida através da violência, da destruição, do massacre. Os sobreviventes destas violências serão lançados às estradas, criando-se assim os “vagabundos” de cuja perseguição surgirá a prisão (...) entretanto a expulsão não é mais que o primeiro ato da tragédia da criação da miséria moderna. Segue-se a ela – e sempre se seguirá – a perseguição (...) Leis de perseguição contra os pobres expulsos foram editadas em vários lugares da Europa entre os séculos XVI e XVIII, marcando o destino de milhões de pessoas, muitas das quais foram deportadas para as novas terras, onde o processo viria a se repetir. O homem pobre que a prisão encarcerará a partir do século XIX, teve na perseguição aos pobres expulsos a sua lenda original, o seu correspondente à bíblica expulsão do paraíso”. (Rocha, 1994:95,96,98).

As Casas de encarceramento, menos que uma forma de penalidade, destinavam-se mais a uma “limpeza” da cidade, com punição daqueles que eram atingidos pelos problemas sociais criados com a expulsão das pessoas das terras às quais estavam ligadas e dependiam para sobreviver.

É um processo transitório esse, no qual os suplícios públicos vão sendo eliminados, com leis que vão abolindo-os⁴, e o encarceramento vai se ampliando. Há um processo crescente de abolição dos suplícios, que só se extinguem com a reforma penal, quando defende-se a “suavização” da pena. Ao encarceramento estavam associadas formas complementares de castigos corporais.

Casas de Trabalho que associavam trabalhos forçados e açoites, deportação para ultramar, controle pela alimentação (servia-se uma única refeição por dia)... são formas que marcam este período que vai do século XVI até a reforma penal da segunda metade do XVIII⁵.

Nesse processo de mudança, diz Odete Maria Oliveira, citado por Sá (1996): “(...) a simples prisão não era considerada suficiente, acrescentando-se a ela outras privações: carência alimentar, utilização de cintos, entraves, colar de ferro e outros”. (p.86).

A prisão moderna é herdeira das Casas de encarceramento que a antecederam, porém, em oposição radical àquelas, a proposição de um regime penitenciário, segundo Foucault (1991), não tem como alvo o corpo e a vida biológica, mas a alma.

⁴ O sistema de suplício é progressivamente abolido; um exemplo representativo disso é a abolição das marcas com ferro quente em 1832 na França e em 1834 na Inglaterra. Enfim, a prisão com caráter de permanência se ratifica como técnica quase exclusiva de punição neste século.

⁵ O trabalho de Rocha representa uma rica fonte para se conhecer e entender esse processo.



A prisão coloca uma mudança das punições no corpo para uma regulação da vida em tempo. Ou seja, à vida passa a ser atribuído outro significado, ela deve ser preservada neste novo sistema de punição. Os castigos não mais devem ser dirigidos ao corpo; assim, eles vão sendo substituídos por uma nova técnica de punição.

Mas onde se sustenta essa mudança? O que a promove?

Essa mudança está diretamente associada, diz Rocha, às transformações econômico-sociais que são implementadas com o modo de produção capitalista. Em sua análise, ele fala da necessidade de criação de força de trabalho que se adeque ao novo sistema de produção.

Em acordo com Rocha, que localiza a prisão como produção do capitalismo, procura-se indagar que elementos desse sistema concorrem para a constituição dessa nova forma de punir.

A hipótese levantada é a de que essa mudança se sustenta em duas bases: primeiro, na extensão do direito de cidadania dos homens, com o reconhecimento do trabalhador como cidadão; segundo, pela importância que o tempo assume neste novo modo de produção - vinculado ao acúmulo de riqueza (pela produção de mais-valia), tornando-se unidade de medida do valor de troca e do salário.

Mas se o trabalho, com o desenvolvimento das máquinas, sofre mudanças nessa nova sociedade que se instala, uma nova concepção acerca deste também produzir-se-á. Com o desenvolvimento das forças produtivas, é possível ao ser humano emancipar-se do jugo da natureza. Assim, as pessoas estarão cada vez mais distantes da natureza em sua forma direta; devem conhecê-la para dominá-la.

Sendo o ser humano também natureza, deverá se afastar dessa parte que permanece nele, seus instintos; deve conhecê-los para controlá-los. Assim, é um outro ser humano que está em questão, e é a esse que a penalidade moderna se destina; os castigos deixam de se dirigir ao corpo, visto que ele é natureza; devem ter um caráter terapêutico para produzir transformações nesse ser humano que ainda se mostra primitivo ao agir por instinto.

Sá (1996) diz que o que está em questão com a prisão é a instituição de um regime penitenciário. Esse se definiria pelo seu objeto: a alma. Assim, substitui o *“sofrimento físico pela dor moral, o espetáculo da execução cruel pela meditação, silêncio e isolamento”*. (p.92).

Na implementação das modernas técnicas de punição, algumas instituições são construídas no século XVIII; elas se constituem modelos de reclusão e do que passa a ser chamado de “terapêutica penal”; assim talvez possa ser traduzido o que se denomina “Penitenciário”. Rocha aponta como pioneiro desta proposta de reforma John Howard, que influencia a instalação da “Gloucester”, na Inglaterra:



“Seu projeto de Penitentiary Houses é considerado o marco fundador da prisão moderna e os Howard’s Acts, como foram chamadas as leis embasadas em suas idéias. Constituíram-se em verdadeiro diploma fundador dos princípios básicos daquilo que ele mesmo nomeará, logo mais, como “Penitenciário”: isolamento carcerário, trabalho regular obrigatório, doutrinação religiosa. Esta é a base do que seria conhecido como sistema penal inglês, cuja complementação seria dada, mais tarde, pela experiência do sistema progressivo de Maconachie, já em meados do século XIX”. (Rocha, 1994:81).

Correspondendo a um modelo penitenciário, se implementaram, em 1790 e 1821, modelos que ficaram conhecidos, respectivamente, como pensilvânico e auburniano, experiências desenvolvidas nos EUA. O primeiro implementou uma política de isolamento absoluto, eliminando o trabalho e o contato com outros presos: *“o isolamento absoluto e constante, sem trabalho ou visita, devendo ser estimulado unicamente pela leitura da Bíblia”.* (Oliveira, O. M. de, citado por Sá, 1996:94)

O regime auburniano introduz o trabalho coletivo em sistema de silêncio absoluto durante o dia, e o isolamento celular durante a noite. João Farias Júnior, *apud* Sá, assim relata o funcionamento desse sistema:

“a) o condenado ingressava no estabelecimento, tomava banho, recebia uniforme, e após o corte de barba e do cabelo era conduzido à cela, com isolamento durante a noite; b) acordava às 5:30 horas, ao som da alvorada; c) o condenado limpava a cela e fazia sua higiene; d) alimentava-se e ia para as oficinas, onde trabalhava até tarde, podendo permanecer até às 20:00 horas no mais absoluto silêncio, só se ouvia o barulho das ferramentas e dos movimentos dos condenados; e) regime de total silêncio de dia e de noite; f) após o jantar o condenado era recolhido (...)” (Sá, 1996:94).

Com a construção desses espaços de encarceramento, aos quais se somam castigos corporais e trabalhos forçados, o que se dá é a passagem da punição por suplícios para uma nova forma, a pena de prisão.

Os suplícios se justificavam porque o crime significava sempre, em última instância, um ataque ao soberano (Foucault, 1991).

A reforma penal é sustentada por uma nova concepção, onde aquele que pratica um ato considerado criminoso rompe com o contrato social estabelecido entre os membros da sociedade, e assim agride os interesses desse coletivo: *“Essa obrigação, que desce do trono até a choupana e liga igualmente o mais poderoso e o mais miserável dos homens, nada mais significa senão que é do interesse de todos observar os pactos úteis”.*⁶ (Beccaria, 1999:44).

⁶ A primeira publicação deste livro de Cesare Beccaria é de 1764.



Com relação ao contrato social propalado pelos ideólogos da burguesia, Marx argumenta sobre a impossibilidade de se estabelecer um contrato entre partes que se encontram em inteira desigualdade, em que uns só se mantêm em situação de graça pela desgraça dos outros; esse contrato serve exatamente para manter controle dessa condição de aviltamento em que uns se beneficiam do sofrimento dos outros.

Nesse cenário, Cesare Beccaria (1999) é nome de referência entre os reformadores do século XVIII. Seu livro *“Dos delitos e das penas”* defende a instituição de formas de punição em que fique diretamente estabelecida a relação entre natureza do crime e da pena. Assim, ele postula que a cada tipo de delito haja uma pena correspondente: *“Se uma pena igual é destinada a dois delitos que ofendem desigualmente a sociedade, os homens não encontrarão um obstáculo forte o suficiente para não cometer um delito maior, se dele resultar uma vantagem maior”* (p.52).

Essa proposição de Beccaria aponta para uma indagação quanto a pena de prisão ter se tornado penalidade quase exclusiva para todos os tipos de delito. Assim, a pessoa pode ser punida pela privação da liberdade e a gravidade do seu crime é o que determina o tempo da condenação. Diante disto uma pergunta se impõe: a pessoa que transgrediu a lei não seria punida muito mais pelo tempo de pena que pela própria privação da liberdade? É o tempo de condenação que determina inclusive a possibilidade de cumprir a sentença em espaço aberto⁷. Exemplificando, é possível citar a Casa de Detenção de São Paulo, onde cumprem pena desde pessoas que furtaram uma camisa para assistir ao jogo de seu time de futebol, até aquelas que fazem parte do crime organizado.

A pena, defende Beccaria, deve ultrapassar em desvantagem a vantagem que o delito possa oferecer. Para esse processo ele propõe que se institua uma lei (código) que seja do conhecimento de todos e que garanta a associação delito-pena. A utilidade da pena está no efeito que ela produza, que deve ser o da prevenção do delito:

⁷ Alguns autores abrem a discussão sobre inversões do Código Penal que atribui menor tempo de pena nos crimes contra a vida em comparação aos crimes contra o patrimônio. A esse respeito Vânia Pasinato Izumino (1998) apresenta uma crítica:

“(...) no Código Penal, privilegia-se a punição de crimes contra o patrimônio (propriedades e interesses particulares), aos quais são atribuídas as penas mais altas, comparando-as com as penas atribuídas aos crimes contra a vida, privilégio que não poderia ser admitido numa ordem democrática. Dessa forma, enquanto um crime de lesão corporal simples (praticar ofensa à integridade física de alguém) pode ser punido com uma pena que varia de 3 meses a 1 ano de detenção, um caso de furto (subtração de bem móvel sem uso de violência) pode ser punido com uma pena de 1 a 4 anos de reclusão. Ou ainda, num caso de roubo que resulte em morte (subtração de bem móvel, mediante uso de ameaça ou violência), a punição pode variar de 15 a 30 anos. No caso de homicídio qualificado por futilidade, surpresa ou qualquer outro agravante, a pena varia de 12 a 30 anos de reclusão. (...) é possível perceber que o elemento lógico-formal presente nos artigos do Código Penal e na dosagem da pena correspondente na realidade se faz com base na intenção do acusado em cometer o crime, elemento subjetivo que é extraído de seus depoimentos e inferido a partir dos meios e modos empregados na execução do crime (...) foi possível observar que a desclassificação do crime – a redução da pena aplicada – não se deu por fatores objetivos como a gravidade das lesões provocadas nas vítimas, mas por razões subjetivas como o fato de o agressor ter agido sob violenta emoção. (pp.70-71)



“Outro princípio contribui admiravelmente para estreitar a importante conexão entre a infração e a pena, a saber, que esta se conforme o mais possível à natureza do delito. Essa analogia facilita admiravelmente o contraste que deve haver entre o impulso ao delito e a repercussão da pena, de tal forma que esta afaste o espírito e o conduza a um fim oposto àquele para o qual procura encaminhá-lo a idéia sedutora da infração da lei” (Beccaria, 1999:81).

Nesse caminho de reflexão interessa entender como a pena de prisão se institui como penalidade universal, funcionando como variante a sua dimensão temporal.

No tratado escrito por Beccaria, ao se referir à prisão, ele vê nesta uma custódia até o julgamento, necessária para evitar o risco da fuga:

“O cárcere é, pois, a simples custódia de um cidadão até que ele seja julgado culpado, e sendo essa custódia essencialmente penosa, deve durar o menor tempo possível e ser o menos dura possível. Esse tempo menor deve medir-se pela duração necessária do processo e pelo direito de anterioridade do réu ao julgamento. A duração do recolhimento ao cárcere só pode ser a necessária para impedir a fuga, ou para que não sejam ocultadas as provas dos delitos” (Beccaria, 1999:79).

Defendendo a reforma penal, Beccaria não pensa o cárcere como forma de punição; pelo seu caráter penoso, deverá ser medida transitória para o julgamento. A prisão não aparece no texto de Beccaria, assim como nos de outros reformadores, como modalidade exclusiva de punição. Neste sentido Foucault (1991) indaga quanto a essa mudança que se opera, pois da crítica que se fazia à prisão ela passou, num breve espaço de tempo, a um sistema que cobria “o espaço médio da punição”:

“(...) a utilização da prisão como forma geral de castigo nunca é apresentada nesses projetos de penas específicas, visíveis e eloqüentes. Sem dúvida, a prisão é prevista, mas entre outras penas (...) Mas não cobre todo o campo da penalidade com a duração como único princípio de variação. Melhor, a idéia de uma reclusão penal é explicitamente criticada por muitos reformadores. Porque é incapaz de responder à especificidade dos crimes. Porque é desprovida de efeito sobre o público. Porque é inútil à sociedade, até nociva: é cara, mantém os condenados na ociosidade, multiplica-lhes os vícios. Porque é difícil controlar o cumprimento de uma pena dessas e corre-se o risco de expor os detentos à arbitrariedade de seus guardiães. Porque o trabalho de privar um homem de sua liberdade e vigiá-lo na prisão é um exercício de tirania(...) A prisão em seu todo é incompatível com toda essa técnica da pena-efeito, da pena-representação, da pena-função geral, da pena-sinal e discurso. Ela é a escuridão, a violência e a suspeita (...) Ora, eis o problema: depois de bem pouco tempo, a detenção se tornou a forma essencial de castigo” (Foucault, 1991:102).



Com relação a essa questão fica a pergunta: qual o motivo desta mudança? Como passou e o que justifica a privação da liberdade ser a principal forma de castigo, sendo o tempo a variante e a unidade de medida da gravidade do delito?

Modo de produção e forma de punição

Até aqui foi apresentado o processo histórico de constituição da pena de prisão. Neste percurso tomou-se como referência mudanças que vão sendo implementadas a partir do século XVI, com a construção das Casas de Trabalho forçado e correção. Nesta abordagem ficou de fora um aspecto que é determinante na procura de entendimento desse processo: os suplícios. Estes, infere-se, constituem elemento essencial para as reflexões e indagações aqui desenvolvidas acerca da prisão e sobre o porquê das mudanças que eliminam os suplícios (aplicados ao corpo) e estabelecem uma forma de penalidade que se fundamenta na privação da liberdade e quantificação temporal. Esta mudança, como afirmou-se anteriormente, acompanha as transformações sociais, mas de que forma? Qual ou quais elementos se colocam com a nova ordem? A que questão essa forma de penalidade responde? Provavelmente para essas perguntas não há apenas uma resposta, mas encontram-se múltiplas determinações; a tentativa aqui é identificar algumas delas.

Rocha aponta o trabalho assalariado que se coloca com a nova ordem: é necessário desenvolver a adequação da “mão-de-obra” para a produção mercantil. As Casas de Trabalho e correção, como o próprio nome já diz, se sustentam no pressuposto de que aqueles que roubam ou estão sem trabalho são preguiçosos e não gostam de trabalhar. É necessário ter um gosto pelo trabalho e essas Casas se empenhavam em despertar e desenvolver tal qualidade. Essa concepção do infrator como preguiçoso ou desligado da função produtiva se mantém.

Com essa questão levantada por Rocha explicita-se o significado que o trabalho assume na sociedade capitalista. Para além da necessidade ligada à produção de bens de consumo, o trabalho se torna um valor moral.

Até o advento do capitalismo, ao trabalho estava associado um lugar natural, ou seja, ele era determinado a quem nascia em determinada classe. Assim, ele falava do lugar social dessa pessoa e era dessa forma que ela era reconhecida e considerada socialmente inferior.

Mas como isso muda? Como se estabelece o seu oposto? Como o trabalho, de desonra, passa a ser referência de dignidade e honestidade? Mais do que produzir, os “vagabundos e mendigos” devem adquirir amor pelo trabalho. A falta deste é a justificativa do ato infrator.



Refletindo sobre as mudanças sociais que produzem a pena de prisão, é necessário identificar esse momento anterior a ela, os castigos supliciantes.

Foucault (1991) descreve e discute em que se constituíam os suplícios e diz que, longe de ser uma ação de descontrole de impulsos agressivos, eram técnicas cuidadosas e detalhadamente projetadas; a vida devia ser eliminada por um extenso, detalhado e lento processo de dor, sofrimento e aniquilamento. O objeto da punição era o corpo. Portanto, o castigo deveria ser público e representar uma reprodução do crime:

“Inexplicável, talvez, mas certamente não irregular nem selvagem. O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei. Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decapitação – que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e num só instante: o grau zero do suplício – até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo; a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em “mil mortes” e obtendo, antes de cessar a existência, the most exquisite agonies. O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas. Há um código jurídico da dor; a pena, quando é suplicante, não se abate sobre o corpo ao acaso ou em bloco; ela é calculada de acordo com regras detalhadas: número de golpes de açoite, localização do ferrete em brasa, tempo da agonia na fogueira ou na roda (o tribunal decide se é o caso de estrangular o paciente imediatamente, em vez de deixá-lo morrer, e ao fim de quanto tempo esse gesto de piedade deve intervir), tipo de mutilação a impor (mão decepada, lábios ou língua furados)” (Foucault, 1991:34).

Os suplícios têm um caráter público, tanto na sua execução como nas marcas que devem deixar no corpo; é, portanto, da ordem do visível, como é o caso dos ferretes em brasa etc. A esse respeito Perrot (1988) faz referência à mudança que vai dos suplícios públicos ao aprisionamento atrás de altas muralhas; e diz que eles, se continuam acontecendo, passam a ser distantes dos olhares da população.

Em contraposição a uma visibilidade dos castigos, há uma invisibilidade da prisão. Quem sabe o que lá acontece? Quem conhece os rostos das pessoas ali presas? Quais os seus delitos? Quantos anos têm? Quem são elas? O que faziam antes da prisão?



É possível encontrar dados que apontam que a maioria das pessoas que cumpre uma sentença prisional estava vinculada ao mercado de trabalho, não se sustentando a colagem que comumente se faz: delito-ociosidade⁸. São pessoas particulares, diferentes, mas que, ao se pensar nelas, isto é feito tendo como referência o imaginário de um conjunto indiferenciado, ameaçador, perigoso... São 111 mortos! Isso é um número?⁹

Foucault, ao iniciar o livro citado acima, descreve um caso de suplício:

“(Damien fora condenado, a 2 de março de 1757), a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris (aonde devia ser) levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Grévre, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenzado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito paricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenzado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento (...)” (Foucault, 1991:11).

Em seguida, para exemplificar o processo de mudança que decorre dos suplícios à implementação dessa nova forma de penalidade que é a prisão, descreve o regulamento de uma instituição prisional. Alerta que “menos de um século medeia entre ambos”. O regulamento prescreve uma detalhada rotina estabelecida em horários que devem ser cumpridos e guia o cotidiano da vida no interior desta instituição. Alguns artigos contribuem para as reflexões aqui desenvolvidas:

“Art. 17. – O dia dos detentos começará às seis horas da manhã no inverno, às cinco horas no verão. O trabalho há de durar nove horas por dia em qualquer estação. Duas horas por dia serão consagradas ao ensino. O trabalho e o dia terminarão às nove horas no inverno, às oito horas no verão (...) Art. 20 – **Trabalho** – Às cinco e quarenta e cinco no verão, às

⁸ Adorno e Bordini (1989), ao realizar uma pesquisa na qual indagam sobre a “magnitude da reincidência”, e se existiria um perfil social próprio do “reincidente penitenciário”, em comparação com o não-reincidente, demonstram que essa proposição não se sustenta; um dos elementos de análise é quanto à ocupação profissional: “(...) os grupos de trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas e condutores de veículos, manifestam as maiores porcentagens de sentenciados quer para reincidentes como para não-reincidentes, sendo esta tendência mais acentuada no grupo de reincidentes, 70%. O segundo estrato ocupacional de maior frequência é o de trabalhadores do comércio onde o desequilíbrio é menor em relação a reincidentes e não-reincidentes (...) De fato, as pesquisas consultadas, que pretendem definir o perfil social da população criminosa ou presa, apontam para a impossibilidade de se aceitar, sob qualquer pretexto, as pechas de ociosidade e vadiagem que freqüentemente lhe são atribuídas”. (pp. 82-83).

⁹ A referência é em relação à rebelião ocorrida na Casa de Detenção de São Paulo, em outubro de 1992, na qual foram mortos 111 pessoas em cumprimento de sentença prisional.



seis e quarenta e cinco no inverno, os detentos descem para o pátio onde devem lavar as mãos e o rosto, e receber uma primeira distribuição de pão. Logo em seguida, formam-se por oficinas e vão ao trabalho, que deve começar às seis horas no verão e às sete horas no inverno (...). (Foucault, 1991:12-13)

Assim como em Foucault (1991), encontra-se em Perrot (1988) uma descrição que evidencia o tempo como sendo o que se coloca em questão com esta nova forma de penalidade. A autora abre seu livro trazendo a transcrição de um caso de punição no interior de uma penitenciária; o tempo aparece de maneira curiosa:

“Boas ações dos filantropos e moralizadores: dois rapazes morreram em Rouen, na penitenciária, em consequência de uma punição bastante curiosa que consistia em fazê-los ficar de pé vários dias seguidos dentro de uma caixa de relógio (talvez para lhes ensinar como o tempo era precioso); sua falta foi ter rido durante a lição, ter rido! Além disso são confinados a patifes que os enrabam”. (G. Flaubert, “Carta a Ernest Chevalier, Rouen, 9 de abril de 1842”, em *Correspondence, Paris, Gallimard, Col. Pléiade, v. I, p.100.* (Perrot, 1988:235)

Com estas questões é possível aproximar-se do que se constitui aqui em interesse de reflexão: o tempo de prisão. Que tempo é este?

A prisão moderna se conjuga por privação da liberdade e quantificação temporal. Sem relegar a importância da discussão sobre que espaço é este e suas implicações na forma de vida que é imposta às pessoas que transgrediram a lei, neste momento a tentativa é ressaltar o tempo de pena como objeto de investigação.

Força de trabalho, sua venda em tempo e o tempo de prisão

Acima foi apontada a articulação entre o modo de produção capitalista e a pena de prisão que se institui neste. No percurso feito até aqui, duas questões ficaram colocadas: como a prisão, sendo a princípio criticada e combatida pelos reformadores, passou num breve espaço de tempo a ser a principal e essencial medida de punição e prevenção do delito?; como o trabalho, da condição de vil e atribuidor de desonra a quem o exercia, passou a referência de honestidade e dignidade? Essas duas questões, parece, estão enlaçadas. Importa entender o fim dos suplícios e a instituição de uma pena, na qual a gravidade do delito é o que determina o tempo da punição.

Marilena Chauí, ao prefaciар o livro “*O Direito à Preguiça*”, mostra como ao trabalho, nas sociedades anteriores ao capitalismo, está associada a idéia de desonra e falta de



virtude. Mostra que a palavra trabalho, originada do latim, vem de *tripalium*, “*instrumento de tortura para empalar escravos rebeldes e deriva de palus, estaca, poste onde se empalam os condenados. E labor (em latim) significa esforço penoso, dobrar-se sob o peso de uma carga, dor, sofrimento, pena e fadiga*”. (p.12.

A discussão que Chauí faz é como, de algo considerado vil e desqualificante, o trabalho passou a ser considerado elemento de honra e honestidade. Assim, ela indaga:

“(...) como e quando o horror pelo trabalho transformou-se no seu contrário? Quando as palavras honestus e honestiores deixaram de significar homens livres e passaram a significar o negociante que paga suas dívidas? Quando e por que se passou ao elogio do trabalho como virtude e se viu no elogio do ócio o convite ao vício, impondo-se negá-lo pelo neg-ócio?”
(Chauí,1999:12)

Lafargue, no processo de denúncia da exploração desenfreada imposta pelo capitalismo, em que o ser humano se objetiva na relação com a máquina, produz um giro propondo um elogio à preguiça, “manifesto” de luta e de alerta aos trabalhadores e aos dirigentes dos movimentos sociais sobre a cilada na qual o capitalismo lançou o trabalhador com sua proclamação do trabalho como virtude:

“Uma estranha loucura apossa-se das classes operárias das nações onde impera a civilização capitalista. Esta loucura tem como consequência as misérias individuais e sociais que, há dois séculos, torturam a triste humanidade. Esta loucura é o amor pelo trabalho, a paixão moribunda pelo trabalho, levada até o esgotamento das forças vitais do indivíduo e sua prole” (Lafargue,1999:63)

O autor faz referência ao processo de desenvolvimento das forças produtivas como condição de emancipação dos seres humanos do jugo do trabalho explorado. Lafargue aponta que, com o desenvolvimento das maquinarias, o homem não necessitaria trabalhar mais que três horas diárias, tendo o restante de seu dia para filosofar, festejar... “*pelo resto do dia e da noite*”.

A contradição é que o desenvolvimento das máquinas não têm promovido a emancipação dos trabalhadores, pelo contrário, tem ampliado sua dominação:

“À medida que a máquina se aperfeiçoa e elimina o trabalho do homem com uma rapidez e precisão cada vez maiores, o operário, em vez de prolongar seu descanso na mesma medida, redobra seus esforços, como se quisesse rivalizar com a máquina. Que concorrência absurda e assassina!



Para que a concorrência entre o homem e a máquina tivesse livre curso, os proletários aboliram as sábias leis que limitavam o trabalho dos artesãos nas antigas corporações; suprimiram os feriados. Pelo fato de os produtores de então trabalharem apenas cinco dias em sete, acreditavam, como relatam os economistas mentirosos, que viviam apenas de sombras e água fresca? Ora, vamos! Tinham tempo livre para gozar as alegrias da Terra, para amar e rir, para banquetear-se alegremente em honra do alegre deus da Preguiça” (Lafargue, 1999:88).

É nesse processo que se vê o valor que passa a ser atribuído ao trabalho, sendo este transformado, segundo Chauí, em um *ethos*. Ao discorrer sobre o trabalho, fala de seu desvalor na Roma e Grécia antigas, opondo-se ao valor atribuído pelos filósofos e poetas ao ócio, “indispensável para a vida livre e feliz, para o exercício da nobre atividade da política, para o cultivo do espírito (pelas letras, artes e ciências) (...)”. Em contrapartida, o trabalho cabia aos escravos e desonrava quem o exercia, “o trabalho como pena que cabe aos escravos e desonra que cai sobre homens livres pobres. São estes últimos que, na sociedade romana, eram chamados de humildes, os humildes ou inferiores, em contraposição aos honestiores, os homens bons porque livres, senhores da terra, da guerra e da política”, (1999:11). Chauí esclarece, ainda, que o fazer, o labor, é dissociado do produto do trabalho, sendo aquele desqualificado “como algo vil e mesquinho”.

Essas referências históricas, tanto as mostradas por Lafargue como por Chauí, mostram a relação com o trabalho, na fase anterior ao capitalismo, ligado a atividades que estavam na dependência do corpo, tanto em sua execução, em seu fazer, como em seu sentido; assim, faz-se referência aos escravos, que como tais eram propriedades. Havia uma compra do homem, portanto, de seu corpo; ele era meio de produção. Lafargue (1999) cita uma poesia que fala da invenção de instrumentos que liberem o trabalhador dos afazeres para que ele desfrute de seu tempo e de sua vida: “Um poeta grego do tempo de Cícero, Antíparo, assim cantava a invenção do moinho d’água (para moer grãos): ele iria emancipar as escravas (...)” (p.87).¹⁰

Chauí fala desse tempo contemporâneo que exalta o trabalho, transformando-o em elemento que atribui honestidade a quem a ele se dedica; Lafargue fala desse tempo, com a invenção e desenvolvimento das máquinas, em que não mais requer o ser humano ser subjugado pelo ofício, mas que poderia gozar de seu tempo livre; mas, ao contrário disso, sua servidão ficou sem limites, estabelecendo-se uma espécie de loucura, em que o ser humano parece concorrer com a máquina.

¹⁰ “Descansem o braço que faz girar a moenda, ó moleiras, e durmam em paz! Que o galo em vão as avise que o dia surgiu! Dao impôs às ninfas o trabalho dos escravos e, no entanto, lá estão elas a saltar alegremente sobre a roda enquanto o eixo danificado gira com seus raios, fazendo girar a pesada pedra rolante. Vivamos da vida de nossos pais e, ociosos, rejubilemo-nos com os dons que a deusa nos dá” (Lafargue, 1999:87).



A partir dessas referências é possível observar o trabalho ligado ao corpo. Até a revolução industrial - revolução burguesa - o corpo estava diretamente envolvido na produção dos bens e objetos de consumo. Com a máquina, o que Lafargue aponta é do quão passa a ser desnecessária essa relação direta do ser humano com a natureza no processo de transformação dela em bem de consumo.

O escravo moía, fiava, debulhava o trigo... E o servo estava ligado e dependente da terra, ambos eram propriedades, assim como a terra; cultivava-se a terra, plantava-se, semeava-se, colhia-se, manualmente, sem maquinário. Esse é um dos sentidos que pode ser atribuído a essa mudança, ou seja, não havendo mediação da máquina, o próprio corpo do trabalhador estava associado à sua função.

Interessa pensar neste lugar do trabalhador, o escravo, o servo, enquanto pessoas às quais eram negados direitos; elas, como ensina Marx, estavam presas a laços naturais. Assim, eram desvalorizadas por seus afazeres, que eram determinantes naturais de seus lugares sociais. Os lugares sociais eram fixamente determinados e a riqueza era passada por herança, não havendo – ao contrário do que passa a ser propalado pelo liberalismo - a possibilidade da ascensão social, com condições iguais para todos.

Esse processo de “desprendimento dos laços naturais”, se de um lado traz a idéia de mobilidade social, de outro provoca um estranhamento no trabalhador em relação ao produto de seu trabalho: ele não o reconhecerá como sua criação. Essa questão acha correspondência no conceito de trabalho alienado, de trabalho assalariado, condição do trabalho no capitalismo.

Chauí, ao falar do trabalho alienado, diz que ele aparece ao trabalhador que o produziu como um “outro”, ou seja, o trabalhador não reconhece sua obra:

“(...) os produtos são enviados ao mercado de consumo e cada trabalhador, ignorando o trabalho de todos os que produziram as mercadorias, vê os produtos do trabalho como coisas prontas que parecem existir por si mesmas. Em suma, não as percebe como objetivação de sua subjetividade humana, mas como algo que parece não depender de trabalho algum para existir - o produto aparece como “outro” que o produtor. Além disso, as condições impostas pelo mercado de trabalho são tais que os trabalhadores vendem sua força de trabalho por um preço muito inferior ao trabalho que realizam e por isso se empobrecem à medida que vão produzindo riqueza. Isso significa que os produtos do trabalho também não estão ao alcance do trabalhador, que os vê no mercado, mas não tem como adquiri-los. Ou, como diz Lafargue, os operários foram condenados à abstinência de todos os bens que produzem” (Chauí, 1999:35-36).

Ao discutir a “Transformação do dinheiro em capital”, Marx (1988) revela o trabalho como produtor da riqueza. Ao criticar a economia política clássica, Marx mostra o que é



negado quando se faz a discussão da constituição do capital a partir da circulação, ou seja, que o valor (valor de uma mercadoria) é determinado pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção, medida em tempo. Com isso Marx revela o trabalho a mais, não pago, que é extraído e que é produtor da riqueza, ou seja, a extração da mais-valia.

Ao vender sua força de trabalho, Marx mostra que o trabalhador se aliena dela:

“Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas de modo algum, uma injustiça contra o vendedor” (Marx, 1988:153).

Nesse momento estão colocados os elementos para alinhar a primeira das questões levantadas, a qual referia que os suplícios e o trabalho (como elemento de desonra) se articulavam. Pois, a partir da afirmação de que a pena de prisão é um produto da sociedade capitalista, para estar em coerência com esse raciocínio, os suplícios devem ser entendidos como produto de formas econômicas anteriores; portanto, as penalidades se evidenciam reguladas pela forma que o trabalho assume em cada formação econômica.

E onde se faz essa articulação? No fato de que, no capitalismo, o trabalhador é considerado livre; ele oferecerá no mercado a sua mercadoria – sua força de trabalho. Como toda mercadoria, é o tempo que determinará o valor dela (ele a vende por hora, dia, semana ou mês). Assim, o que se constitui em bem do trabalhador, e aparece como possibilidade dele “acumular” ou ascender socialmente, é o seu trabalho. Se ele é pago pelo tempo de trabalho, ao ser sentenciado à pena de prisão é suprimido dele esse tempo para vender sua força de trabalho.

É assim que a punição recai sobre o tempo, porque este é valor, o bem que o trabalhador possui.

É nessa linha de raciocínio que se encontra correspondência entre o trabalho escravo e os suplícios: porque o trabalhador era o bem, então se infligia a pena sobre seu corpo. A máquina, como já foi dito anteriormente, traz um elemento de mediação entre o trabalhador e a transformação da natureza.



Infer-se que pode haver nessa relação direta do trabalho com o corpo, tanto um dos elementos que constituíam aquele em desonra, como um dos elementos que determinam a penalidade em forma de suplícios aplicados ao corpo.

Assim, o proprietário, ao comprar o escravo ou comprar a terra, passava a ser dono deles; o escravo não era reconhecido como cidadão e não era sujeito de direitos. É nesse sentido que as penas podiam ser dirigidas sobre o corpo, porque a pessoa do trabalhador constituía-se em propriedade e sobre ele podia-se agir. Se um escravo não trabalhava a contento, não seria demitido, mas vendido ou castigado: infligia-se uma pena sobre sua própria pessoa, podia-se tirar-lhe publicamente a vida.

Os pelourinhos representavam, assim, a própria referência de organização de uma cidade, pois era a referência de estabelecimento da lei: *“Pelourinho (...) Coluna de pedra ou madeira em praça ou lugar público, e junto da qual se expunham e castigavam criminosos: ‘Fez-se a consagração do novo município, segundo o velho uso português, plantando na praça principal o pelourinho, símbolo da autoridade e da justiça’ ”.* (Novo Dicionário Aurélio).

Portanto, se com a sociedade moderna há um distanciamento da natureza, infer-se que tanto o trabalho se dissocia do trabalhador – passando a haver uma mediação pelos maquinários –, quanto os castigos não devem mais ser aplicados ao corpo. O trabalhador não é mais propriedade do dono dos meios de produção; ele vende sua força de trabalho em tempo. Com isso entra o elemento da liberdade e do direito de cidadania. O trabalhador assalariado é um cidadão livre. Esse é o discurso liberal, por isso se diz que o que se tira dele é a liberdade – liberdade, deveria ser acrescentado, para vender sua força de trabalho. Preso, ele não “poupará” nada. Tempo de prisão é tempo perdido.

Ao diferenciar a situação do trabalhador assalariado da do escravo, Cafiero (1987) diz:

“Mas o operário não vende a sua mercadoria de uma só vez e para sempre. Ele vende a sua força de trabalho em parte, por um dado tempo, um dia, um mês, etc. Se o operário vendesse sua força, sua capacidade de trabalho inteiramente, não seria mais mercadoria e se transformaria ele mesmo, sua pessoa, em mercadoria; não seria mais um assalariado, mas um escravo do seu patrão” (Cafiero, 1987:19-20).

Com esta questão entra um elemento principal no que se entende constituir a mudança da forma de penalidade de suplícios para privação da liberdade associada a um tempo.

Acima se trouxe a discussão de como o trabalho, de desvalor, passou a ser referência de honra e moral. A isto se soma a questão da transgressão da lei estar comumente associada à idéia de falta de aptidão para o trabalho, vadiagem e preguiça.



Chauí nos diz:

“Marx sublinha a diferença entre o modo de produção capitalista e outras formas econômicas, demonstrando que a especificidade do capitalismo está em acumular e reproduzir a riqueza social e assegurar os meios para a apropriação privada dessa riqueza. Nas outras formas econômicas, a riqueza social não aumenta nem diminui, apenas muda de mãos. É assim que um reino rico pode tornar-se pobre ao perder uma guerra e ter todos os seus bens transferidos para as mãos do vencedor, que se torna mais rico. Mas não houve crescimento social da riqueza, não houve produção de mais riqueza. Houve entesouramento. Tesouros desaparecem enquanto outros surgem ou aumentam, mas a economia, como um todo, não cresce. No capitalismo, ao contrário, a riqueza social cresce, pois a marca própria do capital é produzir sempre mais capital” (Chauí, 1987:38).

E qual o elemento que concorre para a produção e acumulação da riqueza? Para responder a esta pergunta, encontra-se em Cafiero uma clara e didática explicação:

“(...) chega-se à conclusão de que a questão da origem do capital se resolve, em última análise, nesta outra questão: encontrar uma mercadoria que dê mais dinheiro do que se gastou em sua compra. Em outras palavras, encontrar uma mercadoria que, em nossas mãos, possa aumentar de valor, de tal modo que, vendendo-a se possa ganhar mais dinheiro. Portanto, deve ser capaz de aumentar o seu valor, a sua grandeza de valor. Esta mercadoria tão singular existe: é a força de trabalho” (Cafiero, 1987:9).

Dinheiro não representa capital até que ele gere este último no processo de acúmulo de riqueza. Mas o que se quer ressaltar é o elemento que entra como gerador do próprio valor, ao possibilitar a multiplicação do valor empregado na produção de mercadorias. Este elemento, como fica claramente colocado acima, é a força de trabalho. E esse, como se tentou desenvolver, é um elemento que diferencia a própria condição do trabalhador, porque ao momento histórico referido, tanto de mudança da forma de penalidade como da transformação do trabalhador escravo ou servo em trabalhador assalariado, é o tempo que entra em questão.

É por hora, dia, semana, mês ou ano, enfim em tempo, que o trabalhador vende sua força de trabalho. E é ele que dará sentido à própria vida do trabalhador, na medida em que seu tempo, como ver-se-á, só tem valor se estiver articulado ao mercado de produção.

Tempo improdutivo é tempo morto. É assim que o trabalhador desempregado não usufrui seu tempo livre, porque na verdade seu tempo não lhe pertence, a não ser para vender.



Cafiero (1987) esclarece que o tempo vendido ao capitalista lhe pertence: “O tempo durante o qual o operário trabalha, é o tempo durante o qual o capitalismo consome a força de trabalho, que ele comprou do operário. Se o assalariado consome o tempo que tem disponível para si mesmo, ele está roubando o capitalista” (p.27).

O tempo dos trabalhadores, na sociedade capitalista, só adquire valor no mercado de trabalho, adquire valor na venda que o trabalhador faz de sua força de trabalho. Assim, o trabalhador desempregado deve utilizar seu tempo na procura de emprego. Ele não é visto sentado em uma biblioteca deliciando-se com um livro, ou indo ao cinema, ou sentindo-se à vontade para dormir até mais tarde... Caso ele se dedique a essas atividades, será visto e nomeado como preguiçoso. Tempo sem trabalho é tempo ocioso¹¹. E ociosidade é algo, no mínimo, suspeito.

A dedicação ao trabalho, oposição a tempo livre, adquire valor moral. Nesse sentido, Weber (1997), ao apresentar *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, faz referência às proposições de Benjamin Franklin, que demonstram isso que está se querendo dizer:

“As mais insignificantes ações que afetem o crédito de um homem devem ser consideradas. O som de teu martelo às cinco da manhã, ou às oito da noite, ouvido por um credor o fará conceder-te seis meses a mais de crédito; ele procurará, porém, por seu dinheiro no dia seguinte, se te vir em uma mesa de bilhar ou escutar tua voz, em uma taverna, quando deverias estar no trabalho; exigi-lo-á de ti antes que possas dispor dele. Isto mostra, além do mais, que estás consciente do que possuis; fará com que pareças um homem tão cuidadoso quanto honesto e isto ainda aumentará teu crédito” (Weber, 1997:30).¹²

Lafargue denuncia a “escravização” do homem ao trabalho, no momento em que ele possui condições de libertar-se para usar em seu benefício seu próprio tempo, e diz a quem serve e interessa essa situação:

“Mas, surdos e imbecilizados por seus próprios gritos, os economistas continuam: Trabalhem, trabalhem sempre para criar seu próprio bem-estar! E, em nome da mansidão cristã, um sacerdote da igreja anglicana, o reverendo Townshend, salmodia: Trabalhem, trabalhem dia e noite. Trabalhando, fazem crescer sua própria miséria e

¹¹ Conforme o Novo Dicionário Aurélio: **Ocioso** (...) que não trabalha; desocupado, inativo: indivíduo ocioso. **2.** Em que há ócio: vida ociosa. **3.** Que vive na ociosidade (2); preguiçoso, mandrião, vadio. **4.** Improdutivo, improficuo, estéril: discussão ociosa. **5.** supérfluo

¹² A primeira publicação deste texto de Max Weber é de 1904-05.



sua miséria nos dispensa de impor-lhes o trabalho pela força da lei” .(Lafargue, 1999:78-79).

Nessa referência ao tempo podem ser citadas as primeiras lutas do movimento operário, que em muito se organizara na defesa da redução das extensas jornadas de trabalho, jornadas de 12, 14, 16 horas diárias. Ainda é recente a luta no Brasil pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Contudo, se encontra na história relatos de jornadas que se estendiam ilimitadamente; a esse respeito Cafiero relata o caso de uma operária que morreu nas dependências da fábrica em que trabalhava, em decorrência de excesso de trabalho:

“Pelos fins de junho de 1863, os jornais de Londres destacavam em suas manchetes a morte de uma modista de 20 anos, por excesso de trabalho. Ela morrera nas dependências da manufatura em que trabalhava. A jornada de trabalho nessa manufatura era de 16 horas e meia por dia. Entretanto, por causa de um baile no palácio do governo, para quem a empresa executava as encomendas, suas operárias tiveram que trabalhar 26 horas e meia, sem parar. Eram cerca de 60 moças que trabalhavam em péssimas condições, espremidas no reduzido espaço da oficina. A moça da manchete do dia seguinte, além disso, dormia em um quarto muito estreito e sem ventilação. Ela morrera antes de concluir sua jornada de trabalho. O médico chegou tarde demais. Em seu laudo, além de observar as condições de trabalho das costureiras, assinalou a causa mortis: excesso de trabalho” (Cafiero,1987:30).

Mas o que faz o tempo adquirir esse valor no capitalismo? Marx esclarece como ele se constitui na referência para o próprio valor de troca e de produção social da riqueza, com a extração da mais-valia; é o tempo de *trabalho socialmente necessário* o que define o valor:

“Como valores de troca de grandeza diferente, apresentam uns mais ou menos, maiores ou menores quantias daquele trabalho simples, uniforme, geral abstrato, que constitui a substância do valor de troca. Importa saber como medir essas quantias. Ou importa saber antes qual é o modo de ser quantitativo daquele trabalho, porque as diferenças de grandeza das mercadorias como valores de troca são apenas diferenças de grandeza do trabalho objetivado nelas. Já que o modo de ser quantitativo do movimento é o tempo, assim o modo de ser quantitativo do trabalho é o tempo de trabalho. Pressupondo sua qualidade como dada, a única diferenciação de que é suscetível é a diversidade da sua própria duração. Como tempo de trabalho, obtém seu padrão de medida nas unidades naturais do tempo: hora, dia, semana etc. Tempo de trabalho é



o modo vivo de ser do trabalho, indiferente à sua forma, ao seu conteúdo, à sua individualidade; é o seu modo vivo de ser como quantidade, ao mesmo tempo que é sua medida imanente. O tempo de trabalho objetivado nos valores de uso das mercadorias é tão exatamente a substância que os torna valores de troca, e daí mercadorias, como também mede sua grandeza determinada de valor” (Marx, 1999:59)¹³.

Com esses elementos trazidos até aqui parece possível discutir porque a forma de penalidade, no modo de produção capitalista, passa a ser regulada em tempo.

Ao ser condenado a um tempo de prisão, é retirado deste homem o único bem que possui (o que troca no mercado, sua força de trabalho) para garantia de sua subsistência e de sua família, e ao mesmo tempo no qual se depositam as promessas de mobilidade social (“Deus ajuda quem madruga”).

Nesse sentido, não é à toa que o delito deva ser pago em tempo. Porque, como já se disse anteriormente, independente do delito, o espaço pode continuar o mesmo, mas o que deve ser alterado é o tempo, é ele que diz da gravidade do delito, sendo a condenação proporcional à gravidade deste.

Talvez caiba perguntar se é ao acaso que o tempo máximo de cumprimento de pena no Brasil seja de 30 anos, aproximando-se assim do tempo avaliado produtivo, e exigido como tempo de serviço para aposentadoria.

Pode corroborar isso uma referência encontrada em Cafiero:

“Se eu, como operário, vivo em média 30 anos, trabalhando num ritmo médio razoável, e tu consumes a minha força de trabalho em dez anos, tu não me pagas mais que um terço do seu valor diário; portanto, roubas de mim, todos os dias, dois terços de minha mercadoria (...) o capitalista mantém seu direito como comprador, quando procura prolongar a jornada de trabalho o máximo possível e tentando fazer de dois dias um só (...) ele [o médico] enumera ainda vários casos de doenças e conclui a relação com a causa principal: as longas horas de trabalho” (Cafiero, 1987:28-29).

Assim, é possível dizer – ao se indagar sobre a constituição da penalidade moderna, que o tempo se destaca como um fator essencial para se pensar a própria instituição penal.

Neste sentido, afirma-se que, ao contrário do que é dito e correntemente propalado sobre as pessoas que cometem ato de infração à lei, não eram pessoas “vagabundas, preguiçosas...”, mas pessoas que estavam vinculadas ao mercado de trabalho, com 10,

¹³A primeira publicação deste livro de Karl Marx é de 1867.



12, 22 anos de trabalho. E é a própria pena de prisão que as desarticula do mercado de trabalho. Não é preciso argumentações para saber que as pessoas que cumprem pena, ao saírem da prisão, dificilmente conseguem se reintegrar ao mercado de trabalho.

Pode ser trazido à lembrança João Acácio de Oliveira, que ficou conhecido como “Bandido da Luz Vermelha” e cumpriu 30 anos de pena, e tantos outros que não chegaram à mídia, e por isso ficaram anônimos. O que lhes restou ao sair da prisão?

O que entra em questão com a pena de prisão é uma sentença geralmente infinita, porque a pessoa que cumpre pena não terá mais “oportunidade” de vender seu bem, sua mercadoria. É como se, por trás da sentença oficial, tivesse uma outra (a do capitalista) que dissesse: você é livre para me vender a sua força de trabalho; se você não a coloca no mercado, você está me roubando. O que fará do seu tempo se você não me servir, vendendo por um preço muito baixo sua mercadoria? Se quer o seu tempo, tome-o para você, sem me vendê-lo de nada ele lhe serve.

Com isso é possível dizer que o que se inaugura com a forma de penalidade moderna é o tempo de prisão. A prisão seria esse tempo que é tempo de vida perdido.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, S.L. (2000) ADORNO, S. e BORDINI, E. B. T. (1989) Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974 -1985. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 9, vol. 3, fev.
- AZEVEDO, J. E. (1997) *A Penitenciária do Estado: análise das relações de poder na prisão*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- BECCARIA, C. (1999) *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martins Fontes.
- CAFIERO, C. (1987) *"O capital": uma leitura popular*. 5ª edição, São Paulo: Editora Polis.
- CHAUÍ, M. (1999) Introdução. In: Lafargue, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Editora Unesp / Editora Hucitec.
- FOUCAULT, M. (1991) *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- HOLANDA, A. (1986) *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LAFARGUE, P. (1999) *O direito à preguiça*. São Paulo: Editora Unesp / Editora Hucitec.
- MARX, K. (1988) *Para a crítica da economia política*. In: *Os pensadores*, São Paulo: Nova Cultural.
- _____. (1999) *Livro primeiro: do capital*, In: os pensadores. São Paulo: Nova Cultural.
- PERROT, M. (1988) *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ROCHA, L. C. (1994) *A prisão dos pobres*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SÁ, G. R. de. (1996) *A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade*. Rio de Janeiro / Juiz de Fora: Diadorim / Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- IZUMINO, V. P. (1998) *Justiça e violência contra a mulher – o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos*. São Paulo: Annablume – FAPESP.
- WEBER, M. (1997) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

• Recebido para publicação novembro de 2001

• Aprovado para publicação em abril de 2002



Música Popular, Estilo Estético e Identidade Coletiva

Popular Music, Aesthetic Style and Collective Identity

Kátia Maheirie*

maheirie@uol.com.br

Resumo:

Este artigo considera a música popular como construtora de experiências afetivas e reflexivas, capaz de produzir significados singulares e coletivos. Neste sentido, ela se faz uma linguagem especialmente política, se constituindo em mediação na construção de um possível paradigma ético-estético, onde se alia trabalho e compromisso com divertimento e prazer, na construção do sujeito coletivo.

Palavras-chave

Música popular; afetividade; estética; identidade coletiva, grupo sociais

Abstract

This article considers the popular music as a constructor of affective and reflective experiences, capable of producing individual and collective meanings. In this sense it functions as an especially political language, consisting of mediation in the construction of a possible ethical-aesthetic paradigm, where work and commitment unite with entertainment and pleasure, in the collective subject's construction.

Key words

Popular music; affectivity; aesthetics; collective identity, social groups

*Doutora em Psicologia Social pela
PUC/SP e Professora do
Departamento de Psicologia da
UFSC - Coordenadora do
Laboratório de Estudos em
Comportamento Político.*



MÚSICA POPULAR, ESTILO ESTÉTICO E IDENTIDADE COLETIVA





A música popular, segundo Menezes Bastos (1995), quando aparece no mundo moderno¹, já se manifesta de maneira global, constituindo-se como um dos elementos na reconstrução de identidades nacionais, mediada pelos recursos tecnológico-industriais. Então, a música popular que aparece como um fenômeno mundial desde os anos 30, primeiro no jazz, depois no rock², já aparece respondendo questões identitárias, locais, regionais e nacionais.

Neste sentido, buscando amparo em etnomusicólogos, antropólogos e sociólogos da música urbana, é possível afirmar que ela produz elementos novos no cotidiano dos sujeitos, constituindo-se como uma mediadora na construção de identidades coletivas. Cada característica que compõe a música popular nos seus diversos gêneros e estilos, participa do cotidiano dos sujeitos. O sujeito subjetiva tais características e as objetiva de volta, em forma de idéias, posturas, modo de andar, falar, vestir, dançar e de perceber o mundo que está inserido. Ao pensarmos, especificamente, no rock, com suas variações de estilos e combinações com outros gêneros, veremos nos shows de caráter massivo, o fenômeno da coletividade, do agrupamento em torno de uma única causa, acontecendo num determinado momento.

No Brasil, na década de 80, vê-se o surgimento de muitas bandas, tocando em bares e casas noturnas, gravando discos, possibilitando, por sua vez, a criação de um mercado responsável pela divulgação de seu produto, com revistas especializadas, videocliques e outros produtos. Mais precisamente, nesta década, acontece uma ampliação de todos os elementos que envolvem o mercado fonográfico (Souza, 1995).

No que diz respeito à formação de agrupamentos coletivos, pode-se apontar os anos 60, 70 e 80, os quais se destacam as lutas que envolviam movimentos musicais e as músicas presentes em movimentos sociais, funcionando como efetivas mediações para as transformações sociais, econômicas e políticas. Acontecimentos políticos mundiais e nacionais, como no caso da ditadura militar, dividem a sociedade em múltiplas posições, que são “polemizadas por canções que dialogam entre si” (Menezes Bastos, 1995: 8), atingindo até o plano político propriamente dito. As canções “conversam” sobre questões sociais, culturais, econômicas e políticas, num contexto que alcança todas as formas de arte, de uma maneira concomitante.

¹ A fase inicial da música popular está ligada a impressão de “folhas de música”, ao sarau, ao “music hall”, etc. Mas, como fenômeno fonográfico, a música popular data o século XX (Menezes Bastos, 1995).

² Para este autor, a música popular é “o ‘terceiro’ universal musical do Ocidente” (p. 4), em que o primeiro seria o Gregoriano e o segundo a Música Ocidental dos séculos XVII-XIX. Ao discutir este “terceiro universal”, utiliza o jazz e o rock “como uma só e contínua linguagem” (p. 5) no processo de difusão mundial, sem negar as especificidades e diversidades locais.



Nos novos movimentos sociais (NMS)³, as músicas surgem como uma expressão na “construção de raízes” (1993: 38) e no fortalecimento das identidades. Assim, a música popular, mais que elemento expressivo, é um elemento *construtor* de identidades.

Simon Frith (1987), em um artigo onde discute a música popular, afirma que ela *cria* o nosso entendimento sobre as coisas, inclusive sobre a própria noção de popularidade. Nesta perspectiva, as músicas criam identidades específicas para questões específicas como, por exemplo, nos movimentos feministas – identidade de gênero, nos movimentos negros – identidade da negritude, nos movimentos ecológicos – identidade ecológica, etc. Portanto, elas não só expressam, mas, fundamentalmente, buscam definir os sujeitos de forma coletiva e singular. Carregadas de significações coletivas, as músicas provocam experiências emocionais intensas que são vividas no singular. Ao reagir a uma canção de forma afetiva, o sujeito se identifica com os músicos/artistas e com o público/fãs daquelas canções, formando laços que se unificam na construção de uma identificação comum. Por isso, a título de exemplo, o autor afirma ser possível a construção de fenômenos como o nacionalismo e o patriotismo, já que só a música pode fazer o sujeito *sentir* “valores e orgulhos comuns” (p. 6)⁴.

Este autor compreende que a música popular pode ser usada de diversas maneiras e aponta, para ela, quatro funções sociais. A primeira seria para responder questões de identidade, isto é, usaríamos as canções para nos definirmos e definirmos o nosso lugar na sociedade. Assim, ao nos identificarmos com a música que gostamos, com os artistas, fãs, etc., excluímos aquilo que não gostamos, aqueles que não gostam das músicas que gostamos, seus artistas e seus fãs. Todo este processo passa a ser experienciado nos shows e festivais, por exemplo, e o jogo “inclusão/exclusão” é vivenciado nas discussões sobre música e na divisão de grupos nas diversas localidades de um determinado contexto cultural.

A segunda função da música é administrar o relacionamento entre o público e o privado. As canções dão forma e voz as emoções que os sujeitos, muitas vezes, não conseguem expressar, pois se sentem “desconcertados e incoerentes” para expô-las. As músicas seriam “formas públicas de expressão do privado” (p. 7) e isto explicaria a “idolatria” que as pessoas poderiam ter por alguns cantores, isto é, estes seriam idola-

³ “Novos movimentos sociais” é uma denominação presente na literatura pertinente, e se refere aos movimentos sociais que surgem a partir da década de 70, ganhando a qualidade de “novos” em função da forma como decidem sua própria organização (mais democracia, autonomia, multiplicidade ideológica, autodeterminação, autogestão e práxis cotidiana), e também no tipo de reivindicação, que transcende o econômico, denunciando outras formas de exclusão social. Ver Evers, 1984; Maheirie, 1997a, 1997b; Sandoval, 1989; Scherer-Warren, 1984, 1987, 1993.

⁴ Tradução de Inês Afrano.



trados porque pareceriam poder dizer exatamente o que elas sentem e, assim, cada sujeito poderia chegar a um autoconhecimento através da música.

A terceira função seria organizar nosso conceito de tempo. O primeiro movimento seria o de “intensificar nossa experiência no presente” (p. 8), de parar o tempo, congelar os instantes. Esta é a chave para compreendermos o impacto físico da música: estamos numa relação totalmente direta com a batida, o pulsar e o ritmo dela, os quais controlam toda organização que fazemos do tempo. O outro movimento é consequência deste, e implica numa reorganização de nossa memória singular e coletiva. Ela intensifica nossas lembranças e concentra nossa atenção no sentido do tempo, já que “as canções são organizadas (é parte do seu prazer) em torno de antecipação e eco, em torno de finalizações que esperamos ansiosamente, de refrãos que deixam saudade quando a música termina” (idem).

A última função da música aparece como consequência de todas as outras e implica no fato de que ela é sentida por nós, como algo que possuímos. Ou seja, a música se faz uma mercadoria concreta, na qual possuímos o disco (no caso CD), e também uma mercadoria simbólica, quando usamos o clichê “estão tocando a nossa música”. Esta função da música implica na posse do objeto concreto (do disco), da canção (minha ou nossa música), e até mesmo do cenário de um show e do próprio artista, em que tudo passa a fazer parte do sentido de nossas vidas, de nossa identidade singular e coletiva. Assim, mais uma vez, vivenciamos o jogo da exclusão/inclusão, já que incluímos entre nós aqueles que compartilham conosco das “qualidades” daquelas músicas que gostamos e excluimos aqueles que a criticam.

Ao localizar os sujeitos num cenário cultural e político, a música também pode estar apontando discussões interessantes sobre a mudança das estruturas sociais. Através dela, nossas insatisfações ganham a cumplicidade de artistas, de outros fãs e, ela, pode passar a ser um fenômeno perturbador da ordem vigente. Mas, este efeito revolucionário que a música popular pode ter, só é possível porque “é uma fonte de emoções fortes” (p. 14), que exercem um impacto sobre as pessoas e, na medida em que forem coletivamente compartilhadas, podem ir contra aquilo que lhes é imposto.

Ou seja, Frith está nos apontando o caráter político da música, mas alerta que, em si, não é revolucionária nem reacionária, apenas indica às possibilidades de transformação social que, através dela (e obviamente do contexto no qual ela se insere), se pode realizar. Menezes Bastos (1993) completa a temática afirmando que a música popular “passa a ser empregada como um dos idiomas mais cruciais do ‘compromisso político’” e se faz o “novo *universal*” no cenário da Música Ocidental, como um verdadeiro “bazar de identidades” (p. 65).

Para Wicke (1985), ela constrói identidades, possuindo um caráter político bastante eficiente, uma vez que desempenha uma função *medial*, já que, por meio dela, pode-



mos significar subjetivamente os objetos do mundo. Os processos sociais, com seus valores e significações mais gerais, podem se realizar por meio dela, transformando aquilo que é coletivo naquilo que é pessoal. Exemplo disso, é o rock britânico da década de 60, com Beatles, The Who e Rolling Stones, construindo “um estereótipo de jovem”, e o rock americano construindo um “estereótipo de liberdade” (p. 13)⁵.

O rock, sob determinada perspectiva, acaba fazendo um “apelo” ao coletivo, em função, no mínimo, da festa e do divertimento, unificando e buscando aproveitar as diferenças existentes na interioridade de uma coletividade específica. Segundo Souza (op. cit.), o rock se traduz numa linguagem que faz uma aliança entre a crítica e a diversão, chamando o coletivo para a vivência do cotidiano, o qual se revela um elemento importante na compreensão deste gênero musical.

O cotidiano, segundo Heller (2000), é a esfera da vida na qual o homem está por inteiro, com sua capacidade intelectual e afetiva, com toda sua “personalidade”, isto é, com suas idéias, habilidades, paixões, sentimentos, etc., mesmo que cada um deles não seja vivido de uma forma completamente intensa. A vida, assim compreendida, comporta duas esferas: a do humano-genérico – espaço da reflexão, produção intelectual, artística e política, na qual a preocupação está no horizonte daquilo que se conhece como humanidade em seu sentido genérico; e a da particularidade-individual – espaço das atividades do sujeito singular e das preocupações voltadas para o EU. Todo sujeito contém a particularidade e o humano-genérico, mas cada sujeito pode viver mais voltado para um plano, ou mais para o outro. De qualquer maneira, ações, escolhas e motivações costumam ser particulares e genéricas ao mesmo tempo,

“(...) de modo que a elevação acima do particular-individual jamais se produz de maneira completa, nem jamais deixa de existir inteiramente, mas ocorre geralmente em maior ou menor medida” (p. 25).

Mesmo contendo ambas as esferas, o cotidiano é um espaço no qual se costuma afirmar a possibilidade da predominância da esfera do particular-individual e da alienação, uma vez que, nele, pode estar presente o pragmatismo, o economicismo, os juízos provisórios, a ultrageneralização, os hábitos e a rotina. De qualquer forma, a característica fundamental do cotidiano se traduz naquilo que se conhece por *espontaneidade*. Pela ambigüidade que traz a noção de espontaneidade, o cotidiano pode parecer um espaço privilegiado para a produção e reprodução de preconceitos, trazendo valores e papéis carregados de rótulos inquestionáveis, de forma que, se qualquer uma das

⁵ Tradução de Raul Oliveira.



características da vida cotidiana se absolutizar, tem-se a alienação. Segundo Heller, a alienação só pode ser compreendida como alienação “*em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade*” (p. 37).

Mas, por outro lado, o cotidiano também pode ser uma esfera na qual, mesmo na espontaneidade, o sujeito se eleva em direção ao humano-genérico, compreendendo-se e sentindo-se como sujeito “inteiro”, como particularidade da genericidade humana. Esta elevação, mesmo que seja rápida ou que não aconteça inteiramente, nos indica que a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica, e não necessariamente alienação.

O que as reflexões sobre o cotidiano tem apontado, dentre elas as de Sawaia (1996), é que, nele, o homem tem condições de se relacionar com o outro por inteiro, transcendendo o fenômeno da alienação. Apesar de estar totalmente ligado ao presente, o cotidiano não se limita a ele, já que traz, em si, o passado e o futuro em diferentes temporalidades, concomitantemente. De acordo com a autora, seu fluxo pode ser revertido pela memória, pela imaginação e pela afetividade, de forma que o passado pode ser reposto no presente e o futuro antecipado aqui e agora:

“Essa redefinição do tempo-espço são formas particulares de viver as significações dominantes, historicamente, na dialética da fragmentação dos instantes e a unidade daquilo que potencialmente são” (p. 89).

Com uma multiplicidade de passados e futuros, o cotidiano abarca todas as características do humano, desde a afetividade até a crítica propriamente dita, contendo o sujeito como um todo. Vivido dialeticamente, já que articula em sínteses inacabadas, o passado, o presente e o futuro num único movimento, o cotidiano é o universal concreto. Nesta perspectiva, ele se constitui num dos elementos que integra as análises das ciências humanas e sociais, desde a década de 70, quando se buscava compreender os novos movimentos sociais. A chamada “pós-modernidade”, expressão difusa e carregada de controvérsias, inclui a vivência efetiva do cotidiano, dentre as características centrais do estilo da época em que se vive.

Para o fenomenólogo francês Maffesoli (1995), o estilo pós-moderno é o estilo estético. O estilo, conforme este autor, é aquilo pelo qual uma época se define, na medida em que unifica a diversidade das coisas presentes nesta época. Ele pode ser considerado aquilo que se pode tirar de essencial de um “sentimento coletivo” (p. 26), sendo a forma que dá origem a todas as outras formas de ser. Podendo ser comparado à “cristalização” de uma época sem nunca deixar de ser uma metamorfose, o estilo é vivenciado em todos os setores da vida, inclusive na produção e desenvolvimento dos valores adotados pelo sujeito. Nesta perspectiva, ele também está ligado à sensibilidade



de entre os sujeitos, de forma que sua mudança é causa e consequência da mudança de tal sensibilidade.

Sendo uma visão de mundo mais vivenciada do que criticamente pensada, o estilo é a “projeção concreta de todas as atitudes emocionais, maneiras de pensar e agir, de todas as relações com o outro, pelas quais se define uma cultura” (p. 64). De acordo com Abreu (1995), o estilo se constitui num conjunto de preferências que se exprime de uma única maneira em cada um dos espaços que utiliza.

Embora possa aparecer algumas vezes de forma “opaca” para quem o analisa, o estilo é bastante evidente para quem o vivencia, pois se exprime em imagens, agindo na globalidade do social, estruturando-se em forma de rede. Assim, “o estilo é, antes de mais nada, o fato de só existir no e pelo olhar ou pela palavra do outro” (Maffesoli, op. cit: 36).

Já a estética é aquilo que faz o sujeito experimentar, junto a outros, sentimentos, desejos, sensações e emoções, como uma forma de vibrar em comum. A estética, hoje, está muito mais voltada para o presente, para o cotidiano, e, por vezes, aonde predomina o supérfluo e o inútil, também convive, num mesmo movimento, a preocupação com o qualitativo e com o coletivo. Muitas vezes, sem se distinguir do outro, das idéias coletivas e das emoções em comum, a estética pós-moderna contempla uma ética que implica em “gozar do mundo tal como ele é” (p. 146), mesmo que de forma relativa, celebrando a diferença, o espetáculo e a forma.

Para Sawaia (1999), o paradigma estético que se vive hoje, valoriza a afetividade, a motivação do EU, mas corre o risco de cair no relativismo, na tirania da intimidade, se não se combate a estética individualista e intimista que qualifica a idéia de felicidade como aquilo que é local, individual e passível de consumo. É preciso viver uma ética que seja capaz de realizar a fusão entre o EU e o diverso, mantendo bons encontros com esta diversidade, não só de forma racional, mas também emocional, vivida na experiência concreta, mediada pelo estilo comunitário:

“O estilo de vida, ao se qualificar como comunitário, volta-se à mediação entre a universalidade ética e a singularidade do gozo individual e entre o bem estar particular e o coletivo e concebe o público e o privado, o pessoal e o político como conceitos reversíveis” (p. 24).

Reafirmando o já dito, existe uma ambigüidade nestas questões, já que nem sempre a intimidade é um espaço para a emancipação humana. Muitas vezes, dependendo de como ela está articulada, a intimidade pode ser tirânica (Sennet, 1988), se cultuarmos os sentimentos intimistas em detrimento do coletivo. Nesta direção, a ideologia da intimidade passa a ser opressora, transformando em



inimigo o sujeito que vivencia emoções diferentes das nossas, em relação a um mesmo objeto.

Mas, algumas vezes, o que se pode visualizar no atual momento, é uma reatualização de uma perspectiva positiva em relação à vida, experimentada desde a aparência dos fenômenos. Este aspecto se constitui em mais uma ruptura que o estilo estético pode estar apontando hoje, de uma forma diferente da qual apontava na modernidade, já que nesta havia uma cisão entre a aparência e a essência, enaltecendo a segunda em detrimento da primeira.

A fenomenologia husserliana já havia tentado derrubar o dualismo entre essência e aparência, cujo projeto foi retomado por Sartre na Introdução de “O Ser e o Nada”. Nesta obra, Sartre afirma que tal dualismo coloca no objeto um interior e um exterior, qualificando aquele como sua verdadeira realidade, mesmo que inacessível (Maheirie, 1994). O exterior seria, na melhor das hipóteses, apenas uma pele superficial que existiria para esconder a verdadeira essência do objeto: “era ‘aquilo que não é o ser’; não possuía outro ser, salvo o da ilusão e do erro” (Sartre, 2000: 15).

Hoje, há um esforço no sentido de ultrapassar esta cisão, de maneira a compreender a aparência como coextensiva à essência. A aparência não ocultaria mais a essência, podendo, ao contrário, revelá-la:

“A aparência remete à série total das aparências e não a uma realidade oculta que drenasse para si todo o ser do existente. E a aparência, por sua vez, não é uma manifestação inconsistente deste ser (...) e se já não acreditarmos mais no ser-detrás-da-aparição, esta se tornará, ao contrário, plena de positividade, e sua essência um ‘aparecer’ que já não se opõe ao ser, mas, ao contrário, é a sua medida” (p. 15-16).

Desta maneira, a profundidade dos fatos se busca também na superfície deles, que os revela e traduz, voltando a questão da forma, já que ela passa a ser indicativa e reveladora de si mesma. Como consequência, prestar atenção ao espetáculo e ao cenário onde a música é produzida e divulgada, passa a fazer parte do fenômeno musical.

Outra transformação que se destaca nos dias de hoje é relativa ao estar junto com o outro, que tampouco está voltado para um futuro longínquo. Então, o importante é o “agora”, o presente, o cotidiano, e o outro com o qual se compartilha momentos de prazer. Assim, na “efervescência” dos shows musicais, o EU pode se sintetizar com o outro, na vivência de uma felicidade compartilhada, no prazer de “estar junto”, num processo de identificação, chegando, muitas vezes, a se vislumbrar uma matriz para a construção de uma “sociedade” nascente.

É possível que na música, as novas formas de se fazer política se caracterizem como o contrário da pura dispersão. Nos momentos em que os shows são vivenciados, é



possível identificar singularidades se constituindo em grupos e vivenciando uma estetização da existência em todos os seus planos. Assim, dependendo da situação, pode-se chegar a colocar o público, no momento do show, como um tipo específico de grupo, o “grupo em fusão”, tal como Sartre o caracterizou em “*Crítica de la razón dialéctica*” (1979). Neste tipo de grupo, cada sujeito tem o seu valor, mas seu valor é imediatamente proporcional ao valor da coletividade, isto é, seu valor é caracterizado em função do grupo no qual está inserido. Nesta perspectiva, todos são importantes, no qual cada sujeito é uma peça fundamental desta engrenagem, e serve de mediação para todos os outros.

Nascendo da fusão da serialidade⁶, o público, comparado a este tipo de grupo, jamais deve ser compreendido como uma unidade fechada, pois se dialetiza, constantemente, na diversidade da sua interioridade. Enquanto totalização, se caracteriza como sendo um objeto sempre inacabado e aberto, que necessita existir concretamente na prática, para que seja qualificado como tal.

O público, como um tipo de agrupamento, só existe enquanto se constitui efetivamente naquele momento, naquele lugar, em relação àquela banda, àquele espetáculo e, algumas vezes, relativo aquele show. Desta forma, cada show constitui, de maneiras diferentes, a fusão da série em movimentos de totalização, no qual cada sujeito que participa do espetáculo é um elemento totalizador do processo. O grupo, diferentemente de um sujeito singular, não é um ser, não se constitui numa síntese psicofísica, nem possui uma dimensão corporal, já que sua identidade é ação pura, isto é, sua objetividade é produto somente daquilo que ele faz.

É importante destacar que o sujeito, neste tipo de grupo, não é, necessariamente, um sujeito massificado. Claro que há a possibilidade de se vivenciar momentos de maior alienação, como seu contrário pode ser igualmente verdadeiro. Fazendo parte do público como um totalizador da fusão da serialidade, o sujeito pode estar compartilhando com seus pares uma nova forma de se expressar diante do mundo, no qual não importa a quantidade dos sujeitos envolvidos, o tipo exato e pré-fixado de sociedade que querem atingir, assim como pode não haver a preocupação com a felicidade do amanhã. Pode estar lhes interessando o agora, este instante, pois, como coloca Maffesoli (op. cit.: 111), a “razão política” pode estar cedendo lugar à “paixão doméstica”.

Na medida em que as formas tradicionais de fazer política estão desgastadas, pode-se estar diante do esboço da possibilidade de uma transformação histórico-política, mediada pelo desejo vivido no cotidiano, pela ênfase dos sentimentos e emoções e pela estetização da vida. Isto não significa que a população, simplesmente, ficou

⁶ Condição de estar só em meio a multiplicidade de sujeitos, e significa na perspectiva do coletivo, um conjunto humano que não tem uma unificação interna. Um exemplo seria as filas de banco, de ônibus, etc, onde um aglomerado de pessoas não constitui um projeto em comum.



despolitizada, pois a negação do político se traduz como negação das verdades absolutas, do “amanhã como única alternativa de salvação” e da obrigatoriedade da filiação e militância em alguma organização formal.

Há uma preocupação, hoje, em se retirar do contexto uma parcela de bem-estar e de prazer, apesar da dor e do sofrimento. Os “micromovimentos passionais” (p. 131) também são capazes de provocar furacões na estrutura política, desembocando em transformações a partir do cotidiano e do singular. Estes micromovimentos são possíveis por meio de consensos que, na maioria das vezes, são mais afetivos e emocionais do que propriamente crítico-rationais.

Como isso pode ser possível diante da intensa espontaneidade a qual se vivencia os shows? No que diz respeito à música popular, alguns músicos tem a capacidade de expressar tão fortemente o modo como singulariza o processo de vivência da afetividade presente no contexto social, que chega a provocar “gritos e suspiros” de fãs em completa e total idolatria. De acordo com Frith (1987), as pessoas podem idolatrar um cantor, na medida em que ele é capaz de expressar os sentimentos delas, na medida em que elas se identificam com aquilo que ele transmite com a sua voz, com o seu corpo. Nesta perspectiva, quanto mais verdadeiros e espontâneos forem os músicos em relação ao público, ao sentimento que buscam transmitir e à experiência do espetáculo, mais a identificação coletiva pode se fortalecer.

Da mesma forma que nas “cerimônias políticas”, os shows comunicam alguma coisa para o público, e “sua mensagem pode ser estudada e ‘decifrada” (Vianna, 1988: 58) com os mesmos dispositivos psicossociais. Os músicos transmitem uma mensagem nas suas letras e um sentido na sua música, podendo trazer elementos novos para a reflexão sobre os valores sociais, mesmo quando tentam mostrar somente as coisas tais como estão acontecendo agora.

Como há uma forte carga emocional na música, o músico atua sobre si e sobre seu público, comprometendo-se com o corpo, com as idéias e com os outros. Na medida em que mostra a si próprio, mostra também seu público, como um espelho, a sociedade na qual ele está inserido, com seus valores e as várias formas de identificação possíveis. As músicas, com sua melodia e sua letra, expressam a objetivação da subjetividade do músico, com seus anseios e preocupações, num caráter, ao mesmo tempo, singular e universal.

O público, nos shows, se fazendo fusão da serialidade, é co-ator e co-autor do espetáculo, na medida em que participa ativamente, cantando, dançando, solicitando músicas específicas, mesmo quando não sabe as letras. Os shows, espaços onde esta fusão acontece, se constituem num verdadeiro espetáculo, cujo cenário envolve elementos de todas as outras formas de arte, dentre elas a dança, a dramaturgia, a poesia, as artes plásticas, incluindo algumas vezes o grafite, a fotografia e, mais recentemente, a



mixagem com músicas de outras bandas e, até mesmo, outros gêneros musicais. Este espetáculo contempla o lugar que o show acontece, a proposta do evento, seu público e os músicos, assemelhando-se aos rituais festivos (Citro, 1997; Vianna, op.cit.), nos quais o homem é transportado para fora de si, livre momentaneamente de suas preocupações cotidianas, buscando excitações que elevam o nível vital, como o canto, os gritos e a dança (Citro, op.cit.: 8). Liberação da cotidianidade, como resistência e transgressão, os shows podem ser a expressão do sujeito como um todo, na medida em que atua, pensa e sente, num único movimento, mediado pela música.

Por meio destes espetáculos, pode se realizar utopias⁷, numa estética bastante específica com os elementos do respectivo contexto social, eliminando distâncias entre os indivíduos, produzindo uma “efervescência” (Vianna: op. cit: 51) no coletivo, lançando o indivíduo para fora de sua “concha” existencial, mas sem perder sua condição de sujeito. Isto significa dizer que, ao contrário da visão defendida por Le Bon, Tarde e outros (Maheirie, 1997), o homem não deixa, necessariamente, de ser sujeito, de escolher, de atuar, de pensar e sentir, quando está envolvido em contextos coletivos. Nestas situações, pode estar havendo a produção de uma “identidade coletiva”, compreendida como movimentos de identificação em curso (Sousa Santos, 1995) que, mesmo sendo fugaz e provisória, por meio dela o sujeito se sente mais sujeito, já que pode vivenciar um contato concreto e efetivo com os outros, co-autores da totalização em curso.

O prazer de fazer parte deste processo é elemento integrante desta fusão, e o sujeito muda as condições de sua atividade psíquica, na intimidade com os outros e com a música. Assim, os shows podem ser considerados como lugares de bons encontros, “lugares com calor”, “lugares identitários” (Sawaia, 1997: 13), que aproximam os homens, podendo superar a dicotomia entre o singular e o universal, entre o indivíduo e a coletividade, pois se constituem como espaços nos quais os sujeitos podem falar a respeito de si próprios.

Mas, todas estas questões devem ser compreendidas como “possibilidades”. Os shows, como espaços a serem analisados, podem ser também cerceadores do EU e do outro, quando se traduzem em razão, causa e consequência de si mesmos. Ao se colocar estas reflexões a respeito da construção de uma identificação coletiva mediada pela música, a partir dos shows, dos encontros e da esfera da *intimidade*, não se está ignorando a ambigüidade que pode também contemplar todo este processo. Vale lembrar que o sujeito pode exercer a reflexão de forma alienada e, como consequência, vivenciar

⁷ No sentido de “sonhos ou projetos futuros”, mas sem uma rigidez de conteúdos ou uma determinação pré-fixada de caminhos a serem seguidos.



sentimentos que contribuirão, em muito, para seu aprisionamento em relação à emancipação humana, pois a música, por si só, desvinculada de uma proposta que seja norteadora, não significa nada em si mesma, não podendo ser considerada revolucionária nem reacionária.

As concepções antagônicas a respeito da intimidade, uma como espaço democrático e outra como espaço tirânico, devem caminhar juntas, já que não se pode absolutizar a intimidade como tirânica, nem como emancipadora, em si mesma. Se buscarmos compreender a “qualidade relacional do afeto” (Sawaia, 1996), a intimidade pode possibilitar “a emancipação por conter a potencialidade da relação pura e do desejo de dar e receber prazer” (p. 92), sem estar, de uma forma geral, desvinculada da razão e da esfera pública.

Neste sentido, mais cuidado se deve ter para não fazer dela um modelo que se transfere para todos os setores da vida. Não se pode esquecer que há sempre uma racionalidade que sustenta uma emoção e, desta forma, uma ética e uma estética que a orienta. Justamente por isso, não é possível concordar com uma tendência irracionalista na compreensão do homem inserido em coletividades. Ao contrário, se podemos identificar elementos de alienação na interioridade dos shows é porque os sujeitos vivenciam a alienação no âmbito de suas *reflexões*, portanto, da *racionalidade* singular e coletiva presente neles.

As canções, presentes nos shows de rock, objetivam a visão que uma determinada banda tem a respeito do papel social e político dos músicos e da própria música, por consequência. Mesmo transmitindo um sentido em si mesma, e uma perspectiva deste sentido seria, por exemplo, a denúncia de formas de exclusão social, cada música produz significados específicos para os sujeitos, dependendo da sua relação com as histórias de cada um e com o contexto no qual é tocada. No caso, este contexto abarca desde a sociedade brasileira e a forma como a opressão se exerce nela, até o local do show propriamente dito, com as especificidades sócio-culturais da cidade onde acontece o espetáculo.

Mesmo trazendo um “sentido” em si mesma, que pode ser identificado na objetividade de suas letras, nenhuma canção traz um significado “a priori”, marcado na sua interioridade e imposto aos sujeitos que as escutam. Nunca é demais lembrar que os significados que o público possa vir a construir, escapam aos desejados pelos compositores, já que o público é sujeito produtor de seu “ouvido”, podendo sempre fazer alguma coisa com aquilo que escutam.

A música, nesta perspectiva, é considerada uma linguagem reflexivo-afetiva que atua como mediadora, sendo capaz de construir o coletivo, compreendido como processos de identificações transitórias. Estes processos, mesmo que fugazes, são capazes de celebrar as utopias que vislumbram um mundo mais justo, solidário e menos indi-



vidualista, assim como podem estar contribuindo para a continuação de um mundo desigual e opressor. Somente os trabalhos voltados para uma realidade concreta, específica, através da pesquisas de campo, é que poderão responder a estas indagações, e colocar a música como uma objetivação de subjetividades capaz de comunicar uma linguagem reflexivo-afetiva que aponta para uma determinada direção.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, James de L. (1995) *Na trilha das tribos urbanas da galeria 24 de maio - sonhos e ruínas na vida de jovens rockers paulistanos*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC/SP.
- CITRO, S. (1997) *Algo mas que un espectáculo musical: fiesta y ritualidade en los recitales de rock*. Trabalho apresentado na II Reunião de Antropologia do Mercosul. mimeo.
- FRITH, S. (1987) Toard in aesthetic of popular music. IN: McLARY, S. & LEPPERT, R. (org). *Music and Society: the politic of composicion, performance and recepcion*. Cambrige: Cambrige University Press.
- HELLER, A. (2000) *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra.
- LUCAS, M. E. (1995) Etnomusicologia e globalização da cultura: notas para uma epistemologia da música no plural. In: *Em Pauta*. Revista do Curso de Pós-Graduação em Música da UFRGS. Ano VI/VII, n. 9/10, dez 94 - abr 95.
- MAFFESOLI, M. (1995) *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed. Ltda.
- MAHEIRIE, K. (1994) *Agenor no mundo: um estudo psicossocial da identidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- . (1997) Contribuições da psicologia social na análise dos movimentos sociais. In: CAMINO, L.; LHULLIER, L. & SANDOVAL, S. *Estudos sobre comportamento político*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- MENEZES BASTOS, R. J. de. (1993) Esboço de uma Antropologia da Música: para além de uma Antropologia sem Música e de uma Musicologia sem Homem. In: *Anuário Antropológico*. Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da UnB. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- . “A origem do samba como invenção do Brasil: sobre o ‘Feitiço de Oração’ de Vadico e Noel Rosa (Por que as canções têm música?)”. *Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 1995.
- SANDOVAL, S. (1989) A crise sociológica e a contribuição da Psicologia Social ao estudo dos movimentos sociais. In: *Educação e Sociedade*, 34, 122-129.
- SARTRE, J. P. (1979) *Crítica de la razón dialéctica*. Libro I. Buenos Aires: Losada.
- . (2000) *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes.
- SAWAIA, B. B. (1996) A temporalidade do ‘agora cotidiano’ na análise da identidade territorial. In: *Revista Margem*, n. 5, dez 96, 81-95.
- . (1997) Afetividad y temporalidad en el cuerpo teórico-metodológico de la psicologia social. Trabalho apresentado no VII Encontro da AVEPSO. Venezuela – Coro.



- _____. (1999) Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. In: *Psyche*. Vol. 8, n. 1, 1999, 19-25.
- SCHERER-WARREN, I. (1984) *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- _____; KRISCHKE, P. (1987) *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1993) *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola.
- SOUSA SANTOS, B. de. (1995) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortês.
- SOUZA, A. M. A. de. (1995) *Cultura rock e arte de massa*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda.
- VIANNA, H. (1988) *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Zahar.
- WICKE, P. (1985) A música popular como prática cultural. In: *III Conferência Internacional da IASPM*. Montreal.

• Recebido para publicação em dezembro de 2001

• Aprovado para publicação em maio de 2002



Algumas notas sobre medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes

Some notes about socioeducative measures applied to adolescents

Adilson Dias Bastos*

adilsonbastos@bfree.com.br

Resumo

Este trabalho aponta algumas gêneses da doutrina de proteção integral que norteou a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Discute-se também as contribuições da psicologia nos processos de exclusão de crianças e adolescentes pobres. Nesta discussão algumas produções das práticas psicológicas são postas em análise, inclusive aquelas associadas ao campo de aplicação das medidas sócio-educativas. Sugere, ao final, como a psicologia pode contribuir na produção de um trabalho técnico de transformação.

Palavras-chave

Medida sócio-educativa, exclusão social, práticas psicológicas, movimentos sociais, adolescência

Abstract

This work points out some of the gêneses of the “integral protection doctrine”, basis for the elaboration of the “Statute of Child and Adolescent”. It also discusses the contributions of psychology to the process of exclusion of poor children and adolescents. In this discussion, some productions of the “psychology practices” are analyzed, included those related to the application field of the socioeducative measures. This work proposes, finally, away by which psychology can contribute to the production of a technical work of transformation.

Key-words

Socioeducative measures, social exclusion, psychology practices, social movement, adolescence

* Psicólogo. Mestrando em Psicologia – pela Universidade Federal Fluminense – RJ. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).



ALGUMAS NOTAS SOBRE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS APLICADAS A ADOLESCENTES





*“Será que ninguém vê o caos em que vivemos
Os jovens são tão jovens e fica tudo por isso mesmo
A juventude é rica, a juventude é pobre
A juventude sofre e ninguém parece perceber...”
(ALPHA - Renato Russo)*

Ultimamente, muito se tem falado acerca da instituição¹ adolescente e de alguns de seus atravessamentos mais estigmatizantes: atos infracionais, responsabilidade, redução da maioridade penal, inimputabilidade, DEGASE, FEBEM, etc. A mídia – como não poderia deixar de ser, enquanto um dispositivo eficaz de produção de subjetividade – periodicamente tem levado ao ar uma série de reportagens que visam produzir coletivamente um grande mal-estar em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), procurando torná-lo objeto de reprovação e pedindo, com urgência, alterações em seu texto.

As rebeliões que têm ocorrido nas decrépitas unidades de internação – algumas de conteúdo extremamente violento e bárbaro – são utilizadas pela mídia não como um instrumento de denúncia da ausência de políticas para o setor, mas muito pelo contrário, como um certo alerta: – “Vejam só! Vejam como são incorrigíveis esses ‘menores’! Precisamos reduzir a maioridade penal! Eles deveriam estar respondendo pelo que fizeram! Deveriam estar em presídios!” Ou, quem sabe, até mesmo em lugares piores.

Atos infracionais cometidos por adolescentes também ganham manchetes, as quais se reportam apenas ao fator etário e buscam comparações com outros países, onde, segundo eles, existe um maior rigor com jovens infratores; bem diferente da “benevolência” que norteou a concepção da atual legislação.

O que propomos preliminarmente, é pensar se, de fato, o ECA é tão mal elaborado como enunciam seus críticos. Será que ele instalou um sentimento de impunidade para os adolescentes que cometeram atos infracionais? Por que, quando se fala em “adolescentes infratores”, pensa-se logo em pobres e favelados, jovens da periferia e de periferia?

Os discursos são infundáveis. Aqueles que se opõem à doutrina de proteção integral – antigos apostadores numa política de controle social da pobreza – denunciam o suposto insucesso do Estatuto, sem prestarem atenção para o fato de

¹ O conceito de instituição, em Análise Institucional, não se confunde com o de estabelecimento e de organização, voltaremos ao assunto um pouco mais adiante.



que as condições adequadas para a implementação de vários de seus artigos não foram dadas, particularmente àqueles referentes à aplicação das chamadas medidas sócio-educativas.

Algumas ferramentas de trabalho

*“É a máquina que faz a ferramenta,
e não o inverso.
A máquina é social em seu primeiro sentido,
e é primeira em relação às estruturas que ela atravessa,
aos homens que ela dispõe,
às ferramentas que ela seleciona,
às técnicas que ela promove.”
(Diálogos - Gilles Deleuze)*

Uma parcela considerável das ciências baseia-se na noção de desimplicação ou de não implicação com o objeto. As teorias que se propõem a realizar um trabalho “objetivo” procuram basear-se no pressuposto da neutralidade. Lourau (1993) pergunta qual seria, então, o “escândalo” da Análise Institucional? Segundo ele, seria, talvez, o de propor a noção de implicação. Esta perspectiva em pesquisa sinaliza para o pesquisador implicado, recusando sua neutralidade e buscando permanentemente abolir as barreiras entre aquele que conhece e o objeto a ser conhecido. Sujeito e objeto se constituem no processo, agenciam-se nos fluxos. Trata-se, então, de um dispositivo de intervenção que busca afirmar o caráter político que toda intervenção constitui. Ora, implicado sempre se está. Consideramos análise de implicações como a análise dos vínculos afetivos, profissionais e políticos com a instituição em questão, com aquilo que está em jogo nela, com as forças que as produzem e que nos atravessam, com os vetores produtores de sentido, etc. Lourau (1993) afirma que a Análise Institucional não é nem completamente nova, nem original. Ela é multi-referencial, mas não se trata de uma coleção de disciplinas justapostas. É sim um apelo a diferentes métodos e ao uso de certos conceitos já existentes, procurando afirmar um campo singular de coerência. O conceito de instituição exprime uma dinâmica intensa, construindo-se na (e em) história, ou no tempo. Instituição não é, pois, uma coisa observável ou tangível. O



autor afirma que: “o tempo, o social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento; jamais como imobilidade”(p.11).

Baremlitt (1993) acrescenta que o instituído é o efeito da atividade instituinte, o instituído surge como o resultado de um processo instituinte. Ora, nas instituições – entendidas aqui não como locais geográficos, que seriam os estabelecimentos – podemos distinguir duas vertentes importantes: o instituído e o instituinte, Forças instituintes são aquelas que tendem a transformar a instituição; já as instituídas apresentam uma tendência à resistência, à manutenção, ao não mudar. O instituído já foi instituinte um dia. Baremlitt aconselha cautela, de modo a evitar uma generalização maniqueísta, que vai afirmar que o instituído sempre é mau e que o instituinte sempre é bom. Contudo, ele admite que o instituído apresenta uma tendência à resistência, que quando se exacerba é politicamente denominada de conservadorismo ou reacionarismo.

O instituído, que representa o *status quo*, atua com um dispositivo de forças violentas visando produzir imobilidade. Assim como Baremlitt, Lourau também alerta para que não tenhamos uma visão meramente maniqueísta da instituição, onde o instituído é sempre mau e imóvel e o instituinte é sempre vivo, bom e ativo.

“Não temos a instituição diante de nós no início de uma pesquisa, exceto se a tomarmos no sentido banal do termo: o jurídico. (...) mas instituição não é um conceito descritivo; não designa coisas passíveis de serem vistas, sólidas, concretas. Como tenho dito, trata-se de um conceito produzido por (e para) análises coletivas. (...) A noção de instituição é um artifício, um modelo teórico que permite compreender o que se passa numa casa, escola, hospital, fábrica, bairro, cidade (desde que não muito grande), etc... etc...”
(Lourau, 1993:61)

Rodrigues & Souza (1987) procuram definir instituição como produção, como atividade. Uma produção não localizável empiricamente, que poderia ser concebida como uma espécie de “inconsciente político”, que institui novas realidades, sempre dividindo e separando. Segundo essas autoras, o objetivo da Análise Institucional seria trazer à luz essa dialética instituinte-instituído de maneira generalizada. Para tanto, ela intervém *em* estabelecimentos e *com* dispositivos, visando apreender a instituição em seu sentido ativo.

“A noção de instituído remete a formas universais de relações sociais que nasceram, originariamente, em uma sociedade instituinte e que nunca são definitivas mas, pelo contrário, se transformam e até podem entrar no tempo de seu ocaso” (Rodrigues & Souza, 1987:23)



Exclusão e pobreza, uma breve história no Brasil

*Todo dia
o sol da manhã vem e lhes desafia,
traz do sonho pro mundo quem já não queria,
palafitas, trapiches, barracos
filhos da mesma agonia
e a cidade,
que tem braços abertos num cartão postal
com os punhos fechados da vida real
lhes nega oportunidades
mostra a face dura do mal
(Alagados - Hebert Vianna)*

Refletir sobre a problemática da adolescência no Brasil, implica considerar a organização social, econômica e política do país numa perspectiva histórica.

Desse modo, a possibilidade de problematização e construção de um “objeto de pesquisa científico”, em especial nas ciências humanas, não ocorre se não for inserida num contexto sócio-político-histórico-econômico específico:

*“o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história;
enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática, se explica a partir do que é
feito.” (Veyne, 1992: 164)*

Antunes (1999) afirma que a adoção do modelo republicano no final do século XIX, aliada a consolidação da economia de base agrário-comercial-exportadora – que estava vinculada à produção cafeeira –, contribuiu para a efetivação do processo de industrialização do Brasil e, conseqüentemente, na intensificação do processo de urbanização. Os intelectuais brasileiros, atraídos pelo ideário do liberalismo, voltaram sua atenção para a “questão nacional” e para a busca de medidas necessárias à implantação da modernidade e do progresso. A estabilidade financeira daquele momento histórico possibilitou a urbanização da capital do país, o Rio de Janeiro, embora, segundo Silva (1992), continuasse a depressão econômica e toda a problemática social decorrente. Este autor nos alerta que o embelezamento e saneamento da cidade não se fez sem o sacrifício das camadas populares:



(...) “a massa pobre e consideráveis parcelas das classes médias foram desalojadas do centro e empurradas para a periferia e/ou para os morros, onde iriam proliferar as favelas, pois os preços dos imóveis e dos aluguéis aumentaram verticalmente.” (p. 212)

Enquanto isso, a Psicologia adquiriria o *status* de ciência autônoma. Processo originado na Europa e rapidamente difundido nos Estados Unidos, pois a virada do século XIX para o XX, marcou um intenso desenvolvimento das ciências psicológicas. A concomitância entre o processo de urbanização e industrialização e a aquisição, pela psicologia, do estatuto de ciência autônoma, possibilitaram a articulação entre eles no campo de potencialidades e necessidades, passíveis de serem mutuamente realizadas, e permitiram um avanço extraordinário dessa nova disciplina no Brasil. Antunes (1999) assinala:

“A Psicologia e outras áreas do conhecimento foram buscadas no sentido de contribuir com soluções para os problemas relacionados à saúde, à educação e à organização de trabalho, no interior de uma formação social dependente e atrasada, em busca da modernidade representada pela concretização do ingresso do Brasil no mundo industrializado.” (p. 40)

Quanto à infância, preliminarmente podemos consignar que a elevação da criança a condição de figura central – com a intervenção do poder médico – teve um papel fundamental na constituição da família nuclear moderna. Segundo Rago (1997), até o final do século XVIII, não existia um interesse especial da medicina pelas mulheres e pela infância. A ascensão, no âmbito familiar, da criança (o reizinho da família) e da mulher (a rainha do lar), possibilitou a entrada e a interferência do poder disciplinar dos higienistas, que procuravam demonstrar a todos a necessidade de sua intervenção. Preocupavam-se com a taxa de mortalidade infantil elevada, com os “menores” abandonados e com a necessária medicalização da “célula básica do corpo social”, a família.

“A grande aliada dos médicos higienistas foi a mulher burguesa que se transforma em ‘rainha do lar’, a partir do século XIX, e tem seus filhos alçados, de uma posição secundária e indiferenciada em relação ao mundo dos adultos, para a condição de figura central no interior da família, com espaço próprio e atenção especial, tornando-se o ‘reizinho da família’” (Coimbra, 1998: 74)

Desse modo, vai sendo produzido o modelo de família nuclear burguesa, a qual passa a ficar sob a tutela dos médicos. Detentores do saber-poder e filhos da ciência, eles serão aqueles que orientarão a todos como se comportar, morar, amar, relacionar-



se sexualmente, comer, dormir, trabalhar, viver, criar os filhos e, até mesmo, como e onde deverão ser enterrados. Segundo Coimbra (1998) tal tutela será exercida sobre as diferentes classes sociais, mais especialmente sobre os pobres. Nestes, ela se fará sentir transformando-os em corpos produtivos evitando, com isto, que sejam produzidos indivíduos descontentes, desajustados e rebeldes.

O higienismo, como já dissemos, penetra no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Este movimento extrapola o campo da medicina e se dissemina em toda a sociedade brasileira, aliando-se a especialistas como pedagogos, arquitetos/urbanistas e juristas, dentre outros (Coimbra, 1998). Podemos dizer que, em território brasileiro, o movimento higienista alcançou seu apogeu na década de 20, quando ocorreu a criação, por Gustavo Riedel, da “Liga Brasileira de Higiene Mental”. Fundamentados nas teorias racistas, no darwinismo social e na eugenia, eles pregavam o aperfeiçoamento da raça e colocavam-se publicamente contra os negros, mulatos e mestiços. Ou seja, a maior parte da população pobre brasileira.

Havia um consenso entre os higienistas da época de que eles tinham uma “missão patriótica” na construção de uma Nação sadia e limpa. Acreditavam no conceito de “degradação das sociedades modernas” e buscavam estratégias para executar um “saneamento moral” da sociedade brasileira. Associavam a “degradação moral” à pobreza, pois esta, com seus vícios, não condizia com o ideário de Nação que à época tentavam produzir. Essa “degradação moral” era vista como uma epidemia. A inevitabilidade do contágio deixava os higienistas de “cabelos em pé”. Uma vez que a “doença” estava presente nas famílias pobres, essa *endemia*, por conseguinte, colocava toda a sociedade em risco.

Coimbra (2000) lembra-nos que os higienistas – aliados aos ideais eugênicos e à teoria da “degenerescência” de Morel –, ao conceberem que vícios e virtudes são, em grande parte, originários de ascendentes, vão afirmar que aqueles oriundos de “boas famílias” teriam naturalmente pendores para a virtude; ao contrário, aqueles que traziam “má herança” – os pobres – seriam portadores de “degenerescências”.

Aos “pobres dignos”, aqueles que trabalham, mantendo a “família unida” e “observam os costumes religiosos”, é necessário que lhes sejam fortalecidos os valores morais, pois pertencem a uma classe “mais vulnerável aos vícios e às doenças”. Seus filhos devem ser afastados dos “ambientes viciosos”, como as ruas da cidade.

Sabemos que o trabalho é uma das atividades humanas mais enaltecidas pelo regime de produção capitalístico². Desse modo, os pobres considerados “viciosos” não

² Guattari (1986) utiliza o sufixo ístico por entender que a produção de subjetividade do capitalismo não compreende apenas os países do primeiro mundo, mas que também engloba os países periféricos e intimamente dependentes, além dos países que, à época, pertenciam ao bloco socialista.



pertencem ao mundo do trabalho, pois vivem na ociosidade. Logo, são portadores de delinquência; são libertinos, maus pais e vadios. Eles representam um perigo social que deve ser erradicado. Sendo considerados como criminosos em potencial.

Analizando as raízes do pensamento higienista, Coimbra (2000) mostra que nele a periculosidade também encontra-se presente nos “pobres dignos”, pois por sua natureza – a pobreza – eles também correm os riscos das doenças. Entretanto, é para a parcela dos “ociosos” que se irá enfatizar o seu “potencial destruidor e contaminador”. Ora, como os higienistas acreditam numa essência das coisas, numa natureza, compreende-se a grande preocupação deles com a infância pobre, aquela que poderia vir a constituir, num futuro próximo, a chamada “classe perigosa”. Este controle, sobre o que o sujeito poderá vir a ser, implica num controle das virtualidades. Coimbra acrescenta que no Brasil o controle das virtualidades exercerá um papel fundamental na constituição de nossas subjetividades. Segundo esta autora, a ciência emergente no século XIX, na Europa, procura justificar a escravidão por meio de suas teorias racistas. Os ideólogos do eugenismo repudiam as misturas raciais indesejáveis e apontam tais misturas como a explicação para enfermidades, imbecilidades, monstrosidades, etc. Essas teorias racistas, alimentadas pelo trabalho de Darwin (Origem das Espécies), pelo darwinismo social e pelo próprio movimento eugênico, exercem uma influência tão grande sobre os líderes desse movimento, que eles chegam a pregar a esterilização dos “mal-nascidos”.

“Ou seja, deveria ser esterilizada toda população pobre que não estivesse inserida no mercado de trabalho capitalista, que não fossem corpos úteis e dóceis à produção. Visão que não está muito longe da defendida hoje por grandes parcelas da sociedade quando apóiam, incentivam e aplaudem os extermínios que ocorrem em nossas cidades e áreas rurais” (Coimbra, 2000:59).

Em seu belo trabalho, Lobo (1997) demonstra como a obra de Morel: o “Tratado das Degenerescências” é comprometida com o pensamento hegemônico da época. Morel utiliza o termo “classes perigosas”, e afirma que no seio da sociedade civilizada existem indivíduos que não possuem nem a inteligência do dever, nem o sentimento da moralidade dos atos, e cujo espírito não é suscetível de ser esclarecido ou mesmo consolado por qualquer idéia de ordem religiosa. Qualquer uma destas variedades, foram designadas sob o *justo título* de **classes perigosas**, constituindo para a sociedade um estado de perigo permanente.

Os espaços públicos são considerados pelos higienistas como “a grande escola do mal”. Estes espaços seriam ocupados pelos “menores”, a infância perigosa (compreendendo os “menores” infratores) e a infância em perigo, esta última seriam os pobres e



os desassistidos que ficariam expostos aos outros “elementos”, ou seja, aos criminosos, degenerados e irrecuperáveis que ocupavam aqueles espaços urbanos.

Desse modo, esses espaços assumiam o aspecto de um corpo, de um organismo e se fazia necessário, então, tratar e cuidar daquele corpo, buscando curá-lo da “doença” que se abatera sobre ele.

“Partindo, portanto, da idéia de um corpo saudável, limpo, asséptico e disciplinado, o desenho urbano deveria prever cidades que funcionassem da mesma forma. Palavras como ‘artérias’ e ‘veias’ entraram para o vocabulário urbano no século XVIII, aplicadas por projetistas (...) que passam a pensar o funcionamento das cidades a partir dos ensinamentos médicos da época. Desde aquele século domina o pensamento científico a chamada ‘teoria dos fluidos’, onde o ar e a água são considerados os portadores de emanções fétidas e pútridas, conhecidas como ‘miasmas’ e transmissores de doenças como a peste, o escorbuto e a gangrena” (Coimbra, 1998:80).

Na perspectiva higienista de disciplina, a tarefa de limpeza urbana que urgia ser feita com a população heterogênea, fluida, diferenciada e nômade das ruas tornava-se quase impossível, por isso a casa assumiu uma importância considerável para eles, uma vez que ela poderia funcionar como um dispositivo de fixação dos indivíduos, permitindo assim vigiar e melhor esquadrihá-los.

Segundo Coimbra (1998), a relação entre pobreza e classes perigosas é levada às últimas conseqüências nas reordenações urbanas ocorridas tanto na Europa quanto no Brasil. Assim, os espaços ocupados pelos pobres são invadidos, “seus quartos examinados, suas camas remexidas e eles são expulsos de suas casas” (p.84).

“(...) asseio, moralidade, ordem e beleza, que definiam os ideais da noção de público, não se encontravam naquela camada da população, ela deveria ser afastada do espaço comum dos que apresentavam tais qualidades(...). Mecanismo(...) engenhoso que produzia a culpabilização do pobre pela exclusão a que estava sujeito, por causa de sua miséria moral e material, por sua resistência ao progresso, pelo atraso da nação, além de ser o foco de todas as moléstias, de todos os males que enfeiam e contagiam a sociedade” (Lobo, citado por Coimbra, 1998:87).

Até o século XIX, no Brasil, as práticas de atendimento voltadas às crianças e adolescentes pobres eram baseadas na caridade. Exemplo clássico de caridade apontado por Bonamigo (1998) eram as Casas dos Enjeitados ou o Sistema da Roda, onde crianças recém-nascidas eram deixadas por um anônimo para que “se livrasse do filho ilegítimo sem alarde e por outro lado proteger a vida das crianças ‘abandonadas’” (p. 39).



Em 1899 é inaugurada a Escola Correccional XV de Novembro, que marca um dos primeiros exemplos da tentativa de recolher crianças e adolescentes que vagavam pelas ruas.

“Pode-se dizer que as duas primeiras décadas do século XX constituem o período mais profícuo da história da legislação brasileira para a infância” (Rizzini, 1995:111).

A investida higienista, por nós já brevemente comentada, a extinção da Roda dos Expostos e o início da legislação sobre a infância no século XX, são fatores que, segundo Arantes (1999), contribuem na mudança do olhar sobre a criança. Assim, ela passa de objeto de caridade para objeto de políticas públicas. A autora aponta para um detalhe interessante: *“É nesta passagem que vamos encontrar os especialistas: os assim chamados técnicos ou trabalhadores sociais”* (p. 257).

Iniciou-se, então, de forma crescente, a intervenção do Estado na assistência, sendo que a década de 20 marca o começo da formalização de modelos de atendimento. Todavia, tais procedimentos não significaram uma diminuição da pobreza ou de seus efeitos.

“Assim, a pretendida racionalização da assistência, através da inclusão de especialistas do campo social, longe de concorrer para uma mudança nas condições concretas de vida da criança e de sua família, foi muito mais uma estratégia de psiquiatrização e criminalização da pobreza” (Arantes, 1995:206).

O código de “menores” foi instituído, no Brasil, na década de 20. Fruto da mentalidade e do movimento de forças da época, baseava-se no mito do “Sistema Tutelar”. Existia a chamada Delegacia de “Proteção ao Menor”, onde os *mal-nascidos* eram, arbitrariamente, encaminhados e trancados para ulterior diagnóstico e “tratamento”. Existia, também, a concepção de “Situação Irregular do menor”, que compreendia a vitimização, o abandono, os atos anti-sociais, etc. Tantas eram as manifestações e “sintomas” que aquela população apresentava, que seria melhor denominá-la de “Síndrome Irregular do menor”. Amaral e Silva (1998) explica que o Sistema Tutelar não admitia que o “menor” fosse estigmatizado com terminologias como delinquência, juízo e sentença criminal:

“Abominavam o que era característico do sistema penal, mas, ao mesmo tempo, enviavam crianças e adolescentes para lugares piores que as carceragens dos adultos. Isto sem considerar um dos direitos elementares da pessoa humana, o devido processo legal” (p. 09).



Continua o mesmo autor dizendo que o “superior interesse do menor” dava ao magistrado o direito de abolir direitos e garantias clássicas, como culpabilidade, presunção de inocência e proporcionalidade. A pretexto de afastar estigmas inerentes da sentença e da justiça criminal, os adolescentes e as crianças – pobres – eram levados para reformatórios, que apresentavam as mais variadas denominações: Centro, Instituto, Escola, Educandário, etc³. Todos com nomenclatura leve para afastar todo e qualquer estigma!

Ora, embora tentassem “afastar os estigmas”, na realidade, o que acontecia era o mais brutal seqüestro de crianças e adolescentes, já estigmatizados socialmente, e por isto sim eram recolhidos. A falácia consistia em atitudes cosméticas, tais como na denominação “pedagógica” dos reformatórios ou na ausência de procedimentos jurídicos. Tudo, como já dissemos, a serviço do “superior interesse do menor”. Mas, por trás deste belo interesse, existia todo um sistema de práticas de exclusão contra os jovens que pertenciam àquele tecido social que revestia as ruas das cidades no início do século XX. Eram frutos de uma realidade que pululava e sangrava compulsivamente e que careciam, segundo os ideólogos daquele “sanitarismo”, de ações “terapêuticas” e profiláticas urgentes.

Percebemos, sem muito esforço, que o conteúdo do inventário do “caos” que existia nas ruas das cidades, do início do século passado, é o mesmo que atualmente encontramos em vários relatos e métodos de ação contra a população excluída e subalternizada; uma vez que a população de rua continua sendo objeto de sistemáticos processos de estigmatização.

Na realidade, naqueles estabelecimentos não havia qualquer critério de separação. Misturavam-se crianças abandonadas com aqueles que cometeram atos infracionais e com os em situação de risco. Talvez o único critério existente fosse ser pobre.

“Como não existia o processo de execução”, lembra Amaral e Silva (1998), praticamente não existiam prazos para a internação e produzia-se a cultura da institucionalização. Muitos “apodreciam” lá dentro, enquanto outros só saíam quando alcançavam a maioridade penal.

Não é difícil imaginar que toda aquela estrutura servia para “guardar” os adolescentes até os dezoito anos, quando então, após anos de violência institucional, estariam

³ No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, em 2001, existe a Escola João Luiz Alves (estabelecimento de internação), o Instituto Padre Severino (estabelecimento de internação provisória), o Educandário Santo Expedito, o Educandário Santos Dumont (estabelecimento provisório e de internação – para meninas, apenas) e os Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (para a execução das medidas de semiliberdade e Liberdade Assistida), além da famosa Escola XV de Novembro, em Quintino Bocaiuva, criada em 1899 e desativada com a extinção do CBIA (Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência), e cujo espaço físico, hoje pertencente a Fundação para a Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro).



prontos para a criminalidade e, por conseguinte, para os presídios. Sob o pretexto da tutela, escondia-se um perverso esquema para tirar das ruas e da convivência burguesa aqueles elementos incômodos.

Fica claro que o objetivo era limpar as ruas e as cidades. A “sujeira” crescia e incomodava; além de oferecer uma visão desagradável, que destoava da burguesia limpa e bem nascida.

Ao mesmo tempo aquela população que “sujava” as cidades insistia em adotar dispositivos de não aceitação daquelas subjetividades que se faziam dominantes.

Desse modo, deveriam ser colocados nos centros de internação e isolados do restante da população, pois tornavam-se cada vez mais perigosos.

Segundo Foucault (1993), “*O delinqüente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza*” (p.223). Segundo este autor, a produção do delinqüente, efetuada pela prática penitenciária, deve remontar tanto às circunstâncias como às causas do crime; deve-se procurar na história de vida as inclinações perigosas de sua organização, as predisposições nocivas de sua posição social e os maus antecedentes da educação. Por trás do infrator, o caráter delinqüente lentamente vai se formando através da investigação biográfica. Esta coleta permanente de informações acerca do prisioneiro é que permite a constituição de um saber que transforma a operação penal (infrator, oitiva, julgamento, pena, medida sócio-educativa) em operação penitenciária (delinqüente, recuperável, irrecuperável, patologias, desvio de conduta, perversão, família desestruturada). “*A introdução do ‘biográfico’ é importante na história da penalidade. Porque ela faz existir o ‘criminoso’ antes do crime e, num raciocínio limite, fora deste*” (p. 224). É o controle das virtualidades, anteriormente apontado, que inaugura o dispositivo da periculosidade.

A biografia, então, estabelece progressivamente um conhecimento “positivo” dos delinqüentes, forma a noção de indivíduo perigoso e permite estabelecer uma relação de causalidade:

“O delinqüente se distingue também do infrator pelo fato de não somente ser o autor de seu ato (autor responsável em função de certos critérios da vontade livre e consciente), mas também de estar amarrado a seu delito por um feixe de fios complexos (instintos, pulsões, tendências, temperamento)” (Foucault, 1993:224).

Vale ressaltar que a doutrina tutelar também tinha como pressuposto a “integração familiar”. Desse modo, os adolescentes de classe média e alta gozavam de certas regalias, pois, por não estarem em “situação irregular”, eram mantidos na família, enquanto os pobres eram encaminhados para “diagnóstico” e “terapia” de internação. Como brilhantemente diz Amaral e Silva (1998): “Prisão por pobreza”, pois, após



1979, quando se fez a revisão do primeiro Código de Menores de 1927, inaugurou-se a noção de “família em situação irregular”.

“Na prática isto significava que o Estado podia, através do Juiz de Menor, destituir determinados pais do pátrio poder através da decretação da sentença de ‘situação irregular do ‘menor’. Sendo a ‘carência’ umas das hipóteses de ‘situação irregular’, podemos ter uma idéia do que isto podia representar em um país onde já se estimou em 36 milhões o número de crianças pobres” (Arantes, 1999:25).

Desse modo, a irregularidade era decretada pelo juiz. Ocorre que os “menores” não eram considerados responsáveis pela sua pobreza ou infração e, assim, não poderiam receber uma *pena-castigo*. A alternativa encontrada, então, foi uma *pena-tratamento* ou *pena-reressocialização*. Ora, o aparelho jurídico buscava uma definição para o conteúdo “médico-psico-social-cultural” da irregularidade para dar uma maior operacionalidade às medidas que seriam impostas aos “menores”. Arantes (1999) argumenta que tal definição

“(...) foi o que os psicólogos, médicos, assistentes sociais e educadores ofereceram, como integrantes do assim chamado ‘complexo tutelar’ ou ‘rede de proteção à infância’: um conteúdo psico-social, uma essência, uma natureza, uma psicologia da ‘irregularidade jurídica’” (p. 25).

Arantes (1999) comenta, ainda, que ao oferecerem uma “natureza” da irregularidade, os técnicos transformaram pobreza em irregularidade jurídica. Assim, através de um conteúdo médico, psicológico e social, as medidas para solucionar tal situação de “irregularidade” foram deslocadas para os próprios menores, e não para a situação causadora. Posto que era da natureza do “menor” “valores anti-sociais, carências de todos os tipos, comportamentos inadequados, agressividade, periculosidade, etc” (p.25).

A partir do sistemático envio a abrigos, casas, orfanatos, colônias, aldeias, reformatórios, presídios, ficou no imaginário a idéia de que criança pobre tem lugar, e que esse lugar é em algum desses estabelecimentos. Arantes (1999) afirma que tais estabelecimentos, por serem em sua maioria instituições totais, sempre pretenderam reinar absolutos face à educação da criança, assumindo as formas de hospital, abrigo, escola e prisão. Goffman (1987) assinala o processo de “mortificação do Eu” que é gerado pela entrada nessas instituições totais. Segundo ele, isto se dá com a perda do nome, da roupa, dos bens materiais, do eu cultural, etc.; são estratégias disciplinares com o objetivo de “curá-los” do desvio.

As estratégias de “atendimento” sofreram mutações com o passar dos anos, mas, na realidade, elas preservam sempre a idéia chave: exclusão por pobreza.



Dispositivos “científicos” eram utilizados tanto para classificar quanto para justificar o “tratamento”. A medicina higienista, agora aliada ao judiciário, não media esforços no sentido de purificar a sociedade.

Não poderíamos deixar de mencionar algumas contribuições da psicologia para os dispositivos de exclusão.

“A psicologia científica nascente neste mesmo período não poderia ser diferente; gerada nos laboratórios de fisiologia experimental, fortemente influenciada pela teoria da evolução natural e pelo exaltado cientificismo da época, tornou-se especialmente apta a desempenhar seu primeiro e principal papel social: descobrir os mais ou menos aptos a trilhar ‘a carreira aberta ao talento’ supostamente presente na nova organização social e assim colaborar, de modo importantíssimo, com a crença na chegada de uma vida social fundada na justiça. Entre as ciências que na era do capital participaram do ilusionismo que escondeu as desigualdades sociais, historicamente determinadas, sob o véu de supostas desigualdades pessoais, biologicamente determinadas, a psicologia certamente ocupou posição de destaque.” (Patto, 1996:36)

Os primeiros estudiosos da incipiente psicologia (que, no início do século XX, era apenas mais uma disciplina das ciências médicas, filosóficas e pedagógicas), voltam seu trabalho para a tentativa de criar instrumentos capazes de avaliar as capacidades de cada sujeito e prevenir possíveis distúrbios. Posteriormente, estabelecem procedimentos adequados à prevenção de patologias. Com o conseqüente status alcançado em função da suposta cientificidade de seus testes, a psicologia contribui com os higienistas ao realizar experimentos e mensurar as capacidades dos sujeitos, engrossando o caldo da exclusão. Dentre outros, podemos citar Lourenço Filho e seus famosos testes ABC.

“Para Lourenço Filho, os testes seriam o principal instrumento a ser utilizado para avaliar as capacidades individuais e controlar as ações pedagógicas. O estudo que começou na Escola Normal de Piracicaba, em 1920, como uma tentativa de dar um tratamento especial aos alunos repetentes, aos poucos toma o sentido de uma medida preventiva, é preciso estabelecer as capacidades e as potencialidades, prevenir possíveis distúrbios e tratar os problemas e dificuldades já instalados” (Bastos, 1998:114)

Coimbra (1998) acrescenta que os testes de inteligência, por exemplo, surgidos no início do século XX, têm a mesma função que a “craniometria” tinha no século XIX. O entendimento é da inteligência como coisa única, inata, hereditária e mensurável.



Assim, desde o início deste século, populariza-se entre os cientistas da época a “antropometria”, ou seja:

“medição de ossos, crânios e cérebros para, através de comparações, provar a inferioridade das mulheres, negros e índios. Ficariam famosas, inclusive entre os educadores do período, as teses de Paul Broca (1824-1880) e Cesare Lombroso (1835-1909). Este, em sua teoria da Antropologia Criminal, defendia ser possível distinguir através de certas características anatômicas os criminosos natos, os perigosos sociais. Esta teoria de Lombroso das disposições inatas para a criminalidade teve, e ainda tem, muitos defensores entre nós”(p. 68).

Cabe-nos questionar, atualmente, se ainda devemos utilizar, nas avaliações de adolescentes (infratores ou não), testes psicológicos com o intuito de “melhor conhecer” o adolescente, enquadrando-o nos parâmetros positivistas e confundindo o substantivo com a substância⁴; ou seja, como se o substantivo *adolescência* encerrasse tudo aquilo relativo ao termo. É como se a palavra (adolescência) representasse uma realidade homogênea, delimitada, precisa, exata e mensurável. Ou como se a subjetividade, o modo-de-ser-adolescente não fossem produzidos.

A noção de “produção” contrasta com a idéia de um sujeito dado. Tanto a natureza abstrata deste último como a sua imunidade aos acontecimentos são abaladas ao pensarmos no mundo como produção. Concebemos a subjetividade como atravessamento de forças de vários níveis, em diferentes extratos. Ao invés das clássicas dualidades: *sujeito x objeto, indivíduo x sociedade, interno x externo*, temos planos de encontros em que sentidos são criados, em que fluxos de acontecimentos geram hibridações. Assim, subjetividade nos remete a produção de modos, maneiras de ser, de agir e de pensar, maneiras de se pôr no mundo, rumos de existência, através do entretecimento de múltiplas práticas ou forças. Intensidades que não se encaixam em categorias estanques e opostas. A afinidade é com experiências e movimentos incessantes carregados de múltiplos entrecruzamentos de puro devir.

Guattari (1992) propôs pensar a subjetividade como produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais onde os diferentes registros semióticos que concorrem para sua produção não mantêm relações hierárquicas obrigatórias, fixadas definitivamente. Não há, segundo Guattari, no engendramento da subjetividade, nenhuma instância dominante que determine as outras instâncias, segundo uma causalidade unívoca. A subjetividade, então, é plural, polifônica e heterogenética.

⁴ Apesar do trocadilho, não concebemos a adolescência como uma substância pronta, pois cairíamos na armadilha da essência.



Não é difícil imaginar que os tais instrumentos de testagem serão aplicados naqueles que são “diferentes”; ou seja, nas crianças pobres que não aprendem, nos adolescentes que cometem atos infracionais, nos alunos que não se enquadram na produção de subjetividade da escola, no funcionário insatisfeito com a empresa e em todos aqueles que têm o “atrevimento de singularizar”.

Uma conquista histórica: o Estatuto da Criança e do Adolescente

*Nosso suor sagrado
é bem mais belo
que este sangue amargo
(Tempo Perdido - Renato Russo)*

Como havíamos descrito anteriormente, no antigo regime de atenção à criança e ao adolescente, o Estado atuava arbitrariamente na sua desenfreada busca da “limpeza” social e étnica. Não havia o pressuposto básico da legalidade. Jovens eram trancafiados em aparelhos carcerários eufemisticamente denominados de reformatórios ou, até mesmo, em cadeias junto com presos adultos. Vale, mais uma vez, dizer que o que norteava a apreensão era o princípio do incômodo social: os jovens “indesejáveis” eram apreendidos.

Atualmente estamos sob a égide de uma nova doutrina relacionada à infância e à adolescência: a **Doutrina de Proteção Integral**.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é elaborado para regulamentar as conquistas oriundas da Constituição de 1988. Ele é a síntese de uma série de manifestações, mobilizações e articulações da sociedade civil organizada durante as discussões da Constituinte, de 1988, que tomaram a forma de duas ementas populares ao texto da Carta Magna e que foram apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte, subscritas com cerca 200.000 assinaturas de cidadãos adultos e cerca de 1.400.000 assinaturas de crianças e adolescentes. Elas resultaram nos artigos 204 e 227 da atual Constituição Brasileira.

O artigo 227 constitui, fundamentalmente, o elo entre a Constituição Brasileira e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada



em 1989 pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Os movimentos e entidades de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes já conheciam, previamente, o projeto da Convenção (ainda em discussão na época) e se empenharam em introduzir o conteúdo e o enfoque dessa Convenção Internacional na Constituição do Brasil. Desse modo, nossa Constituição Brasileira já apresentava a doutrina de proteção integral antes mesmo dela ser aprovada e recomendada pela ONU.

O ECA concretiza e expressa os novos direitos da população infanto-juvenil brasileira. Podemos considerar como um dispositivo fundamental do ECA a concepção da criança e do adolescente como “sujeitos de direitos”.

Outrossim, rompe-se, em tese e em parte, com o passado perverso do regime tutelar, presentes nos Códigos de 1927 e 1979, no qual o Estado era o maior agente de opressão, crueldade, discriminação e exclusão de crianças e adolescentes.

“De fato, a concepção sustentadora do Estatuto é a chamada Doutrina de Proteção Integral defendida pela ONU com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança. Esta doutrina afirma o valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadoras da continuidade de seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade, o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para a promoção e defesa de seus direitos” (Costa, 1992:06)

Na luta pela aprovação dos capítulos pertinentes aos direitos da criança e do adolescente, merecem destaque o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), a OAB, a Pastoral do Menor da CNBB, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outros. Cabe ressaltar a atuação da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança, uma aglutinação de deputados e senadores das mais variadas tendências políticas que ultrapassou aspectos políticos e partidários, dando maior agilidade à tramitação do texto. O resultado foi a aprovação da matéria por 435 votos favoráveis, sendo apenas 8 votos contrários. O fenômeno se repetiu na votação da lei 8.069/90 (ECA), que foi aprovada por unanimidade pelo colégio de líderes de todos os partidos. Como foi unânime, sequer houve a necessidade de votação de cada parlamentar.

Ao tratar do aspecto jurídico e das relações processuais, o ECA inova mais uma vez ao abrir mão do enfoque e das práticas subjetivas e discricionárias do direito



tutelar latino-americano por um enfoque garantista, introduzindo uma série de vanguardas jurídicas, que visam assegurar à criança e ao adolescente a sua condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento e, principalmente, de sujeitos de direitos.

Ser sujeito de direitos, implica compreender que a criança e o adolescente já não poderão mais ser tratados como objetos passivos. Eles têm direito ao respeito, à dignidade e à liberdade.

“Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente” (Art. 230 do ECA: Dos Crimes e das Infrações Administrativas.)

Ser considerado pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, significa que além de possuir os mesmos direitos que os adultos, as crianças e os adolescentes possuem ainda direitos especiais em função de:

- a. Ainda não terem tido acesso ao pleno conhecimento de seus direitos;
- b. Ainda não terem atingido a condição de defender seus direitos frente às violações possíveis;
- c. Ainda não possuírem condições de arcar sozinhos com a satisfação de suas necessidades essenciais;
- d. Por estarem em processo de desenvolvimento físico, mental, psicológico e cultural, ainda não poderem lutar, da mesma forma que os adultos, pelo cumprimento das leis e demais deveres inerentes à cidadania.

Outro ponto inovador do ECA foi a criação dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurando a participação popular paritária por meio de organizações representativas. A manutenção de fundos municipais, estaduais e federais ligados aos respectivos Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente também foi conquistada.

O ECA considera adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade. A mesma legislação aponta como criança aqueles até 12 anos incompletos. Deste modo, vemos que o referido diploma legal utiliza apenas duas denominações: criança e adolescente. Silêncio absoluto ao termo “menor”; banido da legislação. Ao menos na legislação; posto que o termo ainda faz parte do vocabulário de muitos, que contribuem para a manutenção de uma palavra historicamente impregnada de preconceito e que, invariavelmente, é utilizada de forma depreciativa principalmente pela mídia.



“É interessante analisarmos aqui a produção da noção de ‘Menor’. Antes do século XX, o termo menoridade era utilizado como referência civil e criminal. A partir do século XX, principalmente a partir deste primeiro Código de Menores, o termo menor aparece como categoria classificatória da infância pobre. Sendo assim, carrega a contaminação do preconceito para com a criança pobre.” (Bonamigo, 1998: 44)

A interação entre os movimentos sociais, o mundo jurídico e as políticas públicas foi crucial na elaboração do Estatuto.

“O texto, que ora temos a honra de apresentar, assenta a raiz do seu sentido e o suporte de sua significação em três vertentes que raras vezes se entrelaçaram com tanta felicidade em nossa história legislativa. Ele emerge do encontro sinérgico de pessoas e de instituições governamentais e não governamentais representativas da prática social mais compromissada com a nossa infância e juventude, do mais sólido conhecimento técnico-científico na área e, finalmente, da melhor e mais consistente doutrina jurídica” (Justificativa do Senador Ronan Tito, em 30/06/90, ao apresentar o Estatuto ao Senado Federal).

Desse modo, concebemos o Estatuto da Criança e do Adolescente não apenas como uma lei qualquer, mas como um projeto de sociedade. Longe de resolver as questões da infância e da adolescência brasileira, o ECA permite um grande avanço rumo à cidadania, ao respeito e à proteção integral da criança e do adolescente. Ele significa a crença na reconstrução da vida democrática e dos direitos individuais e coletivos, principalmente das novas gerações.

Os adolescentes são imputáveis e responsáveis

*Quem perdeu
o trem da história por querer
saiu do juízo sem saber
foi mais um covarde a se esconder
diante de um novo mundo.
(Canção do Novo Mundo - Beto Guedes & Ronaldo Bastos)*

Tendo como pressuposto a noção fundamental de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos, mas ainda em processo de desenvolvimento, o ECA estabelece



tratamento diferenciado à criança e ao adolescente quando um destes vir a cometer um ato infracional.

O referido Estatuto considera como ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (art. 103). Acrescenta que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos (art.104); ou seja, não estão sujeitos às mesmas sanções aplicáveis aos adultos (maiores de dezoito anos) e previstas no Código Penal. Diferentemente de uma Pena, o adolescente recebe a chamada Medida Sócio-Educativa, que obedece aos princípios da brevidade e da excepcionalidade, devendo ser de caráter pedagógico.

A questão da inimputabilidade, patrocinada pelo ECA, tem gerado uma série de discussões. Alguns críticos desta lei têm afirmado que o referido dispositivo é sinônimo de “não-responsabilidade”. Desse modo, segundo eles, o adolescente não responderia pelos atos praticados. O que gera uma atmosfera de impunidade, posto que o adolescente sabe que não receberá, na hipótese de cometer uma infração, a mesma punição que os “maiores” recebem. Gerando um caldo de cultura de impunidade, que cresce, transborda e mancha o tecido social.

Argumentam, também, que em função desta liberalidade, o crime organizado agenciou uma das melhores estratégias de atuação; qual seja, aquela utilizada principalmente pelos traficantes na utilização de adolescentes como distribuidores de substâncias psicoativas.

A polêmica abrange não apenas os membros do mundo jurídico, mas, também, demais integrantes da sociedade. Aliamo-nos com o pensamento do Desembargador Amaral e Silva (1998), que examina com desprendimento o que ele denomina de “mito da inimputabilidade”⁵.

Segundo este magistrado, embora sejam **inimputáveis** perante o direito penal comum, os adolescentes são **imputáveis** frente às normas da lei especial, ou seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente. A imputabilidade é derivada de *imputare*, que é a possibilidade de atribuir responsabilidade pela violação de determinada lei (seja penal, cível, comercial, tributária, administrativa, etc.) e não deve ser confundida com responsabilidade, da qual é um pressuposto.

Se não confundirmos imputabilidade com responsabilidade, perceberemos que os adolescentes respondem a uma legislação específica (o ECA), logo são **imputáveis** diante desta lei. Os adolescentes não são responsabilizados frente a legislação penal, mas respondem, pelos delitos cometidos, perante a legislação específica (ECA, lei 8069/90). Desse modo, o Estatuto atribui responsabilidade ao adolescente e oferece várias modalidades de medidas sócio-educativas que se agrupam entre as restritivas de liberdade e as privativas de liberdade.

⁵ Expressão utilizada pelo autor.



A responsabilização do adolescente autor de ato infracional deve ser compreendida no contexto da doutrina de proteção integral e como um direito ao pleno desenvolvimento de sua personalidade. Desse modo, cabe ao Estado executar as medidas sócio-educativas previstas na lei e somente após o devido processo legal.

Diz o artigo 111: “São asseguradas ao adolescente, entre outras garantias:

- I- pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;
- II- igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;
- III- defesa técnica por advogado;
- IV- assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
- V- direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;
- VI- direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento”.

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas sócio-educativas (art.112):

- I- advertência;
- II- obrigação de reparar o dano;
- III- prestação de serviços à comunidade;
- IV- liberdade assistida;
- V- inserção em regime de semiliberdade;
- VI- internação em estabelecimento educacional;
- VII- qualquer uma das previstas no art. 101, I a IV.

A referência supra ao artigo 101 ocorre em função do referido artigo tratar das chamadas medidas de proteção. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicadas sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto forem ameaçados ou violados por ação ou omissão do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta. Verificada qualquer dessa hipóteses, a autoridade judiciária poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas (art.101):

- I- encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II- orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III- matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV- inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;



- V- requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI- inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII- abrigo em entidade;
- VIII- colocação em família substituta.

Parágrafo único - *O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.*

A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. As crianças autoras de atos infracionais estarão sujeitas às medidas previstas no artigo 101, conhecidas como medidas protetivas.

O Estatuto determina que em nenhuma hipótese o prazo máximo de internação será maior do que três anos. A medida sócio-educativa de internação não comporta prazo determinado, devendo a autoridade judiciária reavaliar o caso a cada seis meses e, caso mantenha a medida, deverá fazê-lo de forma fundamentada.

Das medidas sócio-educativas previstas no ECA, a medida de internação é a mais rigorosa. Ela implica a privação de liberdade em unidades que deverão, em tese, ser adequadas à contenção e à segurança. Pelo caráter pedagógico da medida, as unidades de internação deverão ser seguras, tanto interna quanto externamente. Tal requisito não significa e nem justifica a existência de celas, cubículos, cafuas ou solitárias.

Se a concepção arquitetônica do estabelecimento estiver de acordo com os princípios pedagógicos exigidos, se a lotação não for superior a quarenta vagas (número recomendado por diversas resoluções internacionais e pelo CONANDA⁶), se a equipe de atendimento estiver capacitada através de treinamentos periódicos, se os recursos do poder público não forem irrisórios, se for obedecido o princípio da incompletude institucional, se inexistir a utilização de dispositivos disciplinares de conteúdo violento e, se práticas de tortura não fossem regra nos estabelecimentos de internação, ainda continuaríamos produzindo delinqüentes?

O quê se produz com superlotação, com ausência de atividades educativas, com falta de verbas, com péssimos salários e com uma fraca qualificação dos profissionais envolvidos?

⁶ Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.



As dificuldades estruturais dos estabelecimentos têm sido o maior empecilho à correta execução das medidas sócio-educativas. Compete aos estados a execução das medidas sócio-educativas aplicadas aos adolescentes. Muitos estados da federação procuram tratar a questão do atendimento sócio-educativo da mesma forma como é tratada a questão penitenciária. Em boa parte dos estados, os órgãos destinados à execução das medidas sócio-educativas estão subordinados às secretarias de justiça, assim como também está a administração dos presídios. Outros estados da federação procuram subordinar estes órgãos às secretarias de desenvolvimento social, o que podemos considerar como um avanço. Mas só isso não basta, posto que a pura troca de secretarias, a priori, não assegura que políticas públicas de atendimento sejam implementadas.

Anunciar que é necessário alterar o Estatuto sem que antes implemente-se todos os seus artigos é ignorar todas as lutas sociais que repousam em seu texto. Como reformar uma coisa que ainda não funciona a pleno vapor? A quem interessa?

Quando completou dez anos de vigência, em 1998, a Constituição da República Federativa do Brasil já havia sofrido 19 emendas! Grande parte delas foi para atender aos interesses específicos das elites, ignorando-se os interesses da maioria da população brasileira.

O que propomos é que o Estatuto seja efetivamente aplicado e cumprido, que seus princípios de proteção ‘a infância e à adolescência sejam totalmente atendidos, que os estabelecimentos de atendimento, verdadeiramente sócio-educativos, existam. Sempre que a situação do adolescente e as condições do delito propiciarem, que as medidas restritivas de liberdade, como a liberdade assistida e a semiliberdade, sejam alternativas à internação.

A constituição de equipe técnica de caráter transdisciplinar⁷ deve ser um princípio norteador do atendimento, devendo este agenciamento ser visto de forma positiva e afirmativa pela potência que este encontro pode engendrar.

Um processo de constante atualização acadêmica e profissional dos trabalhadores pode contribuir na melhoria da qualidade do atendimento, principalmente no trato com os adolescentes, criando-se, com isto, estratégias de intervenção que

⁷Importante ressaltar que a transdisciplinaridade não trata de manter e eternizar os saberes ou disciplinas, preservando sua pretensa natureza e unidade. Também não é um dispositivo onde coabitam múltiplos olhares ou ocorrem trocas de olhares – multidisciplinaridade ou interdisciplinaridade. Com a transdisciplinaridade colocamos em questão a própria noção de disciplina como código instituído e a-histórico. Propõe-se entrar em contato com cada disciplina e trazer para o campo de análise sua história, seu caráter transitório e parcial, os recortes que imprime nas práticas e como produz seu próprio objeto de estudo. Problematisa-se o “entre”, as fronteiras entre as disciplinas, o interstício entre sujeito e objeto; entre teoria e prática; ciência e filosofia, a ponto destas fronteiras tornarem-se instáveis, levando a produção de uma discursividade híbrida, bem diferente da forma hierarquizada e estanque das disciplinas instituídas.



sejam baseadas em critérios profissionais. Afastando, desse modo, o assistencialismo e a violência.

O trabalho em conjunto com a comunidade de origem do adolescente, com a família e com outras instâncias sociais, pode colaborar para que se rompa com o isolamento característico da situação pela qual o adolescente está passando.

Projetos reconhecidos internacionalmente como o bolsa-escola, não poderiam ser excelentes medidas para infrações mais brandas, ao invés da internação?

Porque não tentamos fazer essas pequeninas coisas? E depois sim, numa hipótese de fracasso completo⁸, poderíamos repensar o ECA. Mas não podemos tratá-lo como se ele já estivesse velho e ultrapassado.

Os avanços proporcionados pelo Estatuto são numerosos. Pode ser que ele ameace pela sua juventude, pois não cheira a coisa velha e mofada. Não tem cheiro de farda. Não tem as luzes de shopping. Tem cheiro de gente, cheiro de rua, cheiro de luta e ,pasmem, de justiça.

Muitos dos princípios ali elencados ainda carecem de implementação efetiva. São apenas dez anos de uma legislação que veio substituir o arcaico Código de Menores, que vigorou por mais de 50 anos. Mudou-se o texto legal, mas os antigos vícios e práticas institucionais ainda permanecem e tentam sufocar as possibilidades de mudança, valendo-se dos artifícios mais condenáveis e reprováveis. Mas a vontade e o desejo de muitos ajuda a manter pulsando esta bandeira.

Algumas considerações finais...

As medidas sócio-educativas previstas no ECA podem ser consideradas, como dispositivos para que o adolescente possa vir a ter uma percepção mais intensa do contexto social que o cerca. Fazendo-o, então, compreender os dispositivos de exclusão existentes, a divisão social do trabalho, o racismo, a péssima distribuição de renda e a falta de políticas sociais.

Questioná-lo quanto às suas atitudes, não numa perspectiva moralista liberal burguesa, mas enquanto um sujeito que tem sido mero instrumento de manipulação, sempre fora do “jogo”. Colocá-lo no “jogo” implica desnaturalizar a noção de que ele nasceu infrator e que está fadado a permanecer assim. Que pode ser um pequeno agente de transformação, desde que possua ferramentas para uma visão mais crítica desta sociedade. Acreditamos que esta seja uma alternativa no trabalho técnico com os adolescentes infratores.

⁸ A qual não acreditamos que possa ocorrer.



O técnico, por seu lado, não deve estar no estabelecimento sócio-educativo apenas para, sistematicamente, utilizar ferramentas teóricas com o intuito de inferir se o adolescente é perigoso, se tem pouca capacidade de tolerar frustrações, se há alcoolistas na sua família, se tem baixo Q.I., ou se o passado levantado serve para justificar o ato praticado no presente.

O técnico não deve ser apenas um observador dos processos teóricos que acontecem naquele sujeito, mas sim ter a clareza de que é alguém implicado e atravessado por aqueles processos. Na sua prática, na rotina daqueles estabelecimentos, o técnico também é um dispositivo sócio-educativo extremamente eficaz pelas subjetividades que ele ali está produzindo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL E SILVA, A.F. (1998) *O Mito da Imputabilidade Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente*. Santa Catarina: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, mimeo.
- ANTUNES, M. (1998) *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco/EDUC.
- ARANTES, E. (1995) "Rostos de crianças no Brasil" in Pilotti, F. & Rizzini, I. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/Editora Universitária Santa Úrsula/ Amais Editora.
- . (1999) "De 'criança infeliz' a 'menor irregular' – vicissitudes na arte de governar a infância" in Jacó-Vilela, A.M., Jabur, F., Rodrigues, H., *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE.
- BAREMBLITT, G. (1992) *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- BASTOS, C. (1998) *Uma História Recente sobre o "Modo-de-Ser-Indivíduo": Pensando a Psicologia no Curso de Formação de Professores do IERJ*. Dissertação de Mestrado em Educação. Niterói: UFF.
- BONAMIGO, I. (1998) *Disciplina e Exclusão: processos de institucionalização das práticas de Atendimento voltadas às crianças e adolescentes pobres*. Chapecó: Grifos.
- COIMBRA, C. (1998) *Discursos Sobre Segurança Pública E Produção De Subjetividades: A Violência Urbana E Alguns De Seus Efeitos*. Trabalho de Pós-Doutorado realizado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.
- . (2000) "Classes perigosas: Uma pequena genealogia". In Ferreira, G. & Fonseca, P. (orgs.). *Conversando em casa*. Rio de Janeiro: 7 Letras: 56-65.
- COSTA, A. (1992) *O novo Direito da Criança e do Adolescente no Brasil: O conteúdo e o Processo das Mudanças no Panorama Legal*. Rio de Janeiro: Cadernos Do CBIA, n.º 2.
- CURY, M., AMARAL e SILVA, A., MENDEZ, E. (1996) *Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Malheiros.
- FOUCAULT, M. (1993) *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, 10ª ed., Petrópolis: Vozes.
- GOFFMAN, E. (1987) *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. (1986) *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes.
- GUATTARI, F. (1992) *Caosmose. Um Novo Paradigma Estético*. Rio de Janeiro: Ed34.
- LOBO, L. (1997) *Os Infames da História: a instituição das deficiências no Brasil*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Rio de Janeiro: PUC/RJ.



- LOURAU, R. (1993) *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.
- ONU. *Regras mínimas para a administração da justiça de Menores*, Resolução 40/33 de 29 de Novembro de 1985.
- PATTO, M. (1996) *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- RAGO, M. (1987) *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei 8069 de 1990.
- RIZZINI, I. (1995) “Crianças e Menores – do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil”, in Pilotti, Francisco e Rizzini, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/Editora Universitária Santa Úrsula/ Amais Editora: 99-168.
- RODRIGUES, H. & SOUZA, V. (1987) A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. in SAIDON, O. e KAMKHAGI, V. *Análise Institucional no Brasil: favela, escola, hospício, FUNABEM*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- SILVA, F. (1992) *História do Brasil*. São Paulo: Moderna.
- VEYNE, P. (1992) *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UnB.

• Recebido para publicação em agosto de 2001

• Aprovado para publicação em abril de 2002



The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement

A oferta e demanda da participação: Os correlatos psicossociais da participação em movimentos sociais

Bert Klandermans*

pg.klandermans@scw.vu.nl

Abstract

This paper provides a review of recent developments in the social psychology of movement participation. It begins with a description of forms of participation and continues with a discussion of participation in the life course. The centre piece, however, concerns the dynamics of participation. Elaborating on these dynamics the 'demand-supply' metaphor is borrowed from economics. Participation in a social movement is defined as the outcome of a process of mobilization that brings a demand for political protest that exists in a society together with a supply of opportunities to take part in protest offered by movement organizations. The social psychological transaction that is taking place between an individual considering to participate in a social movement activity and a movement organization trying to persuade the individual to take part in its activities is conceptualised in terms of three fundamental motives: people may want to change their circumstances (instrumentality), they may want to act as members of their group (identity), or they may want to give meaning to their world and express their views and feelings (ideology). The demand- and supply-side of participation are discussed in terms of these three motives. Steps in the process of mobilization are analysed.

Key-words

Participation, social movement, social psychology, political psychology, mobilization process

Resumo

Este artigo faz uma revisão do recente desenvolvimento da psicologia social dos movimentos sociais. Inicia-se com uma descrição das formas de parti-

*Free University of Amsterdam



THE DEMAND AND SUPPLY OF PARTICIPATION: SOCIAL PSYCHOLOGICAL CORRELATES OF PARTICIPATION IN A SOCIAL MOVEMENT

cipação e continua com uma descrição da participação na vida social. A questão central, no entanto, diz respeito a dinâmica de participação.

Palavras-Chave

Participação, movimentos sociais, psicologia social, psicologia política, processo de mobilização



After having been concerned about genetically engineering for already some time she decided to join one of those organizations that was staging protest against genetically modified organisms in her country. After all, even Great Britain's Prince Charles had spoken out against it. The organization staged numerous protests and the end result was that genetically modified food was taken off the shelves in many shops in her country.

Participation in a social movement is a route of influencing politics in Western democracies taken by more and more citizens. Indeed, Meyer and Tarrow (1998) observe that social movement participation has become common practice in all modern societies. Movement participation has become the modular form of political participation these days. This is not to say that individual citizens are engaged massively in social movements. In fact, they are not, but sometimes they do. This raises the question that has occupied a generation of students of social movements: why do some people participate in social movements while others don't? Thus phrased the question brings us within the realm of social psychology. After all, social psychology tries to understand an individual's behavior in society. This paper is an attempt to take stock of what social movement scholars have found so far in this respect. In doing so I will use the 'demand and supply' metaphors borrowed from economics. Demand refers to the potential in a society for protest on a specific issue; supply refers, on the other side, to the opportunities staged by organizers to protest on the issue. Within that framework, participation in a social movement is the outcome of a process of mobilization that brings a demand for political protest that exists in a society together with a supply of opportunities to take part in protest offered by movement organizations.

A comprehensive account of movement participation must take into consideration each of these three elements: demand, supply, and mobilization. Studies of participation tend to concentrate on mobilization and to neglect demand and supply factors. Yet, there is no reason to take either for granted. To be sure, grievances abound in a society, but that does not mean that there is no reason to explain how grievances develop and how they are transformed into a demand for protest, or how opportunities to protest arise and how these opportunities are taken by aggrieved people. The demand-side of participation requires studies of such processes as socialization, grievance formation, causal attribution and the formation of collective identity. The study of the supply-side of participation concerns such matters as action repertoires, the effectiveness of social movements, the frames and ideologies movements stand for, and the constituents of identification they offer. Mobilization is the process that links demand and supply. Mobilization is, so to say, the marketing mechanism of the social movement domain, and thus, the study of mobilization concerns such matters as the effectiveness of



(persuasive) communication, the influence of social networks, and the perceived costs and benefits of participation.

In this article I will discuss what social psychology has to offer in terms of explanations of movement participation. I will start my exposé with a simple taxonomy of four types of movement participation. I will argue that each type of participation has its own motivational dynamics. A discussion of free riders and thresholds serves to undergird that argument. Next I will move on to participation in the life course. For most people movement participation is among the significant events in their lives that leaves its traces throughout life (Goldstone and McAdam 2001). All movement activists have had a point in their lives when they first entered a movement. For some this was the logical result of a process of socialization they had experienced, for others it was a matter of conversion. No matter how they entered, people tend to develop movement careers. By looking at the life course we can account for how participation fits into an individual's life history. The centre piece of this article, however, is a discussion of the demand and supply of movement participation. The core of this treatment of the dynamics of movement participation is formed by a discussion of three fundamental reasons why people take part in a social movement: instrumentality, identity, and ideology. I will discuss the demand and supply of participation in terms of these three motives.

Forms of participation

Social movement participation is a multifaceted phenomenon. Indeed, there are many different forms of movement participation, which adhere to their own specific social psychological dynamics. Two important dimensions to distinguish forms of participation are *time* and *effort*. Participation can be short-lived or enduring, requiring only very little or substantial effort. I propose a typology which combines the two dimensions (Figure 1). Some forms of participation are limited in time or of a once-only kind and involve little effort or risk—giving money, signing a petition, or taking part in a peaceful demonstration. Examples in the literature are Klandermans and Oegema's studies of the demonstration and petition against cruise missiles in the Netherlands (Klandermans and Oegema 1987, Oegema and Klandermans 1994). Other forms of participation are also short-lived but involve considerable effort or risk—a sit-in, a site occupation or a strike. Examples in the literature are McAdam's study of Freedom Summer (1988) and Nepstadt and Smith's (1999) study of participants in the Sanctuary movement. Participation can also be indefinite but little demanding—paying a membership fee to an organization or being on call



for two nights a month. Pichardo et al (1998) is an example of a study of a variety of this form of participation in the environmental movement. Finally, there are forms of participation that are both enduring and taxing, like being a member on a committee or a volunteer in a movement organization. Examples are Oliver's study of the members of neighborhood committees (1984) and Della Porta's study of members of underground organizations (1988, 1992).

Figure 1. Forms of Participation

		DURATION	
		limited	unlimited
E	low	I.	III.
F		giving money	membership
F		signing petition	two nights a month
O		peaceful dem.	
R	high	II.	IV.
T		sit-in	committee member
		unauthorized dem.	voluntary worker
		strike	

Obviously, this is not the only conceivable taxonomy of movement participation and it is certainly not the only one proposed in the literature. Elsewhere in a study of political protest in South Africa we have made a distinction based on the militancy dimension and distinguished peaceful, militant and violent protest (Klandermans, Roefs and Olivier 2001a). Van der Veen (1992) developed an elaborated taxonomy applying the dimensions of effort by the participants and impact on the target and developed an instrument to measure participation.

From a social psychological viewpoint such taxonomies are relevant because one may expect different forms of participation to involve significantly different motivational dynamics. Systematic comparisons are rare but applying a taxonomy similar to the one proposed here, Passy (2001) demonstrates that not only motivational dynamics are different but that the impact of social networks differs as well. The effort dimension obviously concerns the cost, benefits and risks of participation. One would typically predict levels of participation to go down if the costs and risks go up. The time dimension has a more complicated link to levels of participation, as I will elaborate in the next section.



Free riders and thresholds: some exercises on motivational dynamics

Marwell and Oliver (1993) have introduced the distinction between decelerative and accelerative production functions in the social movement domain. Although tested only through mathematical modelling, it draws attention to two fundamentally different forms of collective action. Production functions describe how much every additional participant adds to the likelihood that the collective good will be produced. Sometimes participation follows a decelerative production function, that is to say, the difference every additional participant makes declines. Action forms that adhere to this logic tend to have a point beyond which the difference becomes negligible. The members of the board of directors of a movement organization is a typical example, some 10–15 people are needed and beyond that additional participants in fact may be counterproductive. Sustainable forms of movement participation typically adhere to a decelerative production function. Marwell and Oliver hold that free riding—that is non-participation by people who sympathize with the movement goals—is typically a problem in collective action forms following decelerative production functions.

Short-lived forms of collective action, on the other hand, follow an accelerative production function, the difference every additional participant makes increases. Accelerative functions tend to have threshold values. Before the threshold is reached additional participants add very little, but beyond the threshold the added value of an additional participant rapidly increases. The result is what is known in the collective action literature as a cascade of participation. Such cascades are well-known from mathematical simulations of collective action (Chwe 1999; Kim and Bearman 1997; Marwell and Oliver 1993; Heckathorn 1993), but Lohman's (1993) description of the Monday-demonstrations in Leipzig provides a magnificent real life example. It is not uncommon for action forms following accelerative functions to become decelerative at some point, resulting in an S-shape curve. A strike is a typical example of a collective action form taking an accelerative production function. In a company of 1.000 production workers it doesn't make much of a difference whether 50, 75, or 100 workers go on strike; the action would be a failure in any event. But beyond a specific number, let's say 300, every additional striker rapidly adds more to the likelihood of success. Until some other number of participants is reached, let's say 800, beyond which additional strikers don't really matter any more, the company is on strike.

Why is this such an important distinction? Because individual participants face different dilemmas in the two types of activities. In the case of an accelerative



function their concern is, obviously, whether the threshold will be met. If not, participation will be in vain. In that context expectations about the behavior of others become of crucial importance (Klandermans 1984). Indeed, optimism about the number of participants may pull evermore people into action and make the unthinkable conceivable (Rule 1988, 1989). Passy (2001) and Chwe (1999) show that networks are of crucial importance in this context. Through their networks people are informed about the behavior of others. Kim and Bearman (1997) have argued that in fact chances that a critical mass of volunteers manage to reach the threshold level is much higher than is often assumed. As a conclusion after a whole lot of sophisticated mathematical simulations these authors wrote “Fundamental is the organization of motivated actors into a densely linked activist core that is insulated from counter-pressure.” (p. 90)

In the case of a decelerative function a completely different dilemma must be solved. The important question in this setting is whether participants are prepared to give the others the free ride. Empirical evidence suggests that most core activists are perfectly aware of the fact that they are giving 90% or more of the movement’s supporters a free ride, but that they don’t care. On the contrary, this seems to be their very motivation. ‘If I don’t do it, nobody else will do it’ is what they seem to say (Klandermans and Visser 1995; Oliver 1984; Nandram 1995). They are the true believers who care so much for the movement’s cause that they are prepared to make that effort knowing that most others won’t.

Interestingly, both types of participation require people who are most interested and motivated by the cause. In the accelerative function these people are needed to reach the threshold and to set off the cascade, in the decelerative function they are the ones who pay the free ride for the others.

Participation in the life course

Participation in a social movement is an event in someone’s life that does not come out of the blue. Socialization processes create an involvement with the issues a movement is standing for and a readiness to act on the issues. Processes of socialization make people biographically and mentally available for participation. Looking at activism from a life course perspective brings a different kind of explanatory framework to the fore. In such a framework, activism becomes a phase in an individual’s life course which one tries to understand from the individual’s life history. Rather than what makes a participant in this specific collective action different from a non-participant, the question to answer becomes how does participation in this specific collective action fits into the life history of this specific individual.



Naturally, a life course perspective draws attention to sustained participation, because quite a few people are actively involved in a social movement for an extended part of their life, and to the biographical consequences of participation, because instances of collective action participation leave their traces in the individual's life course. At the same time, participation in the life course orients our research to disengagement, because sooner or later participants will quit the movement or at least scale their participation down.

Contingency, biographical continuity, and conversion

In trying to understand the interplay of socialization, movement mobilization, and the social and political context, I propose to use the concepts of contingency, biographical continuity and conversion.

Contingency concerns the convergence in a person's life history of the potential to participate in a social movement as it has developed in the course of time and an event that turns that potentiality into actual participation. *Biographical continuity* and *conversion* are two concepts that further qualify contingency. Biographical continuity describes a life history whereby participation appears as the logical result of political socialization from someone's youth up. Conversion, on the other hand, describes a life history whereby participation implies a turn of someone's mind. In her dissertation Silke Roth (1997) proposes the concept of biographical continuity to address how movement membership and participation is related to earlier social and political participation. Biographical continuity refers to the circumstance that movement membership and participation are the logical consequence of the preceding political socialization. Political scientists who have studied political socialization extensively have time and again come to the conclusion that adult political participation results from political socialization (Beck and Jennings 1982; Smith 1999; Damico, Conway, and Damico 2000; Krampen 2000). Basically, they conclude that people who have been politically active early on continue to be so in adult life. This is also what the literature on the biographical consequences of movement participation tells us (Goldstone and McAdam 2001). Passy (2001) in addition emphasizes the role of embeddedness in social networks in political socialization. Conversion, on the other hand, relates to those situations where movement membership and participation imply a break with the past. Critical events are supposed to play a crucial role in both situations. In the context of biographical continuity the event means the last push or pull in a direction the person is already going, whereas in the context of conversion the event means an experience that marks a change of mind. Obviously, such conversion



does not come out of the blue. It is rooted in a growing dissatisfaction with life as it is. The critical event is the last push toward change. Teske (1995) describes the example of a journalist who ends up in front of the gate of a nuclear weapons plant and whose experience with the authorities' suppressive response to that demonstration turns him into an activist. The story of this journalist made clear that on the one hand it was no accident that he ended up at that gate, but on the other hand that had not the demonstration took that dramatic turn it would not have had this impact on his life.

By way of illustration I will present material from life history interviews we conducted with extreme right activists. Two patterns of mobilization emerged from those interviews. The first pattern concerned interviewees who weren't very much interested in politics in the past, but explained how they became involved in the extreme right. They can perhaps be best described as politically displaced persons, who found a new political home. They could no longer identify with the parties they voted for, or they felt that politics or the government was not addressing the real problems of society. In terms of their parental milieu no clear picture emerged. Some are from a social democratic background, some from a conservative background. The second pattern concerned interviewees who explained that they have always been interested in politics, some of them from very early on. Interestingly, all report that they have always been interested in rightwing politics. All but one were from a politically conservative milieu, the remaining interviewee was from a social democratic milieu. There seems to be a generation pattern here: the former interviewees were from an older generation and became involved in politics later in their lives. Obviously, they are the ones whose right wing activism is a matter of conversion. The latter were from a younger generation and were from the very beginning attracted to politics at the extreme right. They seem to constitute some kind of 'new right' reacting to the new social movements of the eighties (see also Minkenberg 1998). This group's political life history can be described in terms of biographical continuity, that is at least the way they do it themselves.

Sustained participation, commitment and disengagement

Sustained participation is surprisingly absent in the social movement literature. Surprisingly, because it is these long term participants who keep the movement sector going. Kriesi and van Praag (1988) make the distinction between (a) sympathizers—people who are sympathetic towards the movement's cause, but who most of the time do very little. Occasionally they are mobilized for some moderate



form of support (signing a petition, giving a donation); (b) active supporters—people who are mobilized on a more regular base; and (c) core activists who keep the movement going on a daily base. In the course of time a movement expands and contracts because active supporters and occasionally sympathizers are mobilized and demobilized. It is the core activists who are responsible for this fluctuation. A movement has only a small number of core activists. For example, 5-10% of the membership of the Dutch labor unions is core activists (Klandermans and Visser 1995; Nandram 1995), while the Dutch peace movement at its heyday counted approx. 500 core groups with 15-20 members (Oegema 1993).

The real matter in sustained participation is commitment. Elsewhere I have discussed extensively the maintenance and decline of commitment (Klandermans 1997). The concept of commitment is rooted in the fields of organizational psychology and the social psychology of union participation (Goslinga 2002). To date, the best known conceptualization of organizational commitment is that developed by Meyer and Allen (Allen and Meyer 1990, 1995; Meyer and Allen 1991). These authors identify three distinct themes in the definition of commitment: “commitment as an affective attachment to the organization, commitment as a perceived cost associated with leaving the organization, and commitment as an obligation to remain in the organization” (Meyer, Allen and Gellatly 1993, p. 539). They refer to these three forms of commitment as affective, continuance and normative commitment. Meyer et al., (1993) emphasize that we must carefully distinguish different constituents of commitment. Indeed, we observed that in the case of the Dutch peace movement, levels of commitment to the national movement were lower than those of commitment to the one’s own core group (Klandermans 1997, p. 94f). In other words, in studying levels of movement commitment we must always raise the question of what it is that the person is committed to: the movement, a movement organization, a leader, a group of activists, or some combination?

Maintaining commitment. Movement commitment does not last by itself. It must be maintained via interaction with the movement and any measure that makes that interaction gratifying helps to maintain commitment. Embeddedness in social networks plays a significant role in the maintenance of commitment (Kitts 2000). Downton and Wehr (1991, 1997) discuss mechanisms of social bonding that movements apply to maintain commitment. Leadership, ideology, organization, rituals, and social relations that make up a friendship network each contribute to sustaining commitment and the most effective is, of course, a combination of all five. These authors show how persisters—as they call long-term movement participants—continually cultivate the personal opportunity to stay actively involved



by responding to new projects others invent or by creating their own. The full exploitation of this personal opportunity structure is a key-factor in the formation and maintenance of commitment; other factors are: creating an activist identity, bonding to a peace group's ideology, managing the commitment, maintaining the belief that peace action is urgent, integrating peace action into everyday life, gaining support from significant others, developing a strategy to avoid burnout, and although selective incentives are seldom sufficient reasons to participate in a movement, they do increase commitment.

Despite its efforts, and with the possible exception of some religious sects and underground organizations, it is unlikely for a movement organization to be able to prevent participants from exiting the organization if they are determined to do so. Turnover of supporters is thus part and parcel of the life of every movement. It is hardly possible to estimate turnover rates in movements, because movements do not carry membership administrations, but many movement organizations do administer their membership. In the Netherlands, among organizations such as labor unions, Amnesty International, and Green Peace, annual turnover rates of 10 percent or more are not unusual.

Disengagement. What makes people defect? Insufficient gratification in combination with lack of commitment seems the answer. For example, more than 70 percent of the workers who left their unions did so because they were dissatisfied, frustrated or felt that they weren't treated well by their union (van den Putte 1995). But discontent is not a sufficient condition. Obviously, movement commitment must also decline. That raises, of course, the questions of what causes insufficient gratification, and of why commitment declines. Questions we are only beginning to formulate, let alone to answer.

The dynamics of movement participation

When an individual participates in collective political action staged by a social movement organization this is the end result of a sometimes lengthy process of mobilization. Successful mobilization gradually brings demand and supply together. If substantial proportions of the population are aggrieved, and if movement organizations stage collective action to voice those grievances, a massive protest movement may develop. An account of the social psychological dynamics of movement participation necessarily encompasses a discussion of grievance formation (the demand side of participation) and of action repertoires and characteristics of movement organizations (the supply side of participation), and of mobilization as the process that brings demand and supply together.



Mobilization

Mobilization is a complicated process that can be broken down into several, conceptually distinct steps. Klandermans (1984) was the first to break the process of mobilization down into consensus and action mobilization. Consensus mobilization refers to dissemination of the views of the movement organization and action mobilization refers to the transformation of those who adopted the view of the movement into participants. Thus defined, action mobilization is constrained by the results of consensus mobilization, as Klandermans demonstrated in his own work (1997). Indeed, action mobilization attempts tend to concentrate on people with an attitudinal disposition to participate, rightly so as Marwell and Oliver's (1993) computer simulation suggests. An interesting recent illustration of the strategic importance of consensus mobilization can be found in Walgrave and Manssens' (2000) study of the 'White Marsh' in Brussels in response to the government's failure to deal with the Dutroux kidnappings and killings. Moral outrage brought hundreds of thousand people into the streets of Brussels. The authors demonstrate that the mass media played a crucial role in mobilizing consensus on the issue. Consensus mobilization has been elaborated much further by Snow and Benford and their colleagues in their frame alignment approach to mobilization (Benford 1997 for a critical review).

Klandermans and Oegema (1987), then broke the process of action mobilization further down into four separate steps. Each step brings the supply and demand of collective political action closer together until an individual eventually takes the final step to participate in an instance of collective political action. As action mobilization builds on the results of consensus mobilization, the first step accounts for that results. It distinguishes the general public into people who sympathize with the cause and people who don't. The more successful consensus mobilization has been, the larger the pool of sympathizers a mobilizing movement organization can draw from. A large pool of sympathizers is of strategic importance, because for a variety of reasons many a sympathizer never turns into a participant. The second step is equally obvious as crucial, it divides the sympathizers into those who have been targets of mobilization attempts and those who haven't. Furthermore, it is also possible to distinguish qualitative and quantitative differences in targeting. People can be targeted more or less frequently and in more or less insistent ways. The third step concerns the social psychological core of the process. It divides the sympathizers who have been targeted into those who are motivated to participate in the specific activity and those who aren't. Finally, the fourth step differentiates the people who are motivated into those who end up participating and those who don't. In their



research on the mobilization for a peace demonstration Klandermans and Oegema (1987) found that three quarters of the population of a small community south of Amsterdam felt sympathy for the movement's cause. Of these sympathizers three quarters were somehow targeted by mobilization attempts. Of those targeted one sixth was motivated to participate in the demonstration. And finally, of those motivated one third end up participating. The net result of these different steps is some (usually small) proportion of the general public that participates in collective action.¹ With each step, smaller or larger numbers drop out. The smaller the number of dropouts the better the fit between demand and supply. This can be illustrated with the following queries related to the subsequent steps: 1. Does the cause of the movement appeal to concerns of individual citizens? 2. Do the movement's networks link to the individuals' networks? 3. Is the activity the movement is mobilizing for appealing to individual citizens? 4. Is the movement able to eliminate any remaining barrier for individual citizens?

Social psychologically, the first and the third question are the most interesting. I will elaborate on these questions in the next two sections. I am not aware of much research into the last question. Obviously, we may assume that at this stage barriers interact with strength of motivation. The stronger someone's motivation, the more likely that she will overcome the last barriers. Our own research suggests that friendship networks play an important role in this respect. It is your friends that keep you to your promises (Oegema and Klandermans 1994). The second question is about networks. Networks are of crucial significance in the recruitment process. They are the conduits of all kind of information that is processed during mobilization (Ohlemacher 1992; Passy 2001; Chwe 1999). There exists an extensive literature on the role of networks in movement mobilization (see Kitts 2000 for an overview).

Demand and supply in movement participation

Do the cause of a movement and its activities appeal to individual citizens? The answers that have been given to this question in the social movement literature can be distinguished in terms of three fundamental reasons why movement participation is appealing to people: people may want to change their circumstances, they may want to act as members of their group, or they may want to give meaning to their world and

¹ A small proportion does not necessarily mean a negligible event. For example, although only 4 % of the population participated in the peace demonstration, this mounted nevertheless into a demonstration with 500.000 participants—the largest demonstration the country had ever seen.



express their views and feelings. I suggest that together these three motives account for most of the demand for collective political action in a society. Social movements may supply the opportunity to fulfil these demands and the better they do, the more movement participation turns into a satisfying experience. In order to refer in brief to these three types of transactions of demand and supply I will use as shortcuts: instrumentality, identity and ideology. *Instrumentality* refers to movement participation as an attempt to influence the social and political environment; identity refers to movement participation as a manifestation of identification with a group; and *ideology* refers to movement participation as a search for meaning and an expression of one's views. Different theories are associated with these three angles (see Tarrow 1998 and Klandermans 1997 for overviews). Instrumentality is related to resource mobilization and political process theories of social movements and at the psychological level to rational choice theory and expectancy-value theories; identity is related to sociological approaches that emphasize the collective identity component of social movement participation and with the social psychological social identity theory; and ideology is related to approaches in social movement literature that focus on culture, meaning, narratives, moral reasoning, and emotion and in psychology to theories of social cognition and emotions. I am not suggesting that these are mutually exclusive motives, or competing views on social movement participation, although some parties in the debates in the literature seem to have taken that position. I do hold, however, that approaches that neglect any of those three motives are fundamentally flawed.

I know of no study that has attempted to assess the relative weight of all three motives in their effect on participation. Simon and his students (Simon et al. 1998) have studied the relative influence of identity and instrumentality and shown that both instrumentality and identity play an independent role in the explanation of participation (see also Kelly and Breinlinger 1996; De Weerd 1999; and Stürmer 2001). In her study of a farmers' protest in the Netherlands (1999), de Weerd showed that feelings of injustice, identity and agency—the three dimension of the collective action frame—independently contributed to the explanation of why farmers participate in protest. But other than that, we are bound to speculation. Based on these studies I would at the very least propose an additive model. If all three motives apply participation is more likely than if only one or two apply. An additive model, of course, implies that the motives may compensate one another perhaps even to the extent that in an individual case one or two motives may be irrelevant altogether. To complicate matters further, the three motives may interact. For example, a strong identification or ideology might alter cost-benefit calculations. Similarly, a strong ideology may reinforce levels of identification. These are thorny issues and robust results from empirical studies are lacking.



The demand-side of collective political action

Marwell and Oliver (1993) once observed that in view of significant changes in their environment most people continue to do what they were doing, namely nothing. This observation suggests that the demand for collective political action in a society is usually low. On the other hand, it has been argued that collective political action has become more common over the last decades (Meyer and Tarrow 1998; Klandermans 2001). In this section I will further elaborate on the issue and discuss the demand side of instrumentality, identity and ideology.

Instrumentality. A demand for change begins with dissatisfaction, be it the experience of illegitimate inequality, feelings of relative deprivation, feelings of injustice, moral indignation about some state of affairs, or a suddenly imposed grievance (Klandermans 1997). Social psychological grievance theories such as relative deprivation theory, or social justice theory have tried to specify how and why grievances develop (see Hegtvædt and Markovsky 1995; Tyler, Boeckmann, Smith and Huo 1997; Tyler and Smith 1998 for overviews). Despite the fact that grievances are at the roots of collective political action, they haven't featured prominently in social movement literature since the early seventies. Resource mobilization theory and political process theory, the two approaches that dominated the field in that period, have always taken as their point of departure that grievances are ubiquitous and that the key-question in movement participation research is not so much why people are aggrieved, but why aggrieved people participate. However, a focus on the demand-side of participation will bring grievances back to centre stage (Neidhardt and Rucht 1993; Klandermans, Roefs, and Olivier 2001b).

In the seventies, in reaction to approaches that tended to picture movement participation as irrational (Le Bon 1960; Hoffer 1951; Kornhauser 1959), social movement scholars began to emphasize the instrumental character of movement participation. No longer was it depicted as behavior out of resentment by marginalized and isolated individuals, or as aggressive reaction to frustration, or as politics of impatience, but as politics with other means. It was especially the resource mobilization (McCarthy and Zald 1976, Oberschall 1973) and political process approaches (Tilly 1978; McAdam 1982) that took the assumed rationality of movement participants as their point of departure. According to these authors, movement participation is as rational or irrational as any other behavior. Movement participants are people who believe that they can change their political environment to their advantage and the instrumentality paradigm holds that their behavior is controlled by the perceived costs and benefits of participation. It is taken for granted that they are aggrieved, but it is not so much the grievances per se, but the belief that the situation can be changed at



affordable costs that make them participate. They have the resources and perceive the opportunities to make an impact.

From an instrumental perspective a solution must be found for the dilemma of collective action. Olson (1965) argued that rational actors will not contribute to the production of a collective good unless selective incentives persuade them to do so. Olson's argument helped to explain why so often people do not participate in social movements despite the interest they have in the achievement of the movement's goals. Movement scholars argued that movement goals typically are collective goods. If the goal is achieved people will enjoy the benefits irrespective of whether they have participated in the effort. In view of a goal for which achievement is uncertain, but for which benefits—if materialized—can be reaped anyway, rational actors will take a free ride, so the Olsonian reasoning. Selective incentives are supposedly the solution to the dilemma of collective action. Such incentives are typically supply-factors. Therefore, we will return to the issue when we discuss the supply-side of participation.

However, social movement scholars quickly discovered that reality is more complex than Olson's reasoning suggested. The problem with Olson's logic is that indeed it provides an explanation for why people do not participate, but fares poorly in explaining why people do participate. Moreover, Oliver (1980) argued that Olson's solution that selective incentives make people participate is fundamentally flawed, as it does not give a satisfactory answer to the question where the resources needed to provide selective incentives come from. If these must be collected from individual citizens the same collective action dilemma arises again. This is not to say that selective incentives are irrelevant, but that in the final instance they cannot solve the collective action dilemma. Kim and Bearman (1997) have argued that the failure of rational choice models to explain collective action roots in the assumption that interests are fixed. They developed a far more complex model that relaxed the assumptions of fixed interests and assumes that interactions shape interests. "Interests are sensitive to history," they hold, "actors are interdependent, and activism is enhanced through increasing embeddedness in activist networks" (p. 72). They conclude that interest and embeddedness in dense activist network account for the occurrence of collective action. This relates to a recurring criticism that Olson's model assumes that individuals make their decisions in isolation, as if there are no other people with whom they consult, with whom they feel solidarity, and by whom they are kept to their promises. This pointed to the significance of collective identity as a factor in movement participation.

Identity. Soon it became clear that instrumentality was not the only motive to



participate. After all, much of the movement goals are only reached in the long run if at all. Similarly, when it comes to material benefits, costs frequently outweigh benefits. Apparently, there is more in being a movement participant than perceived costs and benefits. Indeed, one of those motives relates to belonging to a valued group.

Simon (1998, 1999) succinctly described identity as a place in society. People occupy many different places in society. They are student, unemployed, housewife, soccer player, politician, farmer, and so on. Some of those places are exclusive, occupied only by a small number of people. The members of a soccer team are an example. Others are inclusive encompassing large numbers of people such as Europeans. Some places are mutually exclusive, such as male-female, or employed-unemployed; some are nested, for example, French, Dutch, German versus European; and some are cross-cutting, such as female and student (Turner 1999; Hornsey and Hogg forthcoming). All these different roles and positions a person occupies form his *personal identity*. At the same time, every place a person occupies is shared with other people. I am not the only professor of social psychology, nor the only Dutch or the only European. I share these identities with other people—a fact that turns them into collective identities. Thus a *collective identity* is a place shared with other people. This implies that personal identity is always collective identity at the same time. Personal identity is general, referring to a variety of places in society, whereas collective identity is specific, referring to a specific place.

Most of the time collective identities remain latent. Self-categorization theory hypothesizes that, depending on contextual circumstances, an individual may act as a unique person, that is, display his personal identity or as a member of a specific group, that is, display one of the many collective identities he has (Turner, Hogg, Oakes, Reicher and Wetherell 1987; Turner 1999). Contextual factors may bring personal or collective identity to the fore. Obviously, this is often no matter of free choice. Circumstances may force a collective identity into awareness whether people like it or not, as the Yugoslavian and South African histories have illustrated dramatically. But also in less extreme circumstances collective identities can become significant. Take, for example, the possible effect of an announcement that a waste incinerator is planned next to a neighborhood. Chances are that within very little time the collective identity of the people living in that neighborhood becomes salient.

The basic hypothesis regarding collective identity and movement participation is fairly straightforward: a strong identification with a group makes participation in collective political action on behalf of that group more likely (Huddy 2001; see Stryker, Owen, and White 2000 for a comprehensive treatment of the subject). The available empirical evidence overwhelmingly supports this assumption. Kelly & Breinlinger (1996) found that identification with a labor union and its members made it more



likely for workers to participate in industrial action; while gender identification made participation in the women's movement more likely. Simon et al. (1998) and Stürmer (2001) observed that identification with other gay people, but especially with other members of the gay movement, reinforced involvement in the gay movement. Finally, Klandermans and his colleagues (De Weerd and Klandermans 1999; Klandermans, Sabucedo, and Rodriguez 2002) reported that farmers who identified with other farmers were more likely to be involved in farmer's protest than those who did not display any identification with other farmers.

Ideology. The third motive, wanting to express one's views, refers at the same time to a longstanding theme in the social movement literature and to a recent development. In classic studies of social movements the distinction was made between instrumental and expressive movements or protest (cf. Searles and Williams 1962; Gusfield 1963). In those days, instrumental movements were seen as movements that aimed at some external goal, for example, the implementation of citizenship rights. Participation in expressive movements, on the other hand, was a goal in itself, for example, the expression of anger in response to experienced injustice. Movement scholars felt increasingly uncomfortable with the distinction, because it was thought that most movements had both instrumental and expressive aspects and that the emphasis on the two could change over time. Therefore, the distinction lost its use. Recently, however, the idea that people might participate in movements to express their views has received attention anew. This time from movement scholars who were unhappy with the overly structural approach of resource mobilization and political process theory. These scholars put an emphasis on such aspects as the creative and cultural aspects of social movements, narratives, emotions, and moral indignation (see Goodwin, Jasper and Polletta 2001). People are angry, develop feelings of moral indignation about some state of affairs or some government decision and they want to make that known. They participate in a social movement not only to enforce political change, but also to gain dignity in their lives through struggle and moral expression.

Goodwin et al. argue that emotions are socially constructed, but that "some emotions are more [socially] constructed than others, involving more cognitive processes" (2001, p. 13). In their view, emotions that are politically relevant are more than other emotions at the social construction end of the scale. For these emotions, cultural and historical factors play an important role in the interpretation of the state of affairs by which they are generated. Emotions, these authors hold, are important in the growth and unfolding of social movement and political protest. Obviously, emotions can be manipulated. Activists work hard to create moral outrage and anger and to provide a target against which these can be vented. They must weave together a moral, cognitive, and emotional



package of attitudes. Also in the ongoing activities of the movements do emotions play an important role (Jasper 1997, 1998). Anger and indignation are emotions that are related to a specific appraisal of the situation. At the same time, people might be puzzled by some aspects of reality and try to understand what is going on. They may look for others with similar experiences and a social movement may provide an environment to exchange experiences, to tell their stories and to express their feelings.

The supply-side of participation

Social movement organizations are more or less successful in satisfying demands for collective political participation and we may assume that movements that are successfully supplying what potential participants demand gain more support than movements that fail to do so. Movements and movement organizations can be compared in terms of their effectiveness in this regard.

Instrumentality. Instrumentality presupposes an effective movement that is able to enforce some wanted changes or at least to mobilize substantial support. Making an objective assessment of a movement's impact is not easy (see Giugni, McAdam and Tilly 1999; Giugni 1998), but of course movement organizations will try to convey the image of an effective political force. They can do so by pointing to the impact they have had in the past, or to the powerful allies they have. Of course, they may lack all this, but then, they might be able to show other signs of movement strength. A movement may command a large constituency as witnessed by turnout on demonstrations, or by membership figures, or large donations. It may comprise strong organizations with strong charismatic leaders who have gained respect, and so on. Instrumentality also implies the provision of selective incentives. The selective incentives of participation that can be made available may vary considerably between movement organizations. Such variation depends on the resources a movement organization has at its disposal (McCarthy and Zald 1976; Oliver 1980). Surprisingly, little systematic comparison of the characteristics of movements, movement organizations and campaigns in view of the supply side of participation can be found in the literature (but see Klandermans 1993). The political system and the alliance and conflict system movement organizations are embedded in may also show considerable variation that influences the supply-side of movement participation. Indeed, Tilly (1978) coined the terms 'repression' and 'facilitation' to distinguish between political systems that increase or decrease the costs of participation. Repressive political environments may increase the costs of participation considerably: people may lose friends, they may risk their jobs or otherwise jeopardize their sources of income, they may be jailed, and they may even lose their lives.



Klandermans (1984, 1997) has combined these factors into his model of movement participation. The model takes as its point of departure that movement goals are public goods. It belongs to the expectancy-value family and links the supply of collective political action as perceived by the individual to his or her demands. In doing so it combines insights from rational choice theory with those from collective action theory. The model makes a distinction between collective and selective incentives. Put simply, it poses that people are motivated by the possibility to support the production of an attractive public good—such as clean air, peace or equal rights (collective incentives) to be achieved by participation in attractive action means—for example, a rally where their favourite music group performs (selective incentives). Collective incentives are further broken down into the value of the public good and the expectation that it will be produced. An key element of that expectation are expectations about the behaviour of others. This is what makes collective behaviour different from individual behaviour. The theory supposes an optimum: too many expected participants makes it unnecessary for the individual to participate; too few expected participants makes it useless for the individual to participate. Perceived selective incentives add to the explanation, especially so-called social incentives which in Klandermans' model consists of the expected reaction of significant others if the individual decides to participate. Since its publication the model has found convincing empirical support (Br et, Klandermans and Kroon 1987; Klandermans 1984; Klandermans 1993; Klandermans and Oegema 1987; Kelly and Breinlinger 1996; Simon et al. 1998; St urmer 2000).

An important element of the supply-side of participation is, thus, the provision of information about the behavior of others. Social networks are of strategic importance in this respect, because it is through these networks that people are informed about the behavior or intentions of others (Oegema and Klandermans 1994; Kim and Bearman 1997; Chwe 1999; Passy 2001). As discussed, the importance of such information differs depending of the type of participation. Building on the argument that individuals hold different thresholds Rule (1988, 1989) argued that seeing that increasing numbers take part in a collective action in itself motivates growing numbers of people to join because their individual thresholds to participation are passed. In his paper on the Chinese student movement of 1989, Zhao (1998) gives a striking illustration of this mechanism. He describes how the ecological circumstance that most students in Beijing live in the same part of town made the success of the movement in terms of mobilization literally visible in the streets in front of the dormitories.

Identity. Movements offer the opportunity to act on behalf of one's group. This is the most attractive if people identify strongly with their group. The more farmers identify with other farmers the more prepared they are to take part in farmers' protest (De Weerd and Klandermans 1999; Klandermans et al. 2002). The more women identify



with other women the more they are prepared to take part in the women's movement (Kelly and Breinlinger 1996); and the more gay people identify with other gay people the more they are prepared to take part in the gay movement (Simon et al. 1999; Stürmer 2000). Interestingly, all these studies show that identification with the more exclusive group of movement participants is far more influential than identification with the more inclusive category. Indeed, in addition to the opportunity to act on behalf of the group, collective political action participation offers further constituents of identification: the movement's cause; the people in the movement, the movement organization, or the group one is participating in; the leader of the movement. Not all these sources of identification are always equally appealing. Movement leaders can be more or less charismatic or the people in the movement or in someone's group can be more or less attractive. Moreover, movements and movement organizations may be, and in fact often are, controversial. Hence, becoming a participant in a movement organization does not mean taking a respected position upon oneself. Within the movement's framework, this is, of course, completely different. There the militant does have the status society is denying him. And, of course, for an activist ingroup-outgroup dynamics may turn the movement organization or group into a far more attractive group than any other group 'out there' that is opposing the movement. Indeed, it is not uncommon for militants to refer to the movement organization as a second family, a substitute for the social and associative life society was no longer offering them (Tristan 1987; Orfali 1990). Movement organizations not only supply sources of identification, they also offer all kinds of opportunities to enjoy and celebrate the collective identity: marches, rituals, songs, meetings, signs, symbols and common codes (see Stryker et al. 2000 for an overview).

A complicating matter when it comes to the supply-side of participation is the fact that people have multiple identities while movements emphasize a collective identity, and therefore by definition refer to a single place in society. This may imply competing loyalties as Oegema and Klandermans (1994) demonstrated with regard to the Dutch peace movement. The movement's campaign against cruise missiles brought many a citizen, who sympathized with the movement but was affiliated with the Christian Democratic Party that in regard to cruise missiles stood opposite the movement, under cross-pressure. Movement organizations are more or less successful in coping with multiple identities. Sharon Kurtz (2002) describes how clerical workers of Columbia University struggled but succeeded to reconcile gender, ethnic, and class identities. Karen Beckwith (1998), on the other hand, explains how women in the Pittston Coal Strike were denied the possibility to act on their gender identity. Very little systematic attention has been given in the social movement literature to the issue of multiple identity, yet it is to be assumed that every movement somehow must deal



with the problem and depending on how this is accomplished is more or less attractive to various constituencies. Gerhards and Rucht (1992), for example, describe how the organizers of two demonstrations in Berlin went to great length to make it possible for various constituencies to identify with goals of the demonstration. Similar observations can be found in the first studies on the anti-globalization movement (Smith 2001).

There is evidence that identity processes have both an indirect and a direct effect on protest participation (Sturmer 2000). *Indirect* in that collective identity influences instrumental reasoning such that it makes it less attractive to take a free ride. Hirsch's (1990) study of the Columbia divestment protest is a good example of how solidarity with the group as it developed at the doorsteps of the administration of Columbia University make it difficult for participants to drop out. Indeed, collective identity appears to be a way to overcome the social dilemma built into the instrumental route to movement participation (see also Klandermans 2000). High levels of group identification increase the costs of defection and the benefits of cooperation. In other words, collective identity impacts on the instrumental pathway to protest participation. Direct because collective identity creates a shortcut to participation. People participate not so much because of the outcomes associated with participation but because they identify with the other participants

Ideology. Social movements play a significant role in the diffusion of ideas and values (Eyerman and Jamison (1992). Rochon (1998) makes the distinction between 'critical communities' where new ideas and values are developed and 'social movements' that are interested in winning social and political acceptance for those ideas and values. 'In the hands of movement leaders, the ideas of critical communities become ideological frames' (p. 31), according to Rochon, who continues to argue that social movements are not simply extensions of critical communities. After all, not all ideas developed in critical communities are equally suited to motivate collective action. Social movement organizations, then, are carriers of meaning. Through processes such as consensus mobilization (Klandermans 1984, 1992), framing (Snow et al. 1986), or dialogue (Steinberg 1999) they seek to disseminate their definition of the situation to the public at large. Gerhards and Rucht's study (1992) of flyers produced by the various groups and organizations involved in the protests against the IMF and the World Bank in Berlin is an excellent example in this respect. These authors show how links are constructed between the ideological frame of the organizers of the demonstration and those of the participating organizations in order to create a shared definition of the situation. Such definitions of the situation have been labelled 'collective action frames' (Gamson 1992; Klandermans 1997). Collective action frames can be defined in terms of injustice—that is, some definition of what's wrong in the world;



identity—that is, some definition of who is affected and who is responsible; and agency—that is, some beliefs about the possibilities to change society. We may assume that people who join a movement come to share some part of the movement's action frame and that in the process of sharing meaning is given to their world.

Social movements do not invent ideas from scratch, they build on an ideological heritage as they relate their claims to broader themes and values in society. In so doing they relate to societal debates that have a history of their own and that history is usually much longer than that of the movement itself. Gamson (1992), for example, refers to the 'themes' and 'counterthemes' that in his view exist in every society. One such pair of a theme and countertheme he mentions is 'self-reliance' vs. 'mutuality,' that is the belief that individuals must take care of themselves vs. the belief that society is responsible for its less fortunate members. Klandermans and Goslinga (1996) discuss how in the Netherlands these two beliefs became the icons that galvanized the debates and spurred the protests about disability payment. While 'self-reliance' became the theme of those favouring restrictions in disability payment, 'mutuality' was the theme of those who defended the existing system. Another example is what Tarrow (1998) calls 'rights frames': human rights, civil rights, women's rights, animal rights, and so on. In other words, collective action frames that relate a movement's aims to some fundamental rights frame. For decades Marxism has been such an ideological heritage from the past movements identified with, positively by embracing it or negatively by distancing themselves from it. In a similar vein, fascism and nazism form the ideological heritage rightwing extremism must comes to terms with either by identifying with it or by keeping it at a distance. Some of those ideas from the past are more useful than others are. For example, Kitschelt (1995) has argued that parties of the new radical right that identify too much with Nazism or fascism are doomed to be unsuccessful (see also Ignazi and Ysmal 1992)

It is not just the cognitive component of ideology that social movements are the conduits of. Emotions, that is, the affective component of ideology are equally important. After all, people are angry, morally outraged and movement organizations provide the opportunity to express and communicate those feelings. Scholarly attention for the role of emotions in the realm of movement participation is only in its infancy. In an edited volume Goodwin et al. (2001) have brought work on the subject together. Obviously, movements differ in regard to how they deal with emotions, feelings, or passion both in terms of the passion that spurs participation and in terms of how they deal with emotion and affection inside the movement. The better they do the more committed to the movement people will become, but if they fail this may become a



reason for a movement to collapse as Goodwin's (1997) study of the Huk-rebellion illustrates. The failure of that rebellious movement to deal with affective and sexual relations within the movement and between movement participants and outsiders eventually undermined the movement.

Conclusions

Participation in a social movement is not just a matter of people who are pushed to act by some internal psychological state (the demand-side of participation), nor is it a matter of movement organizations pulling people into action (the supply-side of participation). Demand, supply, *and* mobilization account for instances of participation. The reason why often no collective action takes place despite widespread discontent is that there is no viable movement organization to stage any action. At the same time, when present, a movement organization does not get very far if there are no people who are concerned about the issues the organization tries to address. Finally, without effective mobilization campaigns supply and demand may never meet. Understanding the supply side of participation involves theories from sociology and political sciences about the development and dynamics of social movements; understanding the demand side, requires models from social and political psychology. Like in economics there is an intriguing interplay of demand and supply. Sometimes an attractive and well-timed action attracts an enormous turnout, that is to say, the supply reinforces the demand. Sometimes massive discontent generates a strong movement, demand triggers supply. But of course, most of the time demand and supply reinforce each other. Mobilization is the process that makes the two meet. Theories of persuasion and network analysis are relevant in this realm.

Different motives can be in play in the exchange between a movement and its participants. Instrumentality, identity, and ideology have been proposed as possible motives that contribute to the individual's motivation to participate. I suggested that the three can compensate one another. Participation may not be immediately effective in bringing about changes. Participants understand that and will not expect the government to give in at the first sign of contention. On the other hand, it may suffice for many a participant to have the opportunity to meet with other like-minded people and to express his opinion. Collective political action is not only about effectiveness but also about passionate politics. This is not to say that effectiveness is likely to become irrelevant altogether. Obviously, sooner or later something should change. If nothing ever happens a movement of change will collapse, fade, or turn into a social club or self-help organization.



REFERENCES

- ALLEN, NATHALIE J. AND MEYER JOHN P. (1990) The Measurement and Antecedents of Affective, Continuance, and Normative Commitment to the Organization. *Journal of Occupational Psychology*, 63: 1-18.
- ALLEN, NATHALIE J. AND MEYER JOHN P. (1995) Affective, Continuance, and Normative Commitment to the Organization: An Examination of Construct Validity. Paper presented at the Kurt Lewin Institute Masterclass, Schiermonnikoog, 23-24 February.
- BECK, PAUL ALLEN AND KENT M. JENNINGS. (1982) "Pathways to Participation." *American Political Science Review*, 76: 94-108.
- BECKWITH, KAREN. (1998) "Collective Identities of Class and Gender: Working-Class Women in the Pittston Coal Strike." *Political Psychology*, 19: 147-167.
- BENFORD, ROBERT, D. (1997) An Insider's Critique of the Social Movement Framing Perspective *Sociological Inquiry*, 67: 409-430.
- BRIET, MARTIEN, BERT KLANDERMANS AND FREDERIKE KROON. (1987) How women become involved in the women's movement. Pp. 44-67 in *The women's movements of Western Europe and the United States: Changing theoretical perspectives*. Edited by Carol Mueller & Mary Katzenstein. Philadelphia: Temple University.
- CHWE, MICHAEL SUK-YOUNG. (1999) "Structure and Strategy in Collective Action." *American Journal of Sociology*, 105: 128-56.
- DAMICO, ALFONSO J., M. MARGARET CONWAY, and SANDRA BOWMAN DAMICO. (2000) "Patterns of Socialization to Community and Political Participation: A Longitudinal Study." Paper presented at the Annual Meeting of the International Society of Political Psychology, July 1-4, Seattle, Washington.
- DE WEERD, MARGA (1999) Social psychologische determinanten van boerenprotest: Collectieve actie frames, identiteit en effectiviteit. Dissertatie, Vrije Universiteit.
- DE WEERD, MARGA and BERT KLANDERMANS. (1999) Group identification and social protest: Farmer's protest in the Netherlands, *European Journal of Social Psychology*. 29: 1073-1095.
- DELLA PORTA, DONATELLA. (1988) Recruitment into Clandestine Organizations: Leftwing Terrorists in Italy, In Bert Klandermans, Hanspeter Kriesi and Sidney Tarrow Eds.), *From Structure to Action: Comparing Movement Participation Across Cultures*, Greenwich, Conn.: JAI-Press.



- DELLA PORTA, DONATELLA. (1992) On Individual motivations in Underground Political Organizations. Pp. 3-28 in Della Porta, Donatella ed.. Social movements and Violence: Participation in Underground Organizations. *International Social Movement Research*, Vol.4. Greenwich, Conn.: JAI-Press.
- DOWNTON, JAMES and PAUL WEHR. (1991) Peace Movements: The Role of Commitment and Community in Sustaining Member Participation. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*. Vol. 13: 113-134.
- DOWNTON, JAMES and PAUL WEHR. (1997) *The persistent activist: How peace commitment develops and survives*. Boulder, CO: Westview Press.
- EYERMAN, RON and ANDREW JAMISON. (1991) *Social Movements. A Cognitive Approach*. Oxford: Polity Press.
- GAMSON, WILLIAM A. (1992) The Social Psychology of Collective Action. Pp. 53-76 in *Frontiers in Social Movement Theory*. Edited by Aldon Morris and Carol McClurg Mueller. New Haven: Yale University Press.
- GERHARDS, JÜRGEN and DIETER RUCHT. (1992) Mesomobilization: Organizing and Framing in Two Protest Campaigns in West Germany. *American Journal of Sociology*, 98: 555-596.
- GIUGNI, MARCO. (1998) Was it Worth the Effort? The Outcomes and Consequences of Social Movements. *Annual Review of Sociology* 24: 371-93.
- GIUGNI, MARCO, DOUG MCADAM, and CHARLES TILLY. (1999) *How Social Movements Matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- GOLDSTONE, ROGER and DOUG MCADAM. (2001) Contention in Demographic and Life-Course Context. Pp. 195-221 in Ronald R. Aminzade, Jack A. Goldstone, Doug McAdam, Elizabeth Perry, William H. Sewell, Jr., Sidney Tarrow, and Charles Tilly. 2001. *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOODWIN, JEFF. (1997) "The Libidinal Constitution of a High-Risk Social Movement: Affectual Ties and Solidarity in the Huk Rebellion." *American Sociological Review* 62: 53- 69.
- GOODWIN, JEFF, JAMES JASPER, and FRANCESCA POLLETTA. (2001) Why Emotions Matter. Pp. 1-24 in *Passionate Politics. Emotions and Social Movements*, edited by Jeff Goodwin, James Jasper, and Francesca Polletta. Chicago: University Press of Chicago.
- GOSLINGA, SJOERD. (2002) Binding aan de vakbond. Union Commitment) Unpublished doctoral dissertation, Free University, Amsterdam.
- GUSFIELD, J.R. (1963) *Symbolic crusade: Status politics and the American Temperance Movement*. Urbana, Ill.: University of Illinois Press.



- HECKATHORN, DOUGLAS D. (1993) "Collective Action and Group Heterogeneity: Voluntary Provision versus Selective Incentives." *American Sociological Review*, 58: 329-350.
- HEGTVEDT, KAREN A. and BARRY MARKOVSKY. (1995) Justice and Injustice. Pp. 257-280 in *Sociological Perspectives in Social Psychology*, edited by Karen S. Cook, Garry A. Fine, and James S. House. Boston: Allyn and Bacon.
- HIRSCH, ERIC L. (1990) "Sacrifice for the Cause: The Impact of Group Processes on Recruitment and Commitment in Protest Movements." *American Sociological Review*, 55:243-254.
- HOFFER, E. (1951) *The true believer*. New York: Harper.
- HORNSEY, MATTHEW J. and MICHAEL A. HOGG. Forthcoming. Intergroup Similarity and Subgroup Relations: Some Implications for Assimilation. *Personality and Social Psychology Bulletin*.
- HUDDY, LEONIE. (2001) From Social to Political Identity: A Critical Examination of Social Identity Theory. *Political Psychology*, 22: 127-156.
- IGNAZI, PIERO and COLETTE YSMAL. (1992) New and Old Extreme Right Parties. The French Front National and the Italian Movimento Sociale. *European Journal of Political Research*, 22: 101-121.
- JASPER, JAMES M. (1997) *The Art of Moral Protest. Culture, Biography, and Creativity in Social Movements*. Chicago: University of Chicago Press.
- JASPER, JAMES M. (1998) The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions in and around Social Movements. *Sociological Forum* 13: 397-424.
- KELLY, CAROLINE and SARAH BREINLINGER. (1996) *The social psychology of collective action*. Basingstoke: Taylor and Francis.
- KIM HYOUNG and PETER S. BEARMAN. (1997) "The Structure and Dynamics of Movement Participation." *American Sociological Review* 62: 70-93.
- KITSCHOLT, HERBERT. (1995) *The Radical Right in Western Europe*. Ann Arbor: Michigan University Press.
- KITTS, JAMES, A. (2000) "Mobilizing in Black Boxes: Social Networks and Participation in Social Movement Organizations." *Mobilization*, 5: 241-257.
- KLANDERMANS, BERT. (1984) Mobilization and Participation: Social Psychological Expansions of Resource Mobilization Theory. *American Sociological Review* 49:583-600.
- KLANDERMANS, BERT. (1992) "The Social Construction of Protest and Multi-organizational Fields." In Aldon Morris and Carol Mueller (eds.) *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven, CT: Yale University Press.
- KLANDERMANS, BERT. (1993) A Theoretical Framework for Comparisons of Social Movement Participation. *Sociological Forum*, 8: 383-402.



- KLANDERMANS, BERT. (1997) *The Social Psychology of Protest*. Oxford: Blackwell.
- KLANDERMANS, BERT. (2000) Identity and Protest: How group identification helps to overcome collective action dilemmas. Pp. 162-183 in *Cooperation in modern society: Promoting the welfare of communities, states, and organizations*. Edited by Van Vugt, M., Snyder, M., Tyler, T. R., & Biel, A. London: Routledge.
- KLANDERMANS, BERT. (2001) Why movements come into being and why people join them. Pp. 268-281 in *Blackwell's Compendium of Sociology* edited by Judith Blau. Oxford: Blackwell.
- KLANDERMANS, BERT and SJOERD GOSLINGA. (1996) Media Discourse, Movement Publicity and the Generation of Collective Action Frames: Theoretical and Empirical Exercises in Meaning Construction. in Doug McAdam, John McCarthy & Mayer Zald *Opportunities, Mobilizing Structures, and Frames: Comparative Applications of Contemporary Movement Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KLANDERMANS, BERT and DIRK OEGEMA. (1987) Potentials, Networks, Motivations and Barriers: Steps toward Participation in Social Movements. *American Sociological Review* 5:519-531
- KLANDERMANS, BERT, MARLENE ROEFS and JOHAN OLIVIER. (2001a) *The state of the people: Citizens, civil society and governance in South Africa, 1994-2000*. Pretoria: Human Science Research Council. 2001.
- KLANDERMANS, BERT, MARLENE ROEFS, and JOHAN OLIVIER. (2001b) Grievance formation in a country in transition: South Africa 1994-1998. *Social Psychology Quarterly*, 64: 41-54.
- KLANDERMANS, BERT, JOSE MANUEL SABUCEDO, MAURO RODRIGUEZ. (2002) Politicization of Collective Identity: Farmer's Identity and Farmer's Protest in the Netherlands and Spain. *Political Psychology*,
- KLANDERMANS, BERT and JELLE VISSER (red.). (1995) *De vakbeweging na de welvaartsstaat*. Assen: Van Gorcum.
- KORNHAUSER, WILLIAM. (1959) *The Politics of Mass Society*. Glencoe, Ill.: The Free Press.
- KRAMPEN, GÜNTER. (2000) "Transition of Adolescent Political Action Orientations to Voting Behavior in Early Adulthood in View of a Social-Cognitive Action Theory Model of Personality." *Political Psychology*, 21: 277-298.
- KRIESI, HANSPETER EN PHILIP VAN PRAAG JR. (1988) De beweging en haar campagne. In Klandermans, Bert, red.) Dirk Oegema, Ben Schennink, Hanspeter Kriesi and Philip van Praag. *Tekenen voor de vrede. Portret van een campagne*. Assen: Van Gorcum.



- KURTZ, SHARON. (2002) *All Kinds of Justice: Labor and Identity Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- LE BON, G. (1960) *The Crowd: A Study of Popular Mind*. New York: The Viking Press.
- LOHMANN, SUSANNE. (1993) The dynamics of Regime Collapse: The Monday Demonstrations in Leipzig, East Germany. 1989-1991. Unpublished paper, Dept. of Political Science, University of California at Los Angeles.
- MARWELL, GERALD and PAMELA OLIVER. (1993) *The Critical Mass in Collective Action. A Micro-Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MCADAM, DOUG. (1982) *Political Process and the Development of Black Insurgency*. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- MCADAM, DOUG. (1988) *Freedom Summer*. New York: Oxford University Press.
- MCCARTHY, JOHN D. and MAYER ZALD. (1976) Resource Mobilization and Social Movements; A Partial Theory, *American Journal of Sociology*. 82. 1212 - 1241.
- MEYER, DAVID and SIDNEY TARROW. (1998) *The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century*. Boulder, Colo: Rowman and Littlefield.
- MEYER, JOHN P. and ALLEN NATHALIE J. (1991) A Three Component Conceptualization of Organizational Commitment. *Human Resource Management Review*. 1: 61-89.
- MEYER, JOHN P., ALLEN NATHALIE J. and GELLATLY IAN R. (1993) Affective and Continuance Commitment to the Organization: Evaluation of Measures and Analysis of Concurrent and Time-lagged relations. *Journal of Applied Psychology*, 75: 710-720.
- MINKENBERG M. (1998) *Die neue radikale rechte im vergleich*, USA, Frankreich, Deutschland, Opladen/Wiesbaden, Westdeutscher Verlag.
- NANDRAM, SHARDA. (1995) Het beredeneerd aan- en afmelden als kaderlid. Een studie naar het vrijwilligerswerk binnen een vakbond. Reasoned application and defection as union militant. A study of volunteers within labor unions) Unpublished doctoral dissertation. Free University, Amsterdam.
- NEIDHARDT FRIEDHELM and DIETER RUCHT. (1993) Auf dem Weg in die Bewegungsgesellschaft? Über die Stabilisierbarkeit sozialer Bewegungen. *Sozialer Welt*, 44: 305-326.
- NEPSTAD, SHARON ERICKSON and CHRISTIAN SMITH. (1999) "Rethinking Recruitment to High-Risk/Cost Activism: The Case of Nicaragua." *Mobilization*, 4: 25-40.
- OBERSCHALL, ANTHONY. (1973) *Social Conflict and Social Movements*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall.



- OEGEMA, DIRK and BERT KLANDERMANS. (1994) Non-conversion and Erosion: The Unwanted Effects of Action Mobilization. *American Sociological Review*, 59:703-722.
- OEGEMA, DIRK. (1993) *Tussen petitie en perestroika. De nadagen van de Nederlandse vredesbeweging*. Dissertatie Vrije Universiteit.
- OHLEMACHER, THOMAS. (1992) Social Relays: Micro-Mobilization via the Meso-Level. An Empirical Study of Protest Groups against Low-flying Military Jets in West Germany. Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung.
- OLIVER, PAMELA E. (1980) Rewards and Punishments as Selective Incentives for Collective Action: Theoretical Investigations. *American Journal of Sociology*, 85: 1356 - 1375.
- OLIVER, PAMELA E. (1984) If You Don't Do It, Nobody Else Will: Active and Token Contributors to Local Collective Action, *American Sociological Review*, 49, 601-610.
- OLSON, MANCUR. (1968) *The Logic of Collective Action. Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge, Mass.:Harvard University Press.
- ORFALI B. (1990) *L'adhésion au Front national. De la minorité au mouvement social*, Paris, Kimé.
- PASSY, FLORENCE. (2001) "Socialization, Connection, and the Structure/Agency Gap: A Specification of the Impact of Networks on Participation." *Mobilization*, 6: 173-92.
- PICHARDO, NELSON A., HEATHER SULLIVAN CATLIN and GLENN DEANE. (1998) "Is the Political Personal? Everyday Behaviors as Forms of Environmental Movement Participation." *Mobilization*, 3: 185-206.
- ROCHON, THOMAS R. (1998) *Culture Moves: Ideas, Activism, and Changing Values*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- ROTH, SILKE. (1997) Political Socialization, Bridging Organization, Social Movement Interaction: The Coalition of Labor Union Women, 1974-1996. Unpublished Dissertation, University of Connecticut.
- RULE, JAMES B. (1988) *Theories of Collective Violence*. Berkeley: University of California Press.
- RULE, JAMES B. (1989) "Rationality and Non-rationality in Militant Collective Action." *Sociological Theory*, 7: 145-160.
- SEARLES, RUTH AND J. ALLEN WILLIAMS, JR. (1962) Negro College Students' Participation in Sit-ins. *Social Forces*, 40: 215-220.
- SIMON, BERND. (1998) Individuals, Groups, and Social Change: On the Relationship between Individual and Collective Self-Interpretations and



- Collective Action. Pp. 257-282 in *Intergroup Cognition and Intergroup Behavior*. Edited by C. Sedikides, J. Schopler and C. Insko. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- SIMON, BERND. (1999) A Place in the World: Self and Social Categorization. Pp. 47-69 in *The Psychology of the Social Self*. Edited by T. R. Tyler, R. M. Kramer, and O. P. John. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- SIMON, BERND, MICHAEL LOEWY, STEFAN STÜRMER, ULRIKE WEBER, CLAUDIA KAMPMEIER, PETER FREYTAG, CORINNA HABIG and PETER SPAHLINGER. (1998) Collective Identity and Social Movement Participation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74: 646-658.
- SMITH, ELIZABETH S. (1999) "The Effects of Investments in the Social Capital of Youth on Political and Civic Behavior in Young Adulthood: A Longitudinal Analysis. *Political Psychology*, 20: 553-580.
- SMITH, JACKIE. (2001) "Globalizing Resistance: The Battle of Seattle and the Future of Social Movements." *Mobilization*, 6: 1-19.
- SNOW, DAVID A., ROCHFORD, E. BURKE JR., STEVE K. WORDEN and ROBERT D. BENFORD. (1986) "Frame alignment processes, micro-mobilization and movement participation." *American Sociological Review*. 51: 464-481.
- STEINBERG, MARC W. (1999) "The Talk and Back Talk of Collective Action: A Dialogic Analysis of Repertoires of Discourse among Nineteenth-Century English Cotton Spinners." *American Journal of Sociology*, 105: 736-780.
- STRYKER, SHELDON, TIMOTHY J. OWENS and ROBERT W. WHITE eds.. (2000) *Self, Identity, and Social Movements*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- STÜRMER, STEFAN. (2000) Soziale Bewegungsbeteiligung: Ein psychologisches Zwei-Wege Modell. Unpublished Doctoral Dissertation. University of Kiel.
- TARROW, SIDNEY. (1998) *Power in Movement. Social Movements, Collective Action and Mass Politics in the Modern State*, 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press.
- TESKE, NATHAN. (1997) *Political Activists America. The Identity Construction Model of Political Participation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TILLY, CHARLES. (1978) *From Mobilization to Revolution*, Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- TRISTAN A. (1987) *Au Front*, Paris: Gallimard.
- TURNER, JOHN C. (1999) Some Current Issues in Research on Social Identity and Self-categorization Theories. Pp. 6-34 in *Social Identity* edited by Naomi Ellemers, Russell Spears, and Bertjan Doosje. Oxford: Blackwell.
- TURNER, JOHN C. OAKES, P.J., HASLAM, A. and MCGARTY, C. (1994) Self and Collective: Cognition and Social Context. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 20: 454-463.



THE DEMAND AND SUPPLY OF PARTICIPATION: SOCIAL PSYCHOLOGICAL CORRELATES OF PARTICIPATION IN A SOCIAL MOVEMENT

- TYLER, TOM R., BOECKMANN, ROBERT R., HEATHER J. SMITH and YUEN J. HUO. (1997) *Social Justice in a Diverse Society*. Boulder: Westview Press.
- TYLER, TOM R. and HEATHER SMITH. (1998) Social Justice and Social Movements. Pp. 595-626 in *Handbook of Social Psychology*, 4th edition) edited by D. Gilbert, S.T.Fiske, and G. Lindzey. New York: McGraw-Hill.
- VAN DEN PUTTE, BAS. (1995) Uit de bond: Bedanken als vakbondslid. Pp. 87-112 in Bert Klandermans en Jelle Visser red.) *De vakbeweging na de welvaartsstaat*. Meppel: Van Gorcum.
- VAN DER VEEN, GERRITA. (1992) *Principes in praktijk*. Kampen: Kok.
- WALGRAVE, STEFAAN AND JAN MANSSENS. (2000) The Making of the White March: The Mass Media as a Mobilization Alternative to Movement Organizations. *Mobilization*, 5: 217-240.
- ZHAO, DINGXIN. (1998) "Ecologies of Social Movements: Student Mobilization during the 1989 Prodemocracy Movement in Beijing." *American Journal of Sociology*, 103: 1493-1529.

- Recebido para publicação em janeiro de 2002
- Aprovado para publicação em março de 2002



Reflexões & Ensaaios

A seção R&E destina-se a apresentar ensaios de pesquisadores e pensadores sobre temáticas relevantes para o campo da Psicologia Política.

Análises e debates

115



LA POLÍTICA DE LA PSICOLOGÍA: EL CASO ARGENTINO





La Política de la Psicología: El Caso Argentino

The Politics of Psychology: The Argentine Case

Angel Rodriguez Kauth*

akauth@unsl.com.ar

Resumen:

Se realiza una descripción acerca de las «políticas en el espacio del quehacer psicológico», como una de las formas de abordar temáticas psicopolíticas. Para ello se observan los lugares comunes con otros quehaceres profesionales, desde la mirada de la teoría del Poder y luego se caracterizan a los psicólogos por su participación –o no– en organizaciones como Colegios, Academias y Universidades. Todo esto con particular referencia a la Argentina y una breve comparación con lo que sucede en España.

Palabras Clave

Poder, Asociaciones Profesionales, Participación, Exclusión, Escuelas teóricas.

Abstract:

This article describes the “politics within the profession of psychology” as a way to approach psychopolitical topics. It compares what happens in other professions, using the Theory of Power, and characterises psychologists according to whether they participate in different institutions like universities, academies etc. The article concentrates mainly on the situation in Argentina but compares it briefly with the situation in Spain.

Key words

Power, Professional Associations, Participation, Exclusion, Theretical schools.

*Profesor de Psicología Social y Director del Proyecto de Investigación «Psicología Política», en la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de San Luis, Argentina.



LA POLÍTICA DE LA PSICOLOGÍA: EL CASO ARGENTINO





Desde hace más de quince años que dedico mis esfuerzos intelectuales -que no son muchos- al desarrollo de una nueva rama de la Psicología, la Psicología Política. Durante los mismos siempre he entendido a la misma como la aplicación de los conocimientos psicológicos al quehacer de la práctica política y de la conducta de los políticos, o bien, a la interpretación y lectura del discurso político y de la teoría política, para lo cual he dejado de lado aquello que en algún momento se llamó la «Política de la Psicología», como otro ámbito del trabajo psicopolítico. Sobre esta última faceta particular de la Psicología Política ya se ha explicado y exployado suficientemente el tema por diversos autores, como por ejemplo, en Montero (1987: 18), Parisi (1999: 15) y Rodríguez Kauth (1992: 27 y 1999: 9), entre otros variados autores de lengua hispanohablante.

En este escrito abandonaré la tradición personal que me impuse, por una cuestión de gustos, de no incursionar por el espacio de la «política de la psicología», pero ya con varios años encima recorridos por el quehacer psicopolítico en la actualidad no puedo dejar de abstraerme de dedicar unos renglones a un fenómeno social relevante que hace al desarrollo de ésta disciplina y que se inserta en la práctica cotidiana de los psicólogos.

Antes de abordar el tema en puridad, es preciso advertir que todas las ciencias disciplinares tienen algo que ver con lo que se podría denominar la práctica de una «política interna» a su quehacer, es decir, algo semejante al internismo dentro de las estructuras burocráticas de los partidos políticos tradicionales. Todas ellas, tanto las llamadas ciencias «duras» como las «blandas» -entre las que se incluye la Psicología como ciencia humana¹- mantienen a su interior estructuras de orden político y administrativo. Por lo tanto, la descripción que intentaré realizar es válida para la que nos interesa en éste escrito, es decir, el de la Psicología.

El Poder:

Ocurre que cualquier tipo de organización social otorga Poder² a quienes la encabezan o la tengan a su cargo, o bien, simplemente que participen de la misma de una manera regular. El Poder, ya se sabía desde la antigüedad preclásica y, con los clásicos griegos se hizo elocuente, en particular con los aportes de Aristóteles y Platón, es un objetivo buscado por la mayor parte de los individuos que participan en alguna institución social, ya se trate de gobiernos, religiosas, armadas o, como en el caso que aquí presentamos, de naturaleza meramente profesional.

1 Como si las ciencias «duras» no tuviesen que ver con lo humano, de manera directa, por ejemplo la biología, o de modo indirecto, como por ejemplo la geología.

2 Entendido éste como la capacidad que se tiene de hacer que alguien haga algo merced a la intervención de quien goza de poderío y sin cuya intervención no lo hubiese realizado.



Las Estructuras de Poder:

Aquellas estructuras a que hacíamos referencia para los ámbitos científicos, pueden ser de tipo administrativas o académicas. Entre las primeras se cuentan lo que genéricamente son los «colegios» de la profesión de que se trate, vale decir, aquellos organismos que se ocupan de la regulación de la matrícula profesional de quiénes se afilien a ellos operando con un sentido corporativista; cobro de honorarios -previo el consabido descuento al profesional prestatario para los gastos de administración más un plus que pasa a engrosar las ignotas «cajas negras» del Colegio-; la organización de eventos académicos para los socios y cualquier otro tipo de prestación que a los profesionales afiliados puedan resultarles de interés y que estén dentro de los intereses de los directivos de la colegiación. Tales estructuras burocráticas no son políticamente asépticas, por el contrario, en algunas oportunidades están de manera descubierta teñidas de la ideología del grupo que ganó las elecciones en tanto que, en otras oportunidades, dicha ideología se encuentra encubierta o mimetizada por un halo de «pluralismo» ideológico, aunque el mismo es posible observarlo a poco de escarbar un tanto en la composición de los miembros mayoritarios de la estructura y, sobre todo, si se atiende al tipo de intereses que representan a partir de las acciones que llevan adelante. Sin dudas que la administración y gerenciamiento de los dineros de los profesionales ofrece poderío a quienes detentan tal posición social, ya que se hacen acreedores de lo que en jerga de cualquier actividad se conoce como «favores» y que no son otra cosa más que una forma disimulada de corrupción (Rodríguez Kauth, 1999: 151) en favor de aquellos que les han prestado oportunamente su favor electoral, a la par que a veces suelen venir acompañadas de persecuciones encubiertas para con aquellos afiliados que se encuentran militando en la oposición; aunque esto último no siempre es condición necesaria que aparezca de tal forma. Es decir, la administración de estas organizaciones sociales profesionales representa, en pequeña escala, a la tradicional forma de administración de los Estados nacionales.

A su vez, los Colegios profesionales tienen la potestad de administrar los tribunales de ética de la profesión en cuestión, lo cual los convierte en una suerte de magistratura paralela a la Justicia común. Aunque, preciso es señalarlo, cualquier decisión que tal Tribunal tome respecto a la conducta de un profesional, puede ser recurrida ante los fueros de la Justicia Ordinaria, ya que ésta es una garantía constitucional de que gozan todos los ciudadanos de cualquier país medianamente democrático en su organización jurídica, tanto civil como penal.

3 Existen profesiones en que el simple título universitario no habilita para el ejercicio, por ejemplo, como son la medicina y la abogacía.



La segunda forma en que se representa el poderío institucional de los profesionales es a través de las academias y organizaciones científicas que los agrupan, las que suelen estar más allá de las prácticas meramente profesionales de sus miembros y que por su carácter gozan de mayor prestigio social. También en estas instituciones juega un papel clave -ciertamente oculto- el dinero que pagan los profesionales por pertenecer a dichas instituciones, el cual no solamente es utilizado con fines de desarrollo disciplinar, sino que facilita -y hasta mantiene profesionalmente con una suerte de «lucro cesante» que se les reconoce a quienes se ocupan de esos menesteres- el crecimiento en el ámbito de que se trate de sus directivos elegidos por los asociados. Más, quizás en este caso, lo pecuniario quede relegado a un lugar posterior en las apetencias de los dirigentes⁴, sino que lo que atrae en estos cargos de conducción científica o académica es la posibilidad de tener Poder sobre el resto de los colegas que están por debajo en la escala jerárquica.

En este punto juegan un papel destacable la organización de congresos, simposios, mesas redondas, conferencias, etc., actividades todas ellas que son de utilidad a quienes conducen los destinos institucionales de «la ciencia institucionalizada», ya que en la organización de cualquier evento tienen la posibilidad de nombrar «amigos»⁵ para el desarrollo de determinados temas que son de interés de aquéllos. Estos son «favores» que el beneficiario está obligado a devolver en cuanto se le presente la oportunidad, ya que el «quid pro quo» sirve tanto a los que están ubicados tanto en el vértice como en la base de la pirámide de estratificación profesional.

Caracterización de los Profesionales Psicólogos:

En general, dentro del ámbito del quehacer de los psicólogos, suelen darse tres tipos más o menos definidos de tales en cuanto a su participación en aquellos organismos. Ellos son, sintetizando:

- a) los que no pueden dejar de participar debido a que observan que su presencia en aquellos grupos u organizaciones es vital para su crecimiento y desarrollo académico profesional;
- b) los que no participan porque entienden que su crecimiento y desarrollo está solamente en función de sus capacidades y a la vez les desagradan los manejos con que actúa; y

⁴ Aunque es conocido el caso de un psicólogo que haciendo las veces de «promotor» de un Congreso de la Sociedad Interamericana de Psicología, aprovechó la promoción de uno de ellos en la costa del Pacífico -que le había tocado en suerte a la hora del reparto- para hacer su «luna de miel».

⁵ La antigua institución del «amiguismo» de la política vernácula argentina, que en el caso que nos ocupa también tiene presencia internacional.



- c) los que hacen una suerte de mixtura, ya que participan solamente de lo que les interesa directamente para aprender y simultáneamente para difundir sus hallazgos entre quienes les interesen los mismos.

Los primeros, son los denominamos comunmente como expertos en «relaciones públicas». Como no podía ser de otra forma, entre los psicólogos dichos personajes suelen pelearse de manera virtual -y hasta real- por los espacios de poder. Así es que estos personajes pululan por cuanta asociación u organización se haya creado. Son los especialistas en construir organizaciones «paralelas» en cuanto han sido desplazados de la conducción de alguna de ellas. En esto de salir de las estructuras consolidadas, los psicoanalistas son los que se ganan las palmas de oro, ya que en cuanto quedan marginados, aunque más no sea temporariamente de alguna institución de pertenencia y/o referencia, inmediatamente levantan una carpa propia rodeados y apoyados por un conjunto de fieles y consecuentes discípulos (Rodríguez Kauth, 2001b: 7) que, haciendo homenaje a la etimología del vocablo discípulo, reverencian hasta el hartazgo a su «maestro» que muy bien los ha disciplinado en el arte de la obsecuencia y la adulación.

Pero cuidado, esta no es una observación crítica que está dirigida solamente hacia los psicoanalistas, también hacen lo propio los psicólogos de otras corrientes psicológicas aunque, esto vale especialmente para la Argentina, dada la poca relevancia numérica de cualquiera de las otras «escuelas», la más mínima escisión excluye al escindido de la posibilidad de participar del poder o de generar poderío propio.

Decía más arriba que los personajes de esta categoría se trataban de expertos en «relaciones públicas» y creo no equivocarme al respecto. Ellos conocen todos los resortes que les abren las puertas para obtener subsidios y apoyos financieros para sus proyectos de investigación y equipamiento, pero especialmente para asistir a congresos y eventos semejantes en los lugares más remotos del planeta; como así también lograr lauros honoríficos por publicaciones que dirigen y que aparecen solamente muy de vez en cuando -esto, obviamente con la complicidad extrema de quienes a su vez dirigen los organismos encargados de otorgar tales distinciones que también participan de la anticipación (McClelland, 1961) de un posible quid pro quo que en algún momento los beneficiará- pero que los «expertos en relaciones públicas» se encargan de presentarlas como periódicas y con continuidad efectiva.

Estos individuos son los que rápidamente se detectan debido a que «saben» cómo moverse -y algunos lo hacen con elegantes juegos de cintura, mientras que otros son demasiado burdos en su estrategias de movimientos- en el siempre competitivo -por lo limitado y la carga narcisística que conllevan las posiciones de conducción- espacio del mundo «psi» para obtener lo que pretenden, más allá de sus capacidades intelectuales y de sus índices de productividad. Una forma de clasificarlos rápida y eficientemente es por la gala que despliegan en cuanto a conocimiento de nombres



de colegas y hasta de sus secretos más íntimos, ésta es su especialidad, conocer «gente» (Magallanes, 1993: 250) importante, lo cual les ofrece la oportunidad de desplegar tales conocimientos para demostrar ante quienes lo rodean que es una persona «con contactos» y estos son necesarios -así al menos lo creen ellos- para desenvolverse en su quehacer académico.

Obvio que esto no descarta que dentro de esta categoría se ubiquen colegas con los méritos y talentos suficientes como para ocupar tales lugares de conducción y/o participación por demás activa y necesaria para el desarrollo de la especialidad. Uno de los argumentos preferidos para racionalizar sus conductas -excluyendo a los nombrados en último término- que son más propias de andinistas, es la de que ellos se ocupan y preocupan por el destino de sus colegas que no tienen esos altos niveles de participación política en la estructuras científicas, para lo cual no trepidan en utilizar toda clase artilugios que en más de oportunidad escapan a lo éticamente aceptable, como es -por ejemplo- colocar en cada lista de candidatos para futuras elecciones a colegas que les son fieles y adictos, de manera que siempre -gane quien gane- han de tener alguien de su confianza para estar cómodamente ubicados en relación con la nueva conducción. El lector con algunos años de vida profesional y científica, tendrá la suficiente capacidad como para ponerle nombres propios a cada uno de los que emplean algunas de las tácticas mencionadas y relevarme de hacerlo que, sin dudas, no se agotan en la breve descripción realizada en el presente escrito.

La segunda categoría mencionada puede ser descripta como la de los cientifismos y trabajadores del campo «psi» que están convencidos de no necesitar de tales manejos políticos espurios para desarrollar su quehacer. Por lo general han tenido alguna participación política previa en dichas organizaciones y frente a las mismas no pudieron dejar de reconocer al menos dos cosas: 1) le resta demasiado tiempo a su trabajo, ya sea en sus actividades de investigación o profesionales; y 2) se han agotado sus energías de tener que luchar constantemente con los que fueron incluidos en la categoría anterior. Solamente forman parte de comisiones especiales -generalmente evaluadoras- a solicitud de organismos oficiales y asumen tal actividad bajo el concepto genérico de «carga pública», entendiendo que no solamente han sido honrados con el nombramiento, sino que tienen los méritos suficientes como para ocupar tales posiciones transitorias. No es extraño que al finalizar sus tareas esporádicas hayan obtenido como resultado -no deseado, aunque sospechado previamente- el enojo de aquellos colegas que se consideran «mal» evaluados y que, además de hablar pestes de ellos acusándolos de arbitrarios en los corrillos del ámbito «psi», permanecen rumiando la posibilidad de tomarse venganza por el daño infligido, en cuanto se les presente la oportunidad de hacerlo.



Los participantes de ésta categoría no necesitan, para ser reconocidos como auténticos talentos por sus colegas, de estrategias políticas espurias, sino que se bastan a sí mismos para ser reconocidos como tales y, si así no lo fueran por parte de los colegas, mayormente no les interesa ni les afecta. Su objetivo está cumplido por el sólo hecho de haber ofrecido sus contribuciones al desarrollo de la disciplina. Son los que prefieren la opacidad del trabajo silencioso en su gabinete o laboratorio a la parafernalia de las luces de colores que implican viajes y comidas bien servidas y mejor regadas por diferentes partes del país y del mundo. Obvio que aquí también el lector deberá eximirme de colocar nombres propios, ya que él ha de conocer suficientes colegas que se incluyen en la categoría en cuestión.

La tercera categoría citada es, quizás, la más popular entre los colegas del espacio psicológico. Solamente aceptan participar en aquellas actividades que realmente les resultan interesantes y útiles para ampliar sus conocimientos, como asimismo para difundir sus hallazgos. No se trata de personajes habitués de cuanta reunión científica se realiza -como ocurre con los de la primera categoría- sino que asisten únicamente a las de su especialidad. Suelen sentirse cómodos de la manera en que desarrollan su quehacer, las pocas reuniones a las que asisten anualmente les sirven no sólo como un mecanismo de intercambio de ideas y conocimientos, sino que también las aprovechan para departir cordialmente con amigos y darse el lujo de despreciar a sus enemigos -que todos los tenemos, ya que no se pueden tener amigos sin existir las enemistades, se trata de un elemento en la relación de un par dialéctico necesario- y no se prestan a los juegos serviles a que son convocados por los miembros de la primera categoría. El Poder no les interesa ni les atrae como tal, con aquellos símbolos que lo rodean en una suerte de parafernalia escatológica, sino que solamente les importa saber que son reconocidos por el resto de sus colegas en la actividad que desempeñan.

En Los Espacios Universitarios:

El quehacer en los recoletos ámbitos universitarios presenta semejanzas notables con el anterior. Una de las diferencias estriba en que el poderío aquí se traduce en dineros -mayores salarios y viáticos por los cargos jerárquicos que se ocupan en la conducción de las «altas casas de estudio»- que ingresan directamente a las faltriqueras de los competidores por dichas posiciones. Asimismo, existe en aquellos espacios la misma posibilidad de repartir «favores» entre el séquito que lo acompaña -o acompañó- con su voto para lograr el cargo de conducción⁶, a más de conseguir nuevos votantes con el reparto de cargos de mayor jerarquía y, sobre todo, dedicación a la docencia.

6 Curiosamente, en las universidades nacionales argentinas no son precisamente los más brillantes y talentosos colegas los que ocupan tales posiciones en las Casas dónde se desarrollan los conocimientos psicológicos.



Las estrategias a que se recurre para triunfar suelen ser de las más variadas, aunque por lo general se apoyan en la demagogia supina y en los aparatos de las estructuras políticas partidarias. Esto último es un fenómeno relativamente original dentro de la política universitaria argentina, ya que hasta el segundo lustro de los años '80 solamente se la puede reconocer durante las épocas de gobierno con signo peronista, lo que ocurrió primero entre 1946 y 1955 y, más tarde, durante el breve período que fue entre 1973 y 1976 (Falcon y Rodríguez Kauth, 2001: 64).

También en estos espacios es posible observar a los psicólogos jugando sus internas según no solamente sean sus afinidades ideológicas políticas, sino básicamente con relación a sus intereses corporativos de «escuelas» psicológicas de las que participan. De tal suerte, cualquier observador podrá darse cuenta que existen universidades con clara orientación psicoanalítica -ya sea freudiana, lacaniana o desprendimientos de aquellas- mientras que en otras universidades prima la orientación cognitiva conductual. Lo curioso y preocupante de esto, que no es algo que escape a las leyes generales de que se procura facilitar el acceso de aquellos colegas que se encuentran profesional e ideológicamente más cerca de los criterios de quienes detentan temporalmente la autoridad, es que en más oportunidades de las esperables se les niega a los alumnos la posibilidad de acceder a conocimientos que corresponden a otra «escuela» rival, como si ésta no existiera. Si de algo nos sirve para consolarlos a los argentinos de esta situación nefanda, es que -por ejemplo en España- ocurre algo semejante, aunque corregido y aumentado. Concretamente, en las universidades de más prestigio de la Península, quien sea psicoanalista o exprese una simpatía por el psicoanálisis, verá coartada su posibilidad de acceso a los claustros universitarios como docente. Y, lo curioso del caso es que los alumnos -me refiero a los de doctorado- reclaman a gritos -aunque sin poner mucho énfasis en los mismos- que se les enseñe psicoanálisis en los claustros. Pero sistemáticamente se les niega tal posibilidad, desvirtuándose con ello el sentido de *universitas* que supone el espacio para la relación dialéctica entre enseñanza y aprendizaje de una Universidad pública y que pretende ser pluralista en sus declaraciones de principios, pero que en los hechos ha borrado la letra impresa.

Todo lo que vengo de relatar, es una realidad incuestionable y comprobable. Sin dudas que más de un colega se verá ofendido por mis dichos en este escrito, pero como no pertenezco a ninguna «escuela» psicológica ni a cofradía de naturaleza alguna, me puedo permitir el lujo de expresar algunas de las formas en que se testimonia la «política de la psicología». Para finalizar, nada mejor que hacer mías unas palabras del Premio Príncipe de Asturias de las Letras 1999, el escritor alemán Günter Grass, en una entrevista concedida a la televisión de su país cuando señaló que: *«Para mí, la política es una parte sumamente importante de la realidad, ignorarla es también un acto político»*.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FALCON, M. y RODRIGUEZ KAUTH, A.: (2001) «La Universidad Pública y el Poder Político en Argentina durante el Siglo XX». Rev. Universidades, México, N° 21.
- MAGALLANES, L. y Otros: (1993) *Aporte experimental al conocimiento psicosocial de la alienación*. Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina, Bs. Aires, Vol. 39, N° 3.
- McCLELLAND, D.: (1961) *The Achieving Society*. Van Nostrand, Princeton.
- MONTERO, M. y otros: (1987) *Psicología Política Latinoamericana*. Panapo, Caracas.
- MONTERO, M.: (1987) «Introducción».
- OBLITAS GUADALUPE, L. y RODRIGUEZ KAUTH, A.: (1999) *Psicología Política*. México, Ed. Plaza y Valdés.
- PARISI, E. R.: (1999) «Psicología Política Latinoamericana». Psicología Iberoamericana, México, Vol. 7, N° 3.
- RODRIGUEZ KAUTH, A.: (1992) *Psicología Social, Psicología Política y Derechos Humanos*. Universitaria San Luis y Topía, Bs. Aires.
- RODRIGUEZ KAUTH, A.: (1999) «La Corrupción y la Impunidad, leídas desde la Psicología Política». En Oblitas.
- RODRIGUEZ KAUTH, A.: (2001) *Vida Cotidiana: psiquismo, sociedad y política (algo de psicología social y política)*. Tórculo Ediciones, Santiago de Compostela.
- RODRIGUEZ KAUTH, A.: (2001b) «¿Quiénes Son Discípulos?». Rev. La Ciencia y el Hombre, Veracruz, Vol. XIV, N° 1.



Frankfurt em Nova York: controvérsias sobre o estabelecimento do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Columbia

Frankfurt in New York: controversies about the arrangements of The Institute of Social Research at the Columbia University

Iray Carone*

iraycarone@uol.com.br

Resumo

O presente artigo trata e discute uma controvérsia histórica sobre a inserção do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Columbia, em 1934. De acordo com Lewis Feuer (1980), os memorandos e a correspondência preservados nos arquivos da Reitoria da Universidade de Columbia mostram que os marxistas da Escola de Frankfurt estavam empenhados numa falsa apresentação de si mesmos às autoridades “ingênuas” de Columbia: o próprio Reitor, Nicholas Murray Butler, e o chefe do Departamento de Sociologia, Robert MacIver.

Palavras-chave

Instituto de Pesquisa Social, liberalismo, comunismo, Universidade de Columbia, Escola de Frankfurt

Abstract

The present article is a discussion of a historical controversy plated to the settlement of the Institute of Social Research at Columbia University, in 1934. According to Lewis Feuer (1980), the memoranda and correspondence preserved in the Presidential archives of Columbia show “the Frankfurt Marxists engaged in a subtle sort of misrepresentation” to the “naive” Columbia authorities: President Nicholas Murray Butler and the chairman of the Sociology Department, Robert MacIver.

Key-words

Institute of Social Research, liberalism, communism, Columbia University, Frankfurt School

* Universidade Paulista (UNIP)/
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós
Graduação



FRANKFURT EM NOVA YORK:
CONTROVÉRSIAS SOBRE O ESTABELECIMENTO DO INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE COLUMBIA



Em 1980 surgiu na revista inglesa “Survey” um artigo bastante provocativo de Lewis S. Feuer, “The Frankfurt Marxists and the Columbia Liberals”, sobre as negociações que resultaram no estabelecimento do Instituto de Pesquisa Social da Escola de Frankfurt na Universidade de Columbia, durante uma das várias gestões de Nicholas Murray Butler na sua presidência. Baseado sobretudo na correspondência preservada nos arquivos da universidade, Feuer pretendeu contrariar a versão dos fatos tal como foi elaborada por Martin Jay em *The Dialectical Imagination*, 1973. Embora a resposta de Jay, em 1996, no artigo “Urban flights : the Institute of Social Research between Frankfurt and New York” , tenha contestado a versão “conspiratória” de Feuer, a questão não deixa de intrigar, pois as cartas e os memorandos dão bastante pano para as mangas.

Segundo a versão de Jay, o Instituto tinha contatos com professores da Universidade de Columbia, tais como Robert Lynd, Robert MacIver, Wesley Mitchell, Charles A. Beard e Reinhold Niebuhr, de modo que quando Horkheimer fez a sua primeira viagem aos Estados Unidos, em maio de 1934, teve fácil acesso ao reitor “patriarcal” Butler. Para a sua surpresa, ele ofereceu a afiliação do Instituto à Universidade e um edifício situado na rua 117, n. 429, lado oeste de Manhattan, conhecido como *Morningside Heights*. Horkheimer, temendo não ter entendido bem a proposta por causa do seu domínio limitado do inglês, lhe escreveu uma carta de 4 páginas pedindo para confirmar e esclarecer o seu convite. A resposta de Butler foi lacônica e decisiva : “ Você me entendeu perfeitamente”.

O Instituto se chamava, naquela época, “Société Internationale de Recherches Sociales”; quando se instalou em Columbia passou a ter o nome em inglês : “International Institute for Social Research”. A revista do Instituto teve o nome modificado, nos números 8 e 9, para “Studies in Philosophy and Social Science” (1939/40 e 1941), publicando os seus artigos em língua inglesa . O adjetivo “internacional” se devia à contribuição de intelectuais de esquerda de vários países para a revista, que não eram propriamente membros, mas associados do Instituto. Um deles era Julian Gumperz, de origem norte-americana, que havia crescido na Alemanha e estudado economia na Universidade de Halle. Ele desempenhou um papel importante nas negociações entre o Instituto e a Universidade de Columbia,

Martin Jay (1973) afirma que embora o Instituto tivesse a intenção oficial de se manter livre de qualquer afiliação partidária, Gumperz pertencia ao Partido Comunista Alemão, assim como Karl August Wittvogel e Franz Borkenau. Lewis S. Feuer, no entanto, com base sobretudo no relato de Hede Massing, primeira esposa de Gumperz, disse que ele nunca foi um membro regular do Partido, mas um “*fellow-traveller*”, ou seja, um simpatizante da facção comunista de Heinrich Brandler (expulso em 1929), e um militante das lutas do proletariado na Alemanha.



O papel de Gumperz foi o de intermediar as negociações entre o Instituto e o chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Columbia, Robert MacIver. Elas incluíam os problemas da cessão do espaço pela Universidade, do tempo de duração do acordo com ela, dos fundos financeiros e obrigações do Instituto referentes à reforma e outras despesas de uso do prédio da rua 117 (pagamento anual de US\$200 pelo aquecimento, etc).

A aprovação do plano de estabelecimento do Instituto dependeu, sem dúvida, da proposta oficial de MacIver, enquanto chefe do Departamento de Sociologia, ao reitor Butler. Tudo começou com uma carta de 4 de junho de 1934, na qual MacIver sugeriu que esse “*body of scholars*”(sic) já em processo de mudança para os Estados Unidos, fosse acolhido pela Universidade, ou seja, que lhe fossem oferecidas “*housing facilities*”(sic) na Universidade de Columbia, a despeito da existência de convites semelhantes das Universidades de Chicago e Princeton. Acrescentou que o Instituto estava na posição privilegiada de ter os seus próprios fundos fora da Alemanha e do seu notável corpo de intelectuais estar ansioso por receber algum reconhecimento de uma universidade norte-americana.

A sugestão de MacIver, no entanto, partiu da indicação de um membro do Departamento de Sociologia, Robert M. Lynd, pois nunca mostrou conhecimento anterior ou mesmo interesse pelas obras dos frankfurtianos. Não parecia nem ter domínio da língua alemã e lido os artigos da revista “*Zeitschrift für Sozialforschung*”. Robert M. Lynd, por sua vez, numa nota manuscrita de 18 de junho de 1934, endereçada ao secretário da presidência, Frank Fackenthal, se referiu a Horkheimer como “Dr. Hochheimer”, parecendo ter pouca familiaridade com os frankfurtianos.

Quão conhecedor era, pois, da obra e da orientação marxista dos frankfurtianos?

Os memorandos mostram que, ao longo das negociações, Lynd tomou consciência de que estava indicando filósofos marxistas e alguns “*fellow-travellers*” do Partido Comunista para o reitor de Columbia, que embora se dissesse liberal, na verdade era um republicano bastante conservador. Numa carta dirigida ao secretário Fackenthal, de 25 de junho de 1934, disse que “a única dificuldade neste assunto todo reside no fato do Instituto ter uma tendência radical liberal” (*apud* Feuer 1980, p. 163).

Segundo Feuer, o uso da expressão “radical liberal” foi intencional, porque Butler era muito afeiçoado aos pensadores liberais, tais como John Milton, John Hampden, Thomas Jefferson, Abraham Lincoln, William Gladstone e John Morley. A antítese ao liberalismo, de acordo com Butler, era a doutrina da uniformidade e da conformidade, ou seja, o socialismo e o comunismo. Em outras palavras, ao associar os frankfurtianos à tendência radical do liberalismo, Lynd estava aproximando-os ao ponto de vista do “radicalismo filosófico” de John Stuart Mill e tornando o Instituto compatível com o liberalismo de Butler e de MacIver (também contrário ao comunismo). É sabido, no



entanto, que o Instituto nunca teve uma orientação liberal, destacando-se, ao contrário, pela crítica radical às ideologias que exaltam as liberdades individuais como se elas estivessem garantidas e realizadas pela sua mera assunção formal.

O edifício da rua 117 tinha sido uma casa residencial incorporada pela Universidade. A secretária de Horkheimer, Alice Maier (apud Wiggershaus 1994, p. 246-247) descreveu o lugar da seguinte maneira : no andar térreo não havia escritórios, mas apenas a cozinha e o quarto da zeladora da limpeza e outras incumbências. No primeiro andar, Marcuse ocupava o aposento da frente e Neumann, o de trás. No segundo andar, Pollock ficava na parte da frente e Lowenthal, com o escritório da revista, na parte de trás. Horkheimer trabalhava na parte frontal do quarto andar, e as secretárias do Instituto nos fundos. No último andar, havia três ou quatro aposentos menores ocupados como moradia pelo casal Joseph e Alice Maier, e por Otto Kirchheimer. Wittfogel e Grossmann, os “comunistas”, não tinham escritórios no Instituto; Adorno trabalhava em casa e no “*Office of Radio Research*”, em Newark; Erich Fromm também não tinha um escritório particular, embora freqüentasse o Instituto quando não estava na Suíça por razões de saúde.

Martin Jay disse que :

“se olharmos para o próprio edifício e o compararmos com o do Instituto em Frankfurt, uma outra diferença dos seus dias na Alemanha pode ser notada. Ao contrário de uma provocação visual ao ambiente circunvizinho, um símbolo do modernismo desafiador e do marxismo inovador de seus habitantes, o prédio da rua 117 era apenas um dos muitos brownstones inocuamente semelhantes, com colunas pseudo-clássicas e balaustradas ladeando a entrada. Como tal, de modo não intencional, ele expressava a cautela do Instituto em não se sobressair de modo vulnerável num novo ambiente. Compreensivelmente ansiosos a respeito do status de exilados e com freqüência relutantes no trato de questões americanas, inseguros de sua própria orientação política e prevenidos para não dar visibilidade ao radicalismo de seu passado, eles permaneceram afastados de qualquer movimento intelectual de oposição nos anos 30 e começos dos anos 40” (Jay 1996, p.47).

Jay estava tentando mostrar através da comparação entre o edifício ocupado pelo Instituto na Universidade de Columbia e a sua instalação modernista em Frankfurt, a postura política inicial de isolamento e não radicalismo dos frankfurtianos no exílio norte-americano. Feuer, por sua vez, interpretou de modo diferente a situação : eles estavam escondendo a postura marxista ou o seu cripto-comunismo para obter o favorecimento de liberais ingênuos que desejavam acolher intelectuais perseguidos pelo Partido Nazista na Alemanha. A ingenuidade se



FRANKFURT EM NOVA YORK:

CONTROVÉRSIAS SOBRE O ESTABELECIMENTO DO INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE COLUMBIA

revelava no pouco conhecimento que tinham a respeito dos vínculos de alguns membros do Instituto com o Partido Comunista Alemão e das simpatias do próprio Gumperz com uma facção comunista. Segundo Feuer, o Instituto deu uma falsa imagem de si mesmo para as autoridades de Columbia, mantendo em sigilo o fato de ter sido criado como um instituto marxista, quer nos métodos de investigação quer na crítica preferencial às sociedades capitalistas, sem menção ou ataque direto ao regime comunista na sua fase mais cruel: a dos expurgos, perseguições e mortes pelo stalinismo. A direção de Horkheimer, nesse sentido, foi mais “esopiana” (sic) que as anteriores, pois conseguia captar as boas graças da burguesia para o fomento de pesquisas de cunho marxista, ou seja, prescindia do “ouro de Moscou” para manter um conjunto de pesquisadores marxistas e comunistas engajados na luta contra o capitalismo e o fascismo, a sua mais trágica expressão política. Os liberais, por seu turno, agiram de boa fé, acolhendo intelectuais no exílio que precisavam de um ninho para o seu pássaro de Minerva: a universidade. Não poderiam ter pelo menos suspeitado que o Instituto iria criar uma espécie de ninho de cripto-comunistas na casa da rua 117?

O exagero de Feuer é muito evidente e talvez mal intencionado, aproveitando-se do fato das cartas e memorandos da presidência de Columbia revelarem o pouco conhecimento que os principais articuladores tinham da obra dos frankfurtianos. Em primeiro lugar, foi Lynd e não o Instituto que caracterizou a sua ideologia como “liberal radical” (razão pela qual Feuer diz que Lynd foi se convertendo, ele também, num “*fellow traveller*” comunista). Em segundo lugar, o reitor Butler, se realmente quisesse fazer uma investigação sobre a orientação ideológica e o histórico marxista do Instituto de Pesquisa Social, poderia ter dado ouvidos aos emigrados europeus que tinham sido acolhidos pela New School for Social Research, em Nova York. Esse centro, considerado uma “universidade em exílio”, que se tornou muito conservador a partir da gestão de Alvin Johnson, tinha recebido um grande grupo de intelectuais refugiados anti-marxistas e psicólogos anti-freudianos, destituídos de fundos institucionais próprios, tais como Hans Speier, Max Wertheimer, Adolph Löwe, Emil Lederer, Arthur Feiler, Max Ascoli, etc. Segundo Wiggershaus (1994, p. 255), os diretores do Instituto estavam preparados para sofrer suspeitas de que eram marxistas ou uma frente organizada do comunismo, não só através de informações espalhadas pelo pessoal da New School, mas também por todos os tipos de emigrados que desejavam desacreditar o Instituto aos olhos das organizações subvencionadoras americanas. Em 30 de julho de 1940, durante as férias universitárias, dois agentes policiais estiveram investigando os papéis e as atividades do Instituto na presença de Lowenthal e de uma das secretárias. Em terceiro lugar, o próprio transcurso do tempo demonstrou que a



crítica da indústria cultural, um dos principais produtos do Instituto, teve impactos fortíssimos e duradouros na discussão dos valores estéticos e políticos da sociedade norte-americana.

Na verdade, a análise *a posteriori* revela que Butler mostrou grande sabedoria e não, ingenuidade, ao dar abrigo na Universidade de Columbia para os maiores intelectuais de nosso tempo, que estavam vivendo, no entanto, o seu momento mais vulnerável e incerto.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Feuer, Lewis S. (1980) The Frankfurt Marxists and the Columbia Liberals. In : *Survey*, v.25, n. 3, p.156-178.
- Jay, Martin (1973) *The Dialectical Imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social research 1923-1950*. Boston , Little Brown.
- Jay, Martin (1996) Urban Flights : the Institute of Social Research between Frankfurt and New York. In : Rasmussen, David M. (ed.) *The Handbook of Critical Theory*. Oxford, Blackwell Publishers, p. 39-56.
- Wiggershaus, Rolf (1994) *The Frankfurt School: its history, theories and political significance*. Cambridge, Mass., The MIT Press.



Graduação & Pesquisa

A presente seção intitulada (Trabalho de Conclusão de Curso CTCC) & Iniciação Científica, dedica-se a apresentar os esforços de pesquisadores em formação no nível da graduação seja ela de Psicologia, Sociologia ou outra que abra espaço para a investigação social em Psicologia Política. Neste espaço, apresentaremos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC's – e relatórios de Iniciação Científica – IC. Todos os TCC's e IC's devem ser submetidos à Comissão Editorial segundo as normas para a submissão de manuscritos publicadas neste periódico.

Em formação



PSICOLOGIA POLÍTICA: PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES NORTE-AMERICANAS NO SÉCULO XX (DÉCADAS 30-70)



Psicologia Política: Principais Contribuições Norte-Americanas no século XX (décadas 30-70)

Political Psychology: Main North-American Contributions of the
XX century (decades 30-70)

Romina Iebra Aizpurúa*

rominaiebra@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta um estudo introdutório das pesquisas mais representativas da Psicologia Política Norte-Americana, principalmente das décadas 30 y 70 do século XX. A Psicologia Política se estabeleceu oficialmente no Estados Unidos em 1970 como uma área de estudos multidisciplinares, constituída por estudiosos advindos da Psicologia, Ciências Políticas, História, Sociologia, Antropologia, dentre outras áreas. Algumas das principais contribuições desta área se relacionam ao estudo da personalidade política, atitudes políticas, comportamento eleitoral, efeitos dos meios de comunicação em processos políticos, ideologia política, conflitos internacionais e movimentos sociais. A metodologia utilizada nesta monografia baseou-se no levantamento bibliográfico e estudo das obras pertinentes. Como conclusão deste levantamento, achamos pertinente dar crédito às contribuições – embora limitadas – dos estudos em Psicologia Política neste período de tempo, oferecendo não só conhecimentos esclarecedores sobre o comportamento político das pessoas como também proporcionando uma ampla área de atuação dos profissionais em Psicologia.

Palavras Chaves

Psicologia política, comportamento político, personalidade, atitudes políticas, crenças.

Abstract

The present work presents an introductory study of the most representative research work in the field of the American Political Psychology undertaken in the decades 30 and 70 of the XX century. Political Psychology is established officially in the Unated States of America in 1970 as a multidisciplinary area of studies, constituted by previous works in areas such as Psychology, Political Sciences, History, Sociology and Anthropology among others. Some of the main contributions of Political Psychology are related to the study of political personality, political attitudes, electoral behavior, effects of the communication networks in political processes, political ideology, international conflicts and social movements. The methodology used in this monography was based on bibliographical research and study of the most relevant works. As a conclusion of this research, we found pertinent to give credit to the contributions – although still limited – of the studies in Political Psychology in this period of time. This area of research offers not only explanatory knowledge about peoples' political behavior but also provides a wide area of future work for professionals in Psychology.

Key-Words

Political psychology, political behaviour, personality, political attitudes, believes.

* Psicóloga formada pela Universidade Católica de Petrópolis – UCP



PSICOLOGIA POLÍTICA: PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES NORTE-AMERICANAS NO SÉCULO XX (DÉCADAS 30-70)



O presente trabalho tem sua origem numa série de justificativas. Estes motivos surgem, inicialmente, no âmbito de interesses profissionais pessoais, mas também estão vinculados diretamente a necessidades e carências observadas no nível de graduação. Além disso, estes interesses relacionam-se a conhecimentos e a novas possibilidades oferecidas ao profissionais em Psicologia, pouco divulgadas ou exploradas até agora e que poderiam enriquecer a nossa prática como também colaborar no atendimento a questões sociais, contribuindo no bem estar e progresso da sociedade. É um fato que muitos cursos de graduação em Psicologia ainda carecem de estudos introdutórios sobre esta área de investigação da Psicologia, que é a Psicologia Política. Pretende-se, ao concluir este trabalho, não só poder fazer um breve levantamento dos estudos, mas também colaborar no âmbito da graduação com uma apresentação de novos campos de pesquisa, atuação e colaboração dos profissionais em psicologia envolvidos com questões políticas em geral.

Gostaria de lembrar que este trabalho serve simplesmente como um levantamento cuidadoso das principais contribuições da Psicologia Política Norte-Americana principalmente nas décadas 30 e 70 do século XX. Os objetivos desta monografia introdutória procuram, principalmente, identificar o contexto sócio-político que possibilitou a emergência e o desenvolvi-

to da Psicologia Política Norte-Americana; apresentar os principais conceitos psicológicos empregados na análise do comportamento nacional e internacional, e analisar o campo de atuação político dos profissionais em Psicologia Política num contexto multidisciplinar de pesquisa sobre questões sócio-políticas.

A monografia consta de duas partes principais. Num primeiro momento é apresentado um breve comentário sobre as condições sociais, políticas e científicas que possibilitaram o surgimento da Psicologia Política Norte-Americana, estabelecida oficialmente em 1978. Neste momento, são mencionados também os trabalhos e autores precursores deste novo âmbito de pesquisas.

Numa segunda parte são apresentados os temas de pesquisa que foram considerados mais relevantes dentro da Psicologia Política durante as décadas já mencionadas. É neste sentido que são comentados os trabalhos sobre assuntos como Psicologia Política e Conflitos Internacionais, Personalidade e Política, Sociabilização Política e Atitudes, Participação Política e Comportamento Eleitoral. Devido às limitações de tempo e de bibliografia, algumas das citações aqui incluídas são extraídas de manuais e textos de outros autores que se dedicaram a um levantamento extensivo e cuidadoso destes problemas. Numa etapa final são apresentadas algumas conclusões pessoais e perspectivas dentro da Psicologia Política.



O Surgimento da Psicologia Política nos Estados Unidos

A Psicologia Política pode ser definida como uma área de pesquisa que se encontra na intercessão de trabalhos de Psicologia e de Política, sendo basicamente um campo de análises multidisciplinares. Esta nova área atrai principalmente psicólogos (sociais, da personalidade e clínicos), cientistas políticos (em Política e Relações Internacionais) historiadores e psiquiatras, apresentando também contribuições de sociólogos, antropólogos, advogados e educadores. Pode-se afirmar que a estruturação da Psicologia Política como uma disciplina formal e com um objeto de pesquisa próprio remonta-se à década de 1970, principalmente devido à formação da “Sociedade Internacional de Psicologia Política” (1978) e a subsequente criação da revista “Psicologia Política” (1979).

Nesta nova área de pesquisas é amplamente aceito o fato de que os estudos políticos, de uma forma geral, estão amplamente influenciados por conceitos psicológicos, pois, fazendo referência ao governo das pessoas, direta ou indiretamente estamos considerando o comportamento político (abarcando, por sua vez, atos humanos, objetivos, sentimentos, crenças, ideais, valores, deveres e compromissos, dentre tantos outros fatores).

Segundo Heinz Eulau (1993), um estudo político que desconsidere na sua análise a participação destes fatores hu-

manos acima mencionados reflete, sem dúvida, uma política muito incompleta. Entretanto, este tipo de separação proliferou durante um longo período nesta fase inicial da Psicologia Política. O motivo pelo qual as pessoas se comportam politicamente como, de fato, o fazem, é para Eulau uma análise em potencial que deveria estar na base dos estudos e que albergaria a possibilidade de grandes resultados enriquecedores para o estudo da Política (Eulau, op. cit.).

Como disciplina, a Psicologia Política objetiva aplicar análises psicológicas à compreensão e resolução de problemas políticos, mas isto sem almejar atingir explicações reducionistas que vejam o fenômeno político como passível de compreensão puramente em termos psicológicos. Muito pelo contrário, os pesquisadores desta área, orientados por padrões científicos, esperam e procuram determinar um nível adequado de análise para as diferentes questões e a apropriada inserção da Psicologia nas explicações políticas.

A Psicologia Política tem orientado os seus objetivos para a compreensão e análise de graves problemas da sociedade, especialmente aqueles com consequências - reais ou em potencial - de devastação de sociedades. Esses estudos podem ser exemplificados como os permanentes conflitos religiosos entre árabes e israelis, o fortalecimento do totalitarismo, o anti-semitismo, a direita radical, a Guerra Fria, a possibilidade de guerras nucleares ou riscos advindos da assunção



de possíveis maníacos em altos cargos de poder e análises sobre as ameaças que podem resultar do terrorismo e de seus líderes. Jeanne Knutson indica que seria de grande valia para a Psicologia Política encaminhar os seus objetivos não só para a compreensão do comportamento político em si, mas também para a análise das diversas possibilidades que, dado um episódio conflitivo, poderiam acontecer num meio psíquico mais propício (Knutson, 1973).

A ciência Política surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, caracterizada, num primeiro momento, como o estudo de instituições, apresentando trabalhos influentes como o de Woodrow Wilson, *Congressional Government*, publicado em 1885. Segundo James C. Davies, esta nova disciplina ignorou amplamente dois fenômenos básicos nas suas primeiras décadas de trabalho: o efeito das pessoas nas instituições políticas (e vice versa); e o efeito político - nas instituições e nas pessoas - das rápidas mudanças sociais e da subsequente instabilidade (Davies, 1973).

Contudo, após a Primeira Guerra Mundial, alguns jovens profissionais voltaram a sua atenção para o enigmático mundo das forças que regem a psique, forças que orientam as mentes das pessoas, estabelecendo, mantendo ou desestruturando instituições políticas. Foi assim que na década dos anos 20, esse grupo de pesquisadores interessou-se em estabelecer conexões com a Psicologia, iniciando o que posteriormente iria se

impor como um novo âmbito de pesquisa. No final da Segunda Guerra Mundial, no período dos anos 50, estas relações foram melhor definidas e começaram a ser institucionalizadas. Este momento pode ser indicado como um dos primeiros propulsores de estudos sobre o comportamento das massas em democracias estáveis. É interessante remarcar o ponto de que, até mesmo a década dos anos 60-70, após anos de guerras, revoluções e distúrbios de diferentes tipos, a tendência predominante continuava sendo o estudo dos fenômenos estáveis, observáveis e facilmente quantificáveis. Conseqüentemente, aqueles profissionais interessados no comportamento político desconheciam, em grande parte, as causas e os efeitos das profundas mudanças que podem alterar o comportamento das pessoas em tempos turbulentos.

As primeiras ligações notáveis entre a Ciência Política e a Psicologia ocorreram na Universidade de Chicago, sob a orientação do cientista político Charles Merriam. Merriam parece não ter atingido resultados de grande porte, mas formou seguidores capacitados para tal fim. Um deles, Harold Dwight Lasswell, poderia ser indicado como o primeiro estudioso que realmente desenvolveu idéias e trabalhos de posterior influência no âmbito da ainda incipiente Psicologia Política.

Um dos postulados básicos de Lasswell interpreta o homem político como sendo um produto de motivos particulares, colocados num objeto público



e racionalizados em termos de interesse público. Mais tarde, ele afirmaria nos seus escritos uma suposição básica para o seu trabalho: na verdade, parece haver unidades fundamentais no comportamento político, as que ele identificou como sendo a “resposta, o ambiente e a predisposição”. Disso resultaria uma equação básica: a resposta como sendo a função do ambiente e da predisposição.

Lasswell, embora aceitando a existência destas predisposições, preferiu não se envolver diretamente na explicação dos fatores “não ambientais” que determinam, em parte, as respostas dos sujeitos. Em vez disso, ele se ateve à formulação de uma série de fundamentos vistos como um sistema de pirâmides ou, como os chamou posteriormente, valores. Esses valores (a segurança, os ingressos e a deferência) estariam muito mais relacionados com o ambiente, pois ali eles seriam procurados e assimilados.

Uma das críticas direcionadas a este trabalho foi a falta de relações entre estes valores e as características ou predisposições orgânicas que impulsionam as pessoas para a busca dos mesmos. Em parte, devido a esta limitação nas análises de Lasswell, as inferências políticas que poderiam resultar do seu trabalho não lograram obter validação inter-cultural.

Lasswell dedicou-se também à análise dos símbolos e ao uso que as elites políticas faziam dos mesmos. Nas suas palavras, “o estudo da política é o estudo da influência e do influenciável” (Lasswell, 1951). Esta preocupação ten-

tava compreender a forma com que as elites manipulavam os diversos públicos e as formas de induzi-los dependendo dos símbolos empregados (propaganda, por exemplo). Para ele, a propaganda, que podia ser definida como a manipulação de símbolos da elite que ocupa o poder, realmente obtém sucesso quando faz uso da agressividade, da culpa, da fraqueza e do afeto. Pelo que é observado nos seus escritos, Lasswell interessou-se muito mais pelas elites em si do que pelas massas. Para o autor, as elites se mostravam mais relevantes para a análise do que as massas, pois a partir delas é que poderiam ser melhor compreendidas as habilidades de manipulação de símbolos que mantêm as massas sob controle.

As contribuições teóricas de Lasswell são salientadas neste breve percurso histórico principalmente por ter sido o primeiro a insistir com sucesso na necessidade de levar a Psicologia às análises políticas. Ele, mais do que qualquer outro intelectual da época, persistiu na idéia de que as forças inconscientes, que tão significativamente determinam o comportamento político das pessoas, deveriam ser submetidas à análise. Davies (1973) argumenta que, embora as propostas teóricas de Lasswell não tenham se caracterizado por muita consistência, ele teve, pelo menos, o vigor suficiente para colocar os seus conceitos de tal forma que possam ser aceitos como um primeiro passo na pesquisa psico-política. Embora Lasswell tenha incluído posteriormente nos seus trabalhos as análises do com-



portamento político em situações instáveis, muitos estudiosos em Ciências Políticas deram pouca atenção à sua obra e prosseguiram as pesquisas limitando-as a democracias estáveis. Mas, com o passo do tempo, tornou-se muito mais evidente a necessidade de explicações do comportamento político com capacidades de aplicação mais amplas, sendo tanto em ambientes estáveis ou instáveis, democracias ou não.

Principais Temas de Pesquisa na Psicologia Política

CRITÉRIOS EMPREGADOS NO LEVANTAMENTO

Para começar, selecionar a bibliografia a ser utilizada não foi uma tarefa simples. As complicações neste processo de levantamento do material se relacionaram, primeiro, com a escassez de livros introdutórios à Psicologia Política, encontrando, entretanto, muitas obras fora de edição ou dedicadas especificamente a um subtema dentro da área mais geral que se pretendia apresentar nesta monografia. Segundo, e como pode ser observado, a maioria das obras que compõem este trabalho são de origem Norte-Americana, o que demorou ainda mais a obtenção das mesmas. No Brasil se encontraram poucas obras que pudessem ser utilizadas.

Desta forma, as obras incluídas neste trabalho foram procuradas no sentido de oferecer informações introdutórias e ge-

rais sobre a origem e evolução dos estudos em Psicologia Política principalmente nos Estados Unidos no lapso de tempo já mencionado. Devido às limitações de espaço e tempo, decidí me dedicar aos principais temas de pesquisa abordados desde os primeiros trabalhos até, aprox., a década dos anos 70. Em relação aos autores aqui mencionados, levei em consideração os autores mais indicados como criadores de trabalhos relevantes para esta área de estudos.

Principais Temas de Pesquisa na Psicologia Política

PSICOLOGIA POLÍTICA E CONFLITOS INTERNACIONAIS

O interesse e o subsequente aprofundamento teórico sobre assuntos relacionados com conflitos internacionais iniciou-se, principalmente, nos anos durante e após a Segunda Guerra Mundial. A primeira tendência teórica tentou aplicar as análises sobre a Psicologia individual às interpretações da guerra e do conflito. Mas estes estudos, muitos baseados em visões psicanalíticas ou teorias da aprendizagem, careciam profundamente de conexões e esclarecimentos oriundos das ciências políticas.

Pode-se admitir que a pesquisa dentro desta área, que de alguma forma se transformou num empreendimento internacional de pesquisa desde os anos 50, representa a convergência de pelo menos dois interesses maiores: o inte-



resse advindo de especialistas em relações internacionais no desenvolvimento da própria área de pesquisa como um disciplina da ciência social empírica; e o crescente interesse de psicólogos, sociólogos, economistas, antropólogos e outros cientistas sociais em aplicar as suas habilidades e conhecimentos aos problemas de paz e guerra.

Estes estudos da Psicologia, focalizando atitudes relacionadas com a guerra, paz, agressão, nação e relações internacionais já tinham sido alvo do interesse de vários pesquisadores, mas desde uma perspectiva diferente. Nesse estágio inicial, estes conceitos eram analisados numa visão individual, como sendo o resultado de motivações pessoais. Nesses casos, os processos eram geralmente vistos sob uma perspectiva psicanalítica, enfatizando assim os motivos agressivos individuais e as manifestações psicopatológicas, sem admitir plenamente a premissa de que esses fenômenos se apresentariam e poderiam ser compreendidos num contexto de processos, numa sociedade determinada e/ou entre sociedades, terminando em guerra ou paz.

Os trabalhos científicos das últimas décadas do presente estudo mostraram ter mudado esta perspectiva nas análises. Com o avanço dos anos, o interesse transfere-se ao nível das relações internacionais em si mesmo, em vez de fazer extrapolações do comportamento ao nível individual ou interpessoal. Contudo, uma das críticas que ainda é direcionada a alguns profissionais em

Psicologia relacionados com este âmbito internacional é o excesso de “psicologização” do fenômeno político. Isto deve-se principalmente à falta de consenso entre os pesquisadores sobre o papel que deve ser atribuído aos motivos agressivos em guerras, a extensão em que se podem generalizar os conflitos interpessoais aos conflitos internacionais, ou a relevância das características da personalidade de líderes responsáveis pela tomada de decisões nos processos de políticas externas.

Herbert Kelman (1973), autor do *International Behavior: A Social-Psychological Analysis*, identificou claramente a orientação seguida pelas análises ao nível internacional que predominou na Psicologia Política dos anos 70. Este tipo de orientação fundamenta-se basicamente na Psicologia Social e pretende articular os pontos em que a Psicologia é relevante e útil para os processos de política internacional. A Psicologia Social, desta forma, participaria eficazmente na compreensão das conexões estabelecidas entre o âmbito individual, por um lado, e o grupo, nação ou sistema social, por outro.

Segundo Kelman, as categorias de pesquisa relacionadas com questões internacionais se dividem em dois grandes tipos. Primeiro, encontram-se os esforços dedicados às maneiras em que os indivíduos se relacionam com o próprio país e com países alheios, com pessoas de outros países e com o sistema internacional em geral, abrangendo conceitos como guerra, paz e outros. Nesta catego-



ria, seria possível ainda encontrar subdivisões, com linhas de pesquisa dedicadas à relação entre as atitudes e questões como lealdades nacionais e internacionais, estereótipos e imagens de outros países e contatos internacionais.

Um segundo grupo de investigação refere-se diretamente ao comportamento das nações e daqueles responsáveis pela tomada de decisões. Da mesma forma, neste grupo encontramos diversas formas de estudo, desde o interesse dado ao papel da opinião pública sobre certos processos de políticas externas, o papel cumprido pelos líderes como sujeitos individuais na formação e execução de políticas externas, até estudos relacionados com processos de negociação, interação e resolução de conflitos. Os psicólogos sociais também poderiam contribuir neste âmbito formulando recomendações políticas e desenvolvendo possíveis teorias e metodologias para as relações internacionais. Neste amplo leque de pesquisas no âmbito das relações internacionais, decidimos apresentar os estudos que mais proliferaram nestas décadas e que têm sido mais comentados pelos pesquisadores.

Imagens de Outras Nações

Existe uma ampla tradição de pesquisa dentro desta área, trabalhando assuntos relacionados com atitudes etnocêntricas e estereótipos positivos associados à própria nação e estereótipos negativos asso-

ciados a nações alheias (vistas também como “inimigas”).

Uma das prioridades nesses estudos foi a de identificar os padrões de erro na percepção. White (1968) tentou aplicar suas contribuições teóricas a conflitos como a Guerra do Vietnã e às relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, fazendo referência a uma série de erros de percepção frequentes. O mesmo autor indicou um padrão mútuo de distorção, o “*mirror image*” (imagem de espelho), onde cada lado participante do conflito acredita nas próprias intenções pacíficas, e assume, por conseguinte, o outro lado como sendo o causador das agressões e das ameaças. Nesta visão, o primeiro justifica o uso das forças militares como sendo o resultado da defesa própria. Os erros de percepção também foram analisados numa linguagem cognitivista básica, estudando esses desvíos perceptivos nas relações internacionais.

Outra linha de pesquisa enfatizou principalmente os determinantes psicológicos que influenciam na construção de imagens internacionais. Neste sentido, Kelman (1965) enfatiza no seu manual noções como sociabilização cultural, educação e propaganda, eventos políticos, contatos internacionais, e predisposições tais como valores e personalidade. Isto, aplicado a casos concretos já estudados, resultaria numa excessiva lealdade para a própria nação e conformidade com suas normas, apoio excessivamente entusiasta (por exemplo, em em-



preendimentos militares), motivos inconscientemente demonstrados como hostilidade, e intolerância em relação à ambigüidade que a insegurança pessoal poderia provocar. A função do machismo nestas situações também foi objeto de estudo, resultando em análises sobre líderes atraídos pelo uso de forças ameaçadoras, pessoas que poderiam sentir as relações internacionais em termos excessivamente competitivos, coercitivos, combativos e adversários.

Opinião Pública em Processos de Políticas Externas

O interesse aqui focaliza-se na função do ânimo, expectativas, percepções e sentimentos do público, ou de vários públicos nos processos de políticas externas. Neste sentido, a forma da opinião pública determinaria a prontidão da população para várias ações nacionais, a interpretação e a reação aos eventos internacionais, o grau de apoio para diferentes passos em políticas externas, e por conseguinte determinaria também a liberdade ou restrição em que operam os responsáveis pela tomada de decisões.

São numerosos os trabalhos que procuram desvendar as dimensões e influências da opinião pública nas políticas externas, podendo-se neste sentido indicar a Verba (1972) com os estudos sobre a Guerra de Vietnã. Neste caso, os autores apontaram os tipos de política que o público poderia ou não aceitar, contradizendo muitas vezes o que alguns líderes

acreditavam ser factível. Outro trabalho que pode ser aqui mencionado é o de White (1968), que contribuiu analisando as percepções de diversos grupos nos Estados Unidos em relação à Guerra de Vietnã. Ele concluiu que as percepções de diversos grupos estavam distorcidas em graus diferentes e indicou os processos psicológicos e sociais como os que gerariam esses erros perceptivos, que colaborariam, de fato, na constituição e continuação de uma guerra.

Outros estudos realizados por profissionais em Psicologia Política seguiram problemas como a influência do estresse no processo de tomada de decisões e de processamento de informações; a função e influência das características da personalidade nestes processos de decisão; as predisposições e imagens de líderes em relação a possíveis inimigos, o “*código operacional*” de líderes baseado em crenças e opiniões sobre a natureza da política e do conflito político.

Processos de Tomada de Decisões em Políticas Externas

A pesquisa nesta área dedica-se fundamentalmente à análise dos indivíduos e das unidades responsáveis pela tomada de decisões de políticas externas de um país, tentando identificar os processos de interação psicológica e social que resultam numa determinada ação.

Os trabalhos representativos dentro desta área são muitos. Dentre eles, pode-



mos mencionar os de Janis e Mann (1977) dedicados à teoria do conflito no processo de tomada de decisões e centralizados na idéia de conflitos decisoriais emocionalmente carregados, de padrões de comportamento aprendidos, comuns neste tipo de conflitos, e nos antecedentes destes comportamentos e suas conseqüências em decisões racionais. Os autores objetivaram a construção de uma teoria única, mas abrangente, de todos estes fenômenos presentes na tomada de decisão, proporcionando evidências de fontes variadas. Num outro extremo encontram-se os estudos de George (1980), constituindo uma teoria eclética sobre os processos de tomada de decisões no caso presidencial. Este autor tentou explicar comportamentos específicos presentes na figura do presidente apoiado por várias teorias (dentre elas, processamento de informações, sistema de crenças, comportamento de pequenos grupos e comportamento organizacional).

Processos de Interação em Conflitos Internacionais

Kelman (1973) afirma que as análises em Psicologia Social são particularmente relevantes no estudo das interações entre nações ou entre seus representantes. Alguns tipos de contato no marco destas interações poderiam ser as comunicações internacionais, os contatos diplomáticos normais ou até a colaboração dentro de um programa de organizações internacionais. O principal interesse de pesquisas

psicossociológicas nesta temática tem focalizado formas em que os conflitos são seguidos, administrados e resolvidos. Este interesse dedicou-se não só à análise dos microprocessos envolvidos nestes conflitos, mas também procurou descobrir as condições que produziriam diferentes respostas; como por exemplo, as condições nas quais os conflitos podem ser expandidos ou contidos, as circunstâncias em que estes podem tomar formas violentas ou não, e os casos onde um conflito é concluído porque uma parte dominou a cena em detrimento da outra ou como resultado de uma solução cooperativa elaborada em comum.

Alguns dos trabalhos mais recentes neste sentido têm se dedicado à simulação experimental de situações conflituosas. Desta forma, é possível observar as comunicações num ambiente controlado, podendo analisar a dinâmica do conflito, explorando também algumas condições para a sua resolução.

Os trabalhos em Psicologia Social dedicados às Relações Internacionais fazem uso dos mais variados métodos de pesquisa. Segundo Kelman (op. cit., 1973, p. 295), estes métodos podem oscilar desde experimentos de laboratório até estatísticas de populações nacionais. Entre esses dois extremos, encontra-se um amplo leque de estudos que incluem as simulações, medições, enquetes ou questionários aplicados a populações determinadas, psicobiografias, observações de grupo, análises organizacionais, estudos etnográficos e programas de pesquisa-



ação, a análise psicológica de documentos históricos ou informações advindas dos meios de comunicação.

Personalidade e Política

A partir dos anos 50, alguns estudiosos dentro das Ciências Sociais começaram a se interessar pelas promissoras aplicações da teoria psicanalítica, não somente por idéias como o inconsciente, instintos inatos e desenvolvimento da sexualidade humana, como também pela atenção dada ao ambiente como importante fator influenciador e modelador destas características genéticas. Para os especialistas em Psicologia Política, a Psicanálise apresentava-se como uma teoria capaz de analisar as formas em que a sociedade atuaria nas primeiras experiências da infância, moldando assim a personalidade política dos futuros líderes e do público em geral e seus subsequentes comportamentos políticos.

Outra fonte de orientação teórica foi o materialismo histórico marxista, defendendo basicamente a idéia de que as instituições sociais determinariam a personalidade política e o comportamento. Desta forma, diferiu-se da Psicanálise vendo a personalidade política das pessoas como um efeito, ou resultado, das condições sociais e materiais. As leituras do comportamento baseadas numa visão behaviorista também representaram outra forte influência neste período inicial dos estudos no campo da personalidade e da política, reforçando assim a análise de

padrões de conduta calcados na relação estímulo-resposta. Esta linha teórica tentou explicar o comportamento como sendo altamente condicionado por estímulos, respostas e reforços advindos de instituições sociais. Como resultado destas variadas influências, a visão predominante nos estágios iniciais da Psicologia Política era a de interpretar a personalidade política e o comportamento como resultados de experiências ontogênicas de sociabilização. Mais recentemente, o termo “personalidade” passou a ser visto pelos especialistas em Psicologia Política como representando uma variedade de predisposições, incluindo atitudes, motivos, estilos de decisão, modos de interação interpessoal, e respostas ao estresse, dentre outros fatores.

Provavelmente o primeiro trabalho de relevância na área foi *Human Nature in Politics*, de Graham Wallas (1921). Este trabalho caracterizou-se pela ênfase na análise dos instintos, da seleção natural e da irracionalidade, como consequência também do impacto da teoria darwinista na sociedade. Nas seguintes três décadas, uma das influências predominantes na Psicologia Política foi a teoria psicanalítica, como já foi sucintamente explicado acima. A tradição psicobiográfica iniciou-se, de forma geral, com o estudo de Freud sobre Leonardo da Vinci. Freud introduziu posteriores análises sobre a sociedade nos trabalhos “*O Porvir de uma Ilusão*” e “*O Mal Estar na Civilização*”, proporcionando exemplos de pesquisa psicanalítica que serviram



como base para futuras análises psicobiográficas sobre indivíduos específicos dentro do âmbito político.

Os estudos sobre a personalidade na política dispõem de um leque restrito de técnicas avaliadoras, cada uma com conhecidas vantagens e limitações. Dentre as técnicas utilizadas encontram-se as entrevistas, a observação, as análises de conteúdo de arquivos, as informações biográficas e os experimentos ou simulações. Muitas destas técnicas apresentam ainda mais limitações no estudo de líderes políticos do que em pessoas comuns por causa das grandes pressões externas e internas encontradas em pessoas de vida pública. Por outro lado, os esforços em rastrear a personalidade nas primeiras experiências da vida confronta o problema da falta de evidência, podendo representar as conclusões obtidas um excesso de especulação. Além disso, é freqüente acontecer que a pessoa de interesse já é falecida, o que limita ainda mais a pesquisa.

Dentre os principais assuntos estudados neste âmbito podemos mencionar o interesse pelo tipo de pessoa que poderia se tornar um líder. Lasswell (1951), um dos primeiros a trabalhar neste problema, indicou que um líder político projetaria as suas necessidades neuróticas na esfera pública e que ingressaria na vida política procurando satisfazer estas necessidades. Desta forma, segundo o autor, os conflitos pessoais seriam deslocados para objetos públicos e então racionalizados em termos de interesse público.

Posteriormente, o autor argumentou que participaria neste processo outro fator de grande importância: uma necessidade compensadora de poder atuando como um motivo particularmente forte.

Uma outra linha teórica opõe-se a esta visão de Lasswell, afirmando que para ser um político bem sucedido numa democracia é preciso dispor de uma personalidade sadia e bem equilibrada. Lane e Knutson defenderam esta última visão argumentando que:

“ Se um indivíduo sofrer de conflitos intrapsíquicos, tanta energia seria consumida pela luta dentro do sujeito que nenhum excedente restaria para lidar com os conflitos no âmbito político. As relações interpessoais e os esforços do ego sofreriam então em grande medida. Aqueles experimentando conflitos intrapsíquicos, então, estariam propensos a se afastar da participação política do que a se projetar em objetos públicos. Nós teríamos então esta predisposição: quanto maior o nível de participação política, maior o nível de energia psíquica requerida, tendo assim menos conflito intrapsíquico, constituindo um participante mais racional” (Knutson, 1973:49)

Outra área de grande interesse é o impacto da personalidade sobre o comportamento das elites políticas. Os primeiros trabalhos de Lasswell proporcionaram vários exemplos sobre os efeitos negativos de padrões neuróticos na per-



sonalidade dos sujeitos (o autor dedicou-se ao estudo de vários líderes políticos que foram posteriormente hospitalizados por causas psiquiátricas). São numerosos os trabalhos que foram realizados seguindo o mesmo interesse nas décadas dos anos 60 e 70.

Os estudos sobre a personalidade na política focalizaram também certas necessidades específicas ou motivos que funcionariam como forças direcionadoras da mente dos líderes políticos. Um traço da personalidade muito salientado nas pesquisas teóricas foi o da motivação pelo poder. Este tipo de estudo remonta-se aos trabalhos de Lasswell, indicando a importância da atividade política como uma compensação para necessidades insatisfeitas relacionadas com a estima. O problema da motivação pelo poder foi sendo um alvo de interesse crescente com o passar dos anos. Na década dos anos 70, pesquisadores procurando mensurar a personalidade de várias formas aplicaram testes projetivos promovendo o uso da fantasia —que, por sua vez, foi aplicada visando a análise da motivação de poder nos políticos. A teoria de Maslow sobre a hierarquia das necessidades também mostrou ser uma fonte de influência na Psicologia Política, principalmente nos argumentos de Davies e Knutson (1973) sobre o ativismo político. Segundo os autores, o ativismo político seria possível somente quando outras necessidades básicas já estivessem satisfeitas.

Outra dimensão da personalidade que tem sido submetida a estudo na Psicolo-

gia Política é a do autoritarismo. Segundo Knutson (1973), esta tem sido uma área de pesquisa com conclusões pouco claras e com visões conflituosas sobre a função do autoritarismo ao nível da atividade política. A autora argumenta que esta falta de clareza pode ser devida ao fato de que o autoritarismo está claramente composto por fatores tanto intrapsíquicos quanto sociais. Desta forma, parece que o autoritarismo influenciaria a atividade política em formas diversas, dependendo da relação entre as necessidades da personalidade do indivíduo e os valores nos quais tem sido sociabilizado.

Um trabalho que não podemos deixar de mencionar nesta apresentação é o estudo de Adorno et al (*The Authoritarian Personality*, 1950), baseado principalmente em postulados freudianos e marxistas. A argumentação principal dos autores indica que a síndrome da personalidade autoritária (fascista), caracterizado pela hostilidade aos judeus e vários outros grupos minoritários, poderia resultar de uma situação ancorada no complexo de Édipo da vida infantil masculina, onde poderia ter atuado um pai severo e punidor com amplas manifestações de hostilidade. Deste quadro resultaria uma criança com alto potencial de desenvolvimento de sentimentos agressivos repressores, consequência de uma formação reativa da idealização do pai (e por generalização, de qualquer figura de autoridade), direcionando assim qualquer hostilidade reprimida a grupos alheios, cujos estilos de vida ou configuração



demográfica os coloque fora da estrutura de autoridade estabelecida.

Sears (1993) indicou que há duas formas básicas de trabalho considerando a função da personalidade no comportamento da massa política. Por um lado, encontramos os trabalhos que apresentam questionários pessoais ou entrevistas objetivando medir os vários traços de personalidade e correlacionando os mesmos a atitudes políticas. Uma segunda alternativa de trabalho são os estudos idiográficos ou as histórias de vida que analisam o indivíduo em maiores detalhes procurando compreender o seu funcionamento idiossincrático.

Sociabilização Política

A ênfase da Psicanálise no desenvolvimento da personalidade e as pesquisas em predisposições tais como a identificação com um partido político ou o preconceito racial resultaram no interesse pela sociabilização política. Como já foi mencionado em outras partes deste trabalho, estas pesquisas no âmbito da Psicologia Política desenvolveram-se também dentro do marco de democracias estáveis em diversos países.

Um dos principais interesses dentro dos estudos em Sociabilização Política tem sido o processo de sociabilização em etapas pré-adultas que resulta na formação de atitudes civis, como por exemplo, lealdade ao regime, o cumprimento da normas e leis estabelecidas e aceitação das regras políticas.

São várias as evidências que persuadiram os pesquisadores sobre a importância crucial da sociabilização política na determinação do apoio generalizado na vida política. Autores como Easton e Dennis (1969) e outros dedicaram-se à observação de pequenas crianças, identificando que as mesmas possuem uma extraordinária imagem positiva de figuras como o presidente da própria nação e que, ao mesmo tempo, são muito pouco conhecedoras de outros fatores no âmbito político. Conseqüentemente, foi suposto que as crianças idealizam a figura do presidente como um resultado transferencial de afeto pelos pais ou de figuras quase-políticas como um funcionário local e conhecido da polícia. Com a maturação das crianças, elas começam a reconhecer outros objetos políticos mais impessoais, tais como o Congresso e a prática do voto, aos quais esse afeto difuso é generalizado, produzindo então o apoio a um sistema difuso ou generalizado.

As posteriores pesquisas dentro deste âmbito mudaram as bases psicológicas desta precoce idealização e o impacto nos futuros regimes. Alguns estudiosos cognitivistas do desenvolvimento, como, por exemplo, Adelson, Tapp e Kohlberg, documentaram o fato de que tais afetos positivos pela autoridade representariam geralmente um previsível mas também transitório estágio do desenvolvimento no final da infância e nos inícios da adolescência, o que, de fato, teria um impacto de curta duração na vida adulta. Por outro lado, outras pesquisas indicaram



que estas primeiras idealizações eram bastante específicas para o lugar em que aconteciam, para os exemplos e a época; foi visto também que estas características de idealização não estavam presentes em outras nações ou minorias, ou até em relação a presidentes anteriores, e não foi possível demonstrar uma viável consistência na permanência destas visões e apoio dentro de um regime ao longo do tempo. Com estas novas observações, os estudiosos dentro da área acreditaram ser muito mais apropriado a aceitação de explicações com base na aprendizagem social do que na psicanálise.

Por outro lado, Sears (1993) explica que a distinção entre o apoio difuso e o apoio específico tem se mostrado de comprovação empírica muito difícil; as avaliações de procedimentos gerais e instituições parecem estar muito influenciadas pelas avaliações de interesses atuais específicos e das suas práticas. Assim, criticou-se a idéia da persistência do apoio político inicial em posteriores etapas da vida. Os indícios sobre o apoio sistêmico mostrariam pouca estabilidade durante a vida do indivíduo e pouco impacto nos indicadores de apoio a regimes posteriores.

Outra área de interesse nestes estudos relaciona-se com as persistentes divisões dentro de qualquer prática política, ou seja, aquelas baseadas no partido, ideologia, classe, grupo étnico, raça, religião e âmbito geográfico. Os primeiros resultados nestes estudos indicaram que divisões como estas representavam os fa-

tores mais poderosos no comportamento eleitoral. Estas atitudes pareceriam ser adquiridas nos primeiros períodos da vida, dentro da família, colocando de novo a ênfase no processo de sociabilização política.

Visões psicanalíticas e da aprendizagem da era pós-guerra salientaram que os pais atuariam como os principais agentes sociabilizadores dos filhos. Entretanto, posteriores pesquisas, baseadas nas medições de atitudes de pais e crianças, levantaram muitas suspeitas em relação à primeira afirmativa. Foi observado que os limites na função dos pais apareceriam como conseqüência da falta de comunicação política dentro da família. Desta forma, começou-se a dar muita mais atenção à função das escolas como agentes sociabilizadores. Também a ser considerada, a função da mídia na sociabilização política das crianças permanece como um assunto merecedor de estudos e análises.

Atitudes, Participação Política e Comportamento Eleitoral

Os trabalhos dentro desta área de pesquisas surgiram principalmente na década dos anos 60 e 70, com a presença de estudiosos interessados na compreensão de atitudes políticas e do comportamento eleitoral, compartilhando, em grande medida, a metodologia para tal fim, as entrevistas ou *surveys*. Este interesse pelas atitudes estava também muito relacionado com pesquisas já em desenvol-



vimento na época, focalizadas em características motivacionais e da personalidade das pessoas. Mas o foco social de estudo nesta área mudou relativamente, proporcionando menos atenção às estruturas familiares e às experiências infantis, sugerindo maior cuidado no uso dos meios de comunicação e de outras instituições sociais, devido ao seu grande potencial de influência.

Segundo McGuire (1995, p. 23), o estágio inicial destas pesquisas contava com a presença de três pressupostos básicos que contrastam diretamente com as visões defendidas pela Psicanálise, Marxismo e Behaviorismo. Estes pressupostos defendiam a idéia de que, por exemplo, a preferência de um votante por um candidato era o resultado da posição percebida por este na dimensão global do partido em diversos assuntos. Outra idéia aceita era a relação conceitual “*cognitivo, afetivo, conativo*” presente nas pessoas, que faz referência à crenças que levam a atitudes que, por sua vez, levam a ações. Um terceiro pressuposto era o conceito de consistência de “referência grupal”, onde as pessoas tendem a maximizar a homogeneidade do grupo adotando atitudes e comportamentos padronizados dentro de um âmbito social ou demográfico específico.

McGuire (op.cit, 1995, p. 27) indica que nesta primeira década de trabalhos dedicados às atitudes políticas, as principais pesquisas foram direcionadas não por especialistas especificamente dentro da Psicologia ou da Política, mas por

sociólogos. Dentre estes, o autor menciona Lazarsfeld da Universidade de Columbia, Berelson em Chicago e Lipset em Berkeley. Os principais temas de interesse por esses pesquisados foram o comportamento eleitoral, as atitudes políticas sobre determinados assuntos, os partidos políticos e os candidatos, dedicando maior atenção à forma em que as atitudes são afetadas por membros de um grupo, interações pessoais e meios de comunicação. Com o passar dos anos, e sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, os cientistas políticos mudaram o foco de seus estudos, passando a se interessar principalmente pelo uso do poder na política. Neste período, o poder passou a ser visto como sendo o resultado do governo, o governo resultando dos votos, e os votos resultando de diversas influências exercidas sobre as atitudes do público em relação à participação em processos eleitorais.

Os principais métodos utilizados na pesquisa sobre atitudes políticas foram dois. Por um lado, contou-se amplamente com a aplicação de questionários sobre opinião pública em diversos assuntos. Esta metodologia envolvia a elaboração de questionários visando obter conhecimento acerca da opinião de grupos da população sobre características demográficas, relação com os meios de comunicação, informação política, atitudes políticas, intenções de voto ou comportamentos eleitorais. Outra metodologia contou com o uso da observa-



ção participante, utilizada previamente por antropólogos, visando obter informações sobre o comportamento público de populações de baixa renda ou sem educação formal.

Um dos primeiros pesquisadores a contribuir dentro desta área foi Robert E. Lane, quem procurou analisar um amplo leque de relações comportamentais, introduzindo também uma lista de necessidades humanas. Embora as informações apresentadas por Lane foram, de forma geral, ignoradas pelos cientistas políticos de orientação comportamental, permaneceram como um esforço pioneiro dentro dos estudos sobre o comportamento político.

Seguiram-se vários estudos relacionados com as atitudes políticas, principalmente orientados por uma visão nomotética, que podem aqui servir de referência. O programa mais forte dentro desta área encontrou-se, nas décadas de 60 e 70, na Universidade de Michigan, sob a direção de Campbell, Converse e Miller. De fato, estas décadas mostram-se como as mais destacadas na pesquisa sobre comportamento político, voto e atitudes, embora o interesse por estas questões continue estando presente nas pesquisas de hoje em dia. Alguns trabalhos serviram como conexão entre os estudos sobre atitudes políticas e as pesquisas sobre ideologia política, este último interesse sendo um importante foco de atenção nos estudos de Psicologia Política das décadas seguintes (80 e 90).

Outros estudos, ao nível da macro-análise das atitudes políticas, enfatizaram a pesquisa em conjuntos - como nações ou épocas históricas diferentes - como unidades de medida e análise. Mc Guire (op.cit, p. 29) explica que devido ao fato das nações terem sido principalmente medidas em função de suas formas de ação em vez das formas de atitudes presentes, muitos destes estudos no macronível focalizaram comportamentos tais como a participação eleitoral ou violência política, sem destacar a compreensão das atitudes que se encontrariam na sua base. Este tipo de orientação parece estar mais presente em pesquisas de comparação de atitudes políticas de diversas nações (por exemplo, no do *Roper Center* da Universidade de Connecticut).

A maior parte dos trabalhos, seguindo esta dimensão maior das atitudes políticas, concentrou-se principalmente em comportamentos políticos negativos ou prejudiciais, tais como a guerra, a revolução e o crime (o que poderia apresentar diferenças de atitudes agressivas, segundo a nação). Na década de 60, os estudos dedicados ao comportamento agressivo aumentaram consideravelmente, devido em grande parte à divulgação e repercussão na sociedade de fenômenos como detenção de estudantes, crimes nas ruas, a Guerra do Vietnã e a Guerra Fria, acontecimentos presentes na América do Norte e do Sul, Europa e Ásia.

Enquanto os estudos sobre este tipo de comportamentos negativos proliferavam, outros surgiram também com pre-



ocupações opostas. Iniciaram-se pesquisas preocupadas com questões e características construtivas, como por exemplo a estabilidade política, as diferenças entre nações em atitudes e participação política, as atitudes modernizadoras e as diferenças entre nações na percepção da qualidade de vida.

Assim, os trabalhos com interesses macrosociais dentro da Psicologia Política facilitaram os estudos entre nações, criando bancos de dados e informações sociais. Alguns exemplos a citar podem ser o já descrito *Roper Center* e o *Consortium for Political and Social Research* (1988) da Universidade de Michigan, incluindo este último mais de um século de estatísticas eleitorais e de informações de censos sociais e visando, dentre os vários objetivos, facilitar a descoberta ou teste de múltiplas formas causais de influência no comportamento político das pessoas.

Outra área que conta com vastos trabalhos é a dedicada ao estudo dos Movimentos Sociais e Revoluções. A legitimidade destas duas estruturas estaria baseada no desenvolvimento e apoio a uma ideologia determinada, sendo que estes movimentos surgem, principalmente, em situações críticas da sociedade que generalizam o desgosto com as instituições existentes (situações como crises econômicas, guerras, desigualdades sociais ou graves problemas de funcionamento do sistema político em geral). Para Turner (in Knutson, 1973, p.195), é de maior relevância definir o que é considerado como movimento social: “(1) *os even-*

tos devem ser movimentos de protesta, (2) um bom balanço deve existir entre o apelo e a ameaça, (3) a manifestação de protesta é freqüentemente um aspecto da conciliação para evitar o conflito em maior escala, (4) a manifestação de protesta pode ser um convite a formar uma coalizão, (5) as manifestações de protesta podem ser uma fase de negociação com as autoridades”.

Os líderes emergentes dos movimentos sociais fundamentam a sua relevância na frustração resultante destas situações podendo, também, obter apoio secundário de outros grupos insatisfeitos com antigas instituições. Nesta situação, o líder de um movimento deste tipo se vigoriza com a imagem de uma nova causa e com a formulação de novos objetivos sociais, a mudança sócio-política, que representa em si o ideal maior. De fato, a ideologia e o carisma seriam as principais características com as que um líder de um movimento social deve contar para ser bem sucedido.

Turner e Killian (1957) têm enfatizado que as rebeliões existiriam a partir da crença de seus integrantes de que os fenômenos sociais podem ser alterados para melhor através da união coletiva daqueles experimentando o mesmo problema. Segundo os autores, nestes movimentos não só encontra-se presente a sensação de frustração com as instituições políticas mas também deve existir a crença nas melhores condições de vida que podem ser alcançadas através da ação coletiva. Neste sentido, parte das contribuições norte-americanas dentro da Psicologia Política se dedica-



ram, principalmente, ao estudo e análise das condições que favorecem as manifestações psicossociais e as formações de identidades coletivas. Prado (2001) faz referência a alguns autores dentro desta linha teórica que consideram o sujeito como o resultado da formação de crenças, valores e necessidades sociais, dentre eles Turner & Killian, mencionados anteriormente, Cantril e Smelser. Nesta visão teórica, o indivíduo é amplamente influenciado pelas relações sociais e intuições em que vive, refletindo na constituição da identidade coletiva.

De forma geral, o interesse por compreender como as pessoas se organizam inicialmente num movimento social, de que maneira chegam a desenvolver e compartilhar uma visão comum do mundo em circunstâncias que os levam a uma ação política e de que forma evoluem esses movimentos sociais continuam sendo assuntos de pesquisa dentro deste âmbito de estudos.

Conclusões

Definimos a Psicologia Política como uma área de pesquisa onde se reúnem esforços acadêmicos característicos da Psicologia e da Política, enriquecida também pelos trabalhos advindos de outras áreas de estudo. Pode-se afirmar que os primeiros estudos em Psicologia Política se remontam ao início do século XX, com a elaboração de pesquisas dentro da Psicologia e de outras áreas afins. A disciplina finalmente tem um início formal na década

dos anos 70, como resultado da publicação do primeiro manual dentro da área em 1973, com a formação da “Sociedade Internacional de Psicologia Política” (1978) e com a subsequente criação da revista “Psicologia Política” (1979) nos Estados Unidos. A Psicologia Política compõe-se de dois traços fundamentais: o estudo e a análise de componentes psicológicos do comportamento político e a tentativa de aplicar tal conhecimento psicológico na explicação da política e na resolução de conflitos relacionados com a prática da mesma.

A capacidade de estudo e análise da Psicologia Política como disciplina científica é muito vasta, pois está interessada no comportamento político humano que possui, por sua vez, alta complexidade e inúmeras manifestações. A diversidade teórica utilizada para explicar o comportamento humano pode ser justificada na ausência de uma teoria unificada, amplamente aceita, que o descreva e explique. O comportamento dos indivíduos pode ser compreendido desde linhas teóricas que atendem diferentes aspectos, como aquelas dedicadas a fenômenos comportamentais, emocionais, cognitivos, sociais e/ou fisiológicos. Os variados focos de atenção têm originado explicações que pretendem abarcar o comportamento a partir da análise de um fenômeno específico ou da combinação deles. Alguns dos marcos teóricos que estudam o comportamento político dos indivíduos encontram-se fundamentados na Biologia, Psicanálise, Cognitivismo,



Psicometria, Comportamentalismo e/ou Ambientalismo. Assim, os métodos de pesquisa utilizados divergem principalmente no peso e na relevância dados ao indivíduo ou ao meio ambiente e sociedade na explicação do comportamento político resultante.

Os principais temas de pesquisa na Psicologia Política são variados, podendo recapitular, por exemplo, o interesse pelo estudo da personalidade política tanto em líderes quanto nas massas; as atitudes políticas, o comportamento eleitoral e o efeito dos meios de comunicação em processos políticos; a ideologia política, considerando o conteúdo e os processos de sistemas de crenças variados; a psicologia de conflitos internacionais e os movimentos sociais. Esses amplos temas de estudo apresentam métodos de pesquisa diversos, dentre eles encontramos as psicobiografias; o uso de *surveys* ou questionários em pesquisas; as simulações em computadores; as técnicas projetivas; a manipulação experimental; as análises de conteúdo de documentos históricos e de entrevistas e outras medições; a observação participante; as análises organizacionais; e os estudos etnográficos.

Podemos ver que, de forma geral e ao longo das décadas, as pesquisas em Psicologia Política têm reunido os seus esforços procurando elucidar, por exemplo, as formas em que as forças ambientais influenciam as tendências inatas, determinando o comportamento político; o grau em que o comportamento político

decorre de motivações inconscientes ou também a possibilidade de um padrão de pensamento e de ação política permanecer coerentemente ao longo da vida.

Nos últimos anos do período que abarca este trabalho, os estudiosos dentro desta área parecem ter se dedicado com muita mais profundidade a questões relacionadas com conflitos internacionais. Esta área promissora reúne especialistas, não só das duas principais disciplinas - Psicologia e Ciências Políticas - como também profissionais advindos diretamente de áreas como Relações Internacionais, Sociologia e História. Muitos programas de Pós-Graduação, principalmente nos Estados Unidos, têm criado centros de pesquisa e cursos formais para o aprofundamento destas questões. Neste sentido, pareceria que uma grande parte dos esforços dentro da Psicologia Política das últimas décadas estão focalizando questões sobre Políticas e Conflitos Étnicos Internacionais.

Os trabalhos desta nova subárea dedicam-se a questões relacionadas com as formas em que preconceitos, estereótipos e determinadas informações afetam as relações internacionais e a tomada de decisões dos dirigentes, seguindo uma metodologia característica da análise de sistemas.

Mas, qual seria o campo de atuação dos profissionais em Psicologia, particularmente, nesta última subárea? Há várias formas em que os psicólogos poderiam se envolver em processos de políticas externas e relações internacionais.



Primeiro, os psicólogos poderiam participar destes processos levando em consideração que são profissionais altamente especializados em questões relacionadas com processos grupais e sociais e em processos de tomada de decisão. Neste sentido, os conceitos psicológicos entrariam em ação tentando explicar as formas em que esses conceitos podem desviar ou distorcer o processamento de informação relevante nas políticas externas. Aqui, o objetivo ideal seria identificar e poder minimizar as possíveis fontes de erro de percepção e de processamento de informações.

Uma segunda possibilidade de contribuição seria a participação, como especialistas na área, em processos de negociação e de influência social. Aqui, o foco de trabalho concentra-se nas dinâmicas de negociação, tendo como objetivo, por um lado, a análise de premissas psicológicas nas quais os dirigentes se baseiam para escolher estratégias de influência e, por outro, identificar o grau em que tais premissas estão de acordo com evidências de pesquisas já existentes.

Finalmente, haveria também um outro campo de ação onde os psicólogos podem participar. Trata-se de um trabalho do tipo “*assessment-at-a-distance*” (avaliação a distância), que parte de análises de arquivos ou documentos históricos. O objetivo deste trabalho consiste em determinar o poder de influência das variáveis psicológicas na pre-

dição do comportamento de determinados indivíduos (ou grupos) em circunstâncias específicas.

Neste sentido, acredito que os estudiosos da Psicologia podem contribuir, e muito, para os processos inerentes às Relações internacionais, proporcionando amplos conhecimentos sobre conceitos e variáveis psicológicas presentes nas personalidades políticas, nos processos grupais, e que participam e influenciam a tomada de decisão política. É oportuno também lembrar o cuidado a ter neste aspecto. É de esperar que isso não ocorra, por não corresponder com códigos éticos de conduta sociais e científicos, mas os profissionais relacionados com esses assuntos não são neutros e existe o risco de influenciar indevidamente as consequências políticas. O objetivo geral e o critério utilizado, que é o aprimoramento da qualidade das decisões sobre políticas externas para um conseqüente progresso social, é sempre alvo de controvérsia.

O nosso entendimento sobre as formas em que o conhecimento psicológico pode ser aplicado na solução dos conflitos atuais no mundo e na elaboração de políticas externas parece ainda muito incompleto. A Psicologia Política precisa de mais tempo de desenvolvimento e de pesquisas, contando com profissionais advindos de diversas áreas (principalmente de grandes áreas como a Psicologia, as Ciências Políticas, as Relações Internacionais e pro-



fissionais especializados em sistemas culturais, econômicos e políticos das nações) trabalhando conjuntamente. Um trabalho deste tipo não é uma tare-

fa simples, mas conhecendo claramente os limites desta área também pode ser elucidado o potencial de contribuição da Psicologia Política.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. et al. (1950) *The Authoritarian Personality*. New York: Harper.
- Davies, J. C. (1973) Agression, Violence, Revolution and War. In: *Hanbook of Political Psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Easton, D.; Dennis, J. (1969) *Children in the Political System*. New York: McGraw-Hill.
- Heinz, E. (1993) The Root is Man. In: *Political Psychology: classic and contemporary readings*. New York: Paragon House.
- George, A. L. (1980) *Presidential Decision-making in Foreign Policy*. Boulder, CO: Westview.
- Janis, I. L.; Mann, L. (1977) *Decision Making*. New York: Free Press.
- Kelman, H. C. (1973) *International Behavior*. New York: Holt, Rinchart and Winston.
- Knutson, J. N. (1973) *Handbook of Political Psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Kressel, N. J. (1993) *Political Psychology: classic and contemporary readings*. New York: Paragon House.
- Krüger, H. (1996) A Realidade Brasileira e a Vontade Nacional. In: *Cadernos de Psicologia*, n. 5.
- _____. (1997) Aplicações da Psicologia Social: Justificativas e Limites Teóricos. In: *Cadernos de Psicologia*, n.7.
- _____. (1997) Características Psicossociais da Era Contemporânea e a Realidade Brasileira. In: *Revista da Universidade Católica de Petrópolis*, n. 7.
- Lasswell, H. D. (1951) *The Political Writings of Harold Lasswell*. New York: Free Press.
- Penna, Antonio Gomes. (1997) *Introdução à Psicologia Política*. Rio de Janeiro: Imago.
- Prado, M. A. (2001) Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e Reflexões acerca da Compreensão do Processo de Formação do “Nós”. In: *Revista Brasileira de Psicologia Política*, 1(1).
- Renshon, S. A. (2000) *Political Psychology: cultural and cross-cultural foundations*. New York: New York University Press.
- Iyengar, S.; McGuire, W. (1995) *Explorations in Political Psychology*. Durham: Duke University Press.
- Verba, S., Nie, N. (1972) *Participation in America*. New York: Harper.
- White, R. K. (1968) *Nobody Wanted War: Misperception in Vietnam and other Wars*. Garden City, N.Y.: Doubleday



Violência e Criminalidade no município de Guarulhos 2001

Mário Miranda Antonio Junior*

cfechado@uol.com.br

O objetivo deste trabalho consiste em produzir, analisar e comparar dados estatísticos e indicadores relativos à violência e a criminalidade – crimes de homicídio registrados – que nos permitam aferir o grau de correlação entre estes indicadores e os socioeconômicos/demográficos. Deste modo, este trabalho, tendo por base uma exploração quantitativa, pretende “responder empiricamente” se existem características particulares, que definem tipos específicos de crimes – como o homicídio doloso, neste caso – para determinados grupos sociais e, se, haveria uma correspondência, entre uma percepção de insegurança generalizada e um “real” aumento da violência e da criminalidade, seja sob o ângulo dos fatos materiais, seja por essa percepção subjetiva que passou a integrar a vida das pessoas e a opinião pública em geral. Para este fim, foram relacionadas as mortes – em termos de ocorrências registradas de homicídio – no seu contexto geográfico, com os índices criminais, socioeconômicos e demográficos das regiões selecionadas (Pimentas e Vila Galvão).

De um modo geral, esta pesquisa revelou algumas inconsistências nos procedimentos policiais para o registro institucional dos crimes. Esta constatação nos permite afirmar que a falta verificada de um padrão institucional para o registro dos crimes, compromete a produção e a validade de dados estatísticos relativos a violência e a criminalidade, bem como a sua capacidade de expressar uma realidade que, em princípio, eles deveriam refletir. Este problema revela que a produção das informações sobre violência e criminalidade – em termos de registros de criminais – é de exclusiva responsabilidade da corporação policial, obcecando assim, a interesses corporativistas ou outros menos confessáveis. O enorme poder da polícia reside na sua autonomia para

* Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso (2001) para o bacharelado em Sociologia defendido na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Resumo de TCC



determinar crimes e criminosos. O modo como registra-se um crime, constitui em uma maneira particular de classificar os delitos e os criminosos, produzindo estereótipos e um discurso, que determinam padrões morais que são assimilados pela sociedade civil por meio da imprensa e se reproduzem. Contudo este padrão moral, disposto no discurso policial, revela uma ética autoritária, marcada pela ambiguidade, portanto, incompatível com modelos democráticos. Durkheim, Foucault e Hobsbawm nos revelam o quanto são flexíveis e mutantes, os contornos do que uma sociedade em determinadas épocas e contextos socioculturais define como violência ou crime, e como as regras morais variam historicamente.

De um modo geral, os mapas de violência e criminalidade e as estatísticas continuam demonstrando que as mais altas taxas de homicídios são registradas nas periferias das grandes cidades e regiões metropolitanas. Em Guarulhos não é diferente. Deste modo, a natureza da ocorrência do delito está circunscrita a especificidades e singularidades do contexto em que inserem-se, permanecendo irredutíveis a processos gerais. Contudo esta pesquisa procurou demonstrar que existe uma correlação entre indicadores socioeconômicos/demográficos, que por sua vez determinam os de violência e criminalidade em determinados contextos, onde neste processo perpassam ainda por dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais.



Violence and Criminality in the City of Guarulhos 2001

The goal of this paper is to present, analyze and compare statistical data and indicators related to violence and criminality – registered homicides – thus permitting us to infer the degree of correlation between these indicators and socioeconomic/demographic ones. This research revealed some inconsistencies in the police proceedings of registering the crimes at an institutional level. This enables us to affirm that the lack of an institutional standard for registering crimes compromises the production and validity of statistical data related to violence and criminality, in addition to compromising the capacity to express a reality that they should, in principle, represent.



VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS 2001



Sentidos e Significados de um Projeto de Grupos de Psicóticos em São Paulo.

Nelson Fernandes B. Júnior*

galactus1@ig.com.br

A pesquisa se configurou em um estudo sobre os sentidos e significados do discurso institucional de uma organização não governamental (ONG), mantenedora de grupos anônimos para os chamados portadores de doença mental e seus familiares e amigos.

Utilizamos para isto, dois procedimentos metodológicos fundamentais para a compreensão dos significados discursivos: a observação participante e a realização de entrevistas semi-estruturadas. A observação participante foi desenvolvida a partir da inserção do pesquisador em um grupo de participantes e, a cada visita durante um período de 10 meses, foi construído um diário de campo. Neste diário eram apontadas as observações sobre os discursos e as relações institucionais. Além disso, analisamos alguns documentos institucionais sobre os “psicóticos anônimos”, sua história e, também, realizamos entrevistas com membros participantes usuários e da direção do Projeto com o objetivo de aprofundar os elementos observados e analisados.

No estudo, foi verificado uma política de identidade que cria um mundo estático, que foi chamado de “bolha de realidade”, que tem por objetivo a adesão dos sujeitos à instituição. Também foi verificado que a identidade coletiva do grupo observado era significada e re-significada, através de uma espécie de campo perceptivo sobre diversas instituições (ou saberes), permeadas de relações de poder, que se excluíam e se complementavam ao mesmo tempo, conceito inspirado na leitura do pensador Michel Foucault. Apesar de, na época da realização deste estudo, a instituição ser dirigida apenas por familiares e os chamados portadores de doença mental, foi verificado um movimento, que tempos depois foi concretizado, de tomada de poder pelos familiares e profissionais da área de saúde, extinguindo a singularidade desta instituição em relação às instituições européias.

**Nelson Fernandes B. Junior é mestrando em Psicologia na Universidade São Marcos/SP Pesquisa de Iniciação Científica/ Universidade São Marcos/2001*

Resumo de IC



Ainda que nesta instituição se configura uma política de identidade, não se encontrou uma identidade política, por conta do anonimato e da naturalização da identidade. Os chamados portadores de saúde mental eram considerados portadores de uma identidade “crônica”, o que conferia uma adesão permanente ao grupo. Em relação ao campo perceptivo, foi encontrado uma influência da religiosidade, (apesar de não se considerarem religiosos), um forte antagonismo em relação aos grupos de luta “antimanicomial” (apesar de lutarem pela cidadania, como o grupo citado), uma relação com uma psicologia de base organicista e evolucionista, com a psiquiatria médica e com o mercado de medicamentos. Inspirado na leitura de Michel Foucault, foi questionada a objetividade da psiquiatria (tão valorizada pela ONG em questão), caracterizando-a como prática social. Neste sentido, apesar de alguns diretores quebrarem o anonimato e se manifestarem através da mídia, universidades, e outros, (estes são aqueles que mais se aproximavam dos chamados normais, em relação às suas qualidades pessoais) eles acionavam este discurso construído socialmente, o que podemos questionar se era um posicionamento de sujeitos políticos, pois calavam a loucura. Portanto, apesar dos membros deste grupo estarem em uma situação de extremo isolamento, ainda podemos verificar elementos que são atuantes nos chamados normais. Sobretudo uma política de identidade que dá uma estabilidade a esta (podemos pensar na adesão à religião nestes últimos tempos) e nos movimentos da sociedade disciplinar que, conforme Michel Foucault, pretende uma conformação dos corpos, mantendo-os dóceis e bem comportados.



Identity: Meanings of the Project of Groups of Psychotics Anonymous

The goal of this paper is to present, analyze and compare statistical data and indicators related to violence and criminality – registered homicides – thus permitting us to infer the degree of correlation between these indicators and socioeconomic/demographic ones. This research revealed some inconsistencies in the police proceedings of registering the crimes at an institutional level. This enables us to affirm that the lack of an institutional standard for registering crimes compromises the production and validity of statistical data related to violence and criminality, in addition to compromising the capacity to express a reality that they should, in principle, represent.



SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE UM PROJETO DE GRUPOS DE PSICÓTICOS EM SÃO PAULO.





Normas para envio de manuscritos e orientação editorial

1. SUBMISSÃO DE UM MANUSCRITO

Antes de enviar seu manuscrito para a *Revista Psicologia Política* siga os passos abaixo, detalhadamente, para garantir a boa apresentação do trabalho e agilizar o processo editorial. As normas estarão disponíveis sempre nos volumes da Revista, nas últimas páginas, e na internet no endereço www.psicologiapolitica.com, no ícone normas.

Revise, cuidadosamente, a obediência às normas vigentes no momento e a correção de Português. A revisão dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos próprios autores. Trabalhos que não possuem títulos em Português e Inglês, resumo, palavras-chave, *abstract* e *key-words* não serão iniciados em processo editorial pelo Comitê Editorial.

Todas as comunicações com a Revista Psicologia Política, via correio, devem ser encaminhadas para a Rua Irmão Gonçalo, nº 74/52 – Vila Madalena – 05439-080 – São Paulo – São Paulo – Brasil. O destinatário é **REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA**.

Publicando na RPP



Todas as comunicações via correio eletrônico devem ser enviadas para revistapsipol@uol.com.br.

Não esqueça, ao enviar um manuscrito para a *Psicologia Política*, você deverá informar ao Comitê Editorial, o nome de todos os autores do manuscrito em questão, endereço completo com CEP de todos os interessados, endereço eletrônico, fone e fax, e ainda a filiação institucional de cada um dos autores.

A *Revista Psicologia Política* publica artigos originais e inéditos, ensaios originais, resenhas de temas e autores.

1.A. Submissão de um manuscrito via correio:

Os manuscritos deverão, necessariamente, obedecer às condições divulgadas pela *Psicologia Política*. **Não envie disquetes neste momento.** Envie sempre três (3) cópias do manuscrito para o Comitê Editorial, pois somente assim, nós podemos iniciar o processo editorial.

Digite seu manuscrito, utilizando o programa Word a partir do 6.0 (Windows), não utilize outro programa. Sempre utilize fonte Times New Roman, corpo 12, espaço duplo. Utilize o recurso de parágrafo. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas. Não esqueça de apresentar os títulos em Português e Inglês. O trabalho deve ser apresentado na seguinte ordem:

- a) folha de rosto identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), identificação do(s) autor(es), endereço(s) completo(s), filiação institucional, resumo com 5 palavras-chaves e *abstract* com 5 *key-words*;
- b) folha de rosto não identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), resumo com 5 palavras-chaves e *abstract* com 5 *key-words*;
- c) corpo do texto contendo o título logo na primeira linha em português ou inglês/francês/espanhol, caso o texto todo seja escrito em língua estrangeira;
- d) primeira página depois do fim do trabalho, deve conter as referências bibliográficas;

Notas de rodapé devem ser utilizadas somente para questões explicativas e nunca bibliográficas, apresentando numeração seqüencial, imediatamente, após a frase à qual se referem.



1.B. Submissão de um manuscrito via correio eletrônico:

O manuscrito deverá ser encaminhado como arquivo anexado formato Word a partir do 6.0 (Windows) em mensagem eletrônica para o endereço da *Revista* (revistapsipol@uol.com.br). A mensagem eletrônica deve ter como título “Submissão de Manuscrito”. No corpo da mensagem escreva uma carta ao Comitê Editorial apresentando a submissão de seu manuscrito. Todo o resto deve estar no arquivo anexado nesta mensagem (use o recurso “attachment”).

O manuscrito no arquivo anexado deve seguir a mesma ordem indicada nas alíneas a, b, c, d descritas no item 1.A. Não utilize o recurso “quebra de página”, use as divisões de páginas do próprio programa. Atenção somente a primeira página, intitulada folha de rosto identificada, deve conter o(s) nome(s) do(s) autor (es) e qualquer outro elemento de identificação.

O manuscrito enviado nestas condições é avaliado pelo Comitê Editorial quanto a sua pertinência temática, terá seu processo editorial iniciado.

2. REFERÊNCIAS NO CORPO DO TRABALHO

- Citação de autores no texto: devem ser apresentadas pelo sobrenome do(s) autor(es) seguido(s) do ano da publicação.

Exemplo: (Cantril, 1947)

- No caso de citações de trechos, estes devem estar no corpo do texto desde que não ultrapassem cinco linhas e em itálico. No caso de ultrapassar esse número de linhas, o mesmo deve ser posto separadamente no texto e entre aspas e sem itálico.

Ao final das citações devem constar entre parentese o nome do autor, o ano do trabalho e o número da página

Exemplo: (Prado, 2001:175)

- No caso de citações com dois autores, utilizar “&” quando citados entre parênteses e “e” quando citados no texto. No caso de citações com três ou mais autores, a primeira vez em que aparecem no texto devem ser citados todos os nomes; nas seguintes cita-se apenas o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão “et al.”.

Exemplo: (Bobbio et al., 1992)



- No caso de citação de documentos cujo autor é uma entidade coletiva, usar o nome da entidade por extenso, seguido do ano de publicação.

Exemplo: (Associação Brasileira de Psicologia Social, 1996)

- No caso de citação textual, ou seja, na transcrição literal de um texto, esta deve estar entre aspas, seguida do sobrenome do autor, data e página citada.
- Evite citações indiretas, mas quando for absolutamente necessário, indique com a expressão “citado por”.

Exemplo: (Moreira, 1991, citado por Gomes, 2000)

- Os quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser apresentados no corpo do trabalho, com 2,5cm nas margens esquerda e direita. Os títulos de quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser numerados de 1 a n, utilizando letra maiúscula somente para iniciais e obedecendo a margem esquerda do texto principal.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas devem ser apresentadas sempre no fim do manuscrito. Solicitamos que o autor inicie as referências bibliográficas em página própria, imediatamente após o fim do corpo do texto em questão.

A disposição deve ser em ordem alfabética do último sobrenome do autor e, no caso de mais de uma obra do mesmo autor, as referências devem ser dispostas em ordem cronológica de publicação.

Não esqueça que somente devem constar nas referências bibliográficas, as bibliografias citadas no corpo do texto.

As referências devem ser alinhadas a partir da terceira letra do nome do autor.

Exemplos:

- **Livro**

JACKSON, J. M. (1988). *Social Psychology, Past and Present. An Integrative Orientation*. London: LEA.



• **Capítulo de Livro**

HONNETH, A. (2001). Democracia como Cooperação Reflexiva. John Dewey e a Teoria Democrática Hoje. In: SOUZA, J. (Org.), *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. (pp. 63-92). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

• **Artigo de Revista Científica**

ESTANQUE, E. (2001). Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização, In: *Revista Psicologia Política*, 1 (2), 11-28.

• **Trabalho de evento publicado em resumos ou anais**

MERCADO, M. (2000) A Invenção da Mestiçagem: Uma interpretação dos estudos sobre as relações raciais no Brasil. In: *Anais do VIII Encontro Regional da ABRAPSO/SP* (p.118). Piracicaba/São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba.

• **Tese ou Dissertação**

ANSARA, S. (2000). *Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

4. PROCESSO EDITORIAL

Ao receber o manuscrito, o Comitê Editorial fará uma primeira apreciação e, caso seja aprovado, este será submetido à apreciação de dois pareceristas que sejam especialistas na temática ou área em questão. A *Revista Psicologia Política* encoraja o(s) autor(es) a indicar nomes de especialistas.

O Comitê Editorial entende que as solicitações de modificações em um manuscrito são comuns, rotineiras e importantes, pois permitem que o manuscrito passe por um diálogo entre pares de forma a torná-lo cada vez mais um “artigo a ser publicado”. Portanto, é importante que os autores entendam que tais solicitações não devem ser consideradas como críticas pessoais e sim como diálogos entre especialistas



sobre uma temática ou área de pesquisa. Neste sentido, os autores receberão os indicativos dos pareceres, sendo obrigatório a apresentação de uma carta na segunda submissão do manuscrito, evidenciando quais mudanças foram feitas e quais não foram e, neste caso, apresentando as justificativas para tal. **A decisão de publicação ou não é sempre dos Editores e do Comitê Editorial com a consultoria dos Conselheiros e Pareceristas ad. hoc.**

Após os pareceres, os autores terão um prazo para modificações do manuscrito que poderá, dentro do prazo determinado na carta aos autores, ser re-enviado para a *Revista*. O manuscrito passará por uma segunda revisão do Comitê e caso aprovado será solicitado ao(s) autor(es) o envio de uma carta submetendo os direitos autorais de seu manuscrito para a Revista Psicologia Política.

Cada autor de um manuscrito publicado receberá um número da *Revista Psicologia Política* gratuitamente pelo correio.

Quando da recusa dos textos/manuscritos, o(s) autor(es) serão notificados com as justificativas dos pareceristas e/ou do Comitê Editorial e poderão a partir dos elementos da recusa, modificar seus manuscritos e re-enviá-los sempre que considerarem relevante. A *Revista Psicologia Política* incentiva os autores de textos não recomendados a enviarem seus textos modificados para nova apreciação de nossos Pareceristas.

A *Revista Psicologia Política* adquire e reserva para si os direitos autorais de todos os textos que nela forem publicados, podendo vendê-los ou submetê-los a permuta. A responsabilidade pelo conteúdo de cada texto é do autor do manuscrito



nº 1

A Face Oculta do Racismo:
uma análise psicossociológica
Leôncio Camino, Patrícia da Silva, Aline
Machado e Cícero Pereira

O Anti-Racismo no Brasil:
considerações sobre o estatuto social
baseado na consciência racial
Maria Palmira da Silva

Teoria Crítica da Sociedade e Estudos
sobre Preconceito
José Leon Crochik

Ideologias ou Mitos Totalitários?
Fragmentos de discursos inigualitários.
Telma Regina de Paula Souza

Violência Institucional, Identificação
e Direitos Humanos
Maria Aparecida Morgado

Psicologia, Direitos Humanos
e Neo-Liberalismo
Cecília Coimbra

Psicologia Política e Ação Coletiva
Marco Aurélio Máximo Prado

The Crisis of the Brazilian Labor Movement
and the Emergence of
Alternative Forms of Working-Class
Contention in the 1990s
Salvador Sandoval

Caro leitor

O volume 1 de 2001 da
Revista Psicologia Política
contém em seus nºs 1 e 2
os seguintes manuscritos:

nº 2

Do autoritarismo despótico aos
novos desafios do sindicalismo:
reflexões sobre o trabalho
industrial na era da globalização
Elísio Estanque

Memória coletiva:
Um estudo psicopolítico de
uma luta operária em São Paulo
Soraia Ansara

A ação sindical sob a perspectiva
da Condição Humana: uma
prática anti-política
Antonio José Rollas de Brito

Psicologia Social Comunitária
Latino-Americana: Algumas
Aproximações e Intersecções
com a Psicologia Política
Maria de Fatima Quintal
de Freitas

Práticas psi e Tortura no Brasil
Cecília Maria Bouças Coimbra

Discurso da dissidência
Antonio C.R. Tupinambá

Creativity in crisis
Rowan Ireland



Sociedade Brasileira de Psicologia Política
Revista Psicologia Política

FICHA DE CADASTRO

Nome: _____

_____ Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

_____ CEP: _____ - _____

Cidade: _____ UF: _____

País: _____ CPF/CNPJ: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Profissão: _____

E-mail: _____

Tipo de Assinatura:

☐

Anual Profissional

☐

Anual Estudante

☐

Exemplar Avulso

Forma de Pagamento (favor marcar a opção desejada):

☐

À Vista Profissional (R\$40,00)

☐

À Vista Estudante (R\$ 30,00)

☐

Avulso à vista (R\$ 25,00)

☐

A Prazo Profissional (2 x de R\$20,00)

☐

A Prazo Estudante (2 x de R\$ 15,00)

☐

Doação para Biblioteca